

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 893, DE 2014
(Do Poder Executivo)
MSC 217/2014
AV 280/2014**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 499, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama - ARCI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibaretama, Estado do Ceará.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 217

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 398, de 24 de julho de 2007 – Associação América Artística e Cultural de Uberaba, no município de Uberaba – MG;
- 2 - Portaria nº 498, de 19 de dezembro de 2012 – Associação Comunitária e Educativa Nova Colina - ACENCO, no município de Sobradinho – DF;
- 3 - Portaria nº 499, de 19 de dezembro de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI, no município de Ibaretama – CE;
- 4 - Portaria nº 501, de 19 de dezembro de 2012 – Associação Rádio Comunitária Alto Paraíso, no município de Alto Paraíso – PR;
- 5 - Portaria nº 522, de 27 de dezembro de 2012 – Instituto Silver de Referência da Assistência Social, no município de São José da Lapa – MG;
- 6 - Portaria nº 25, de 8 de março de 2013 – Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi, no município de Sarandi – RS;
- 7 - Portaria nº 90, de 12 de abril de 2013 – Associação Comunitária Cultural 13 de Setembro, no município de Mercedes – PR;
- 8 - Portaria nº 92, de 12 de abril de 2013 – Associação Comunitária Santos Dumont, no município de Goiânia - GO;
- 9 - Portaria nº 133, de 15 de maio de 2013 – Associação Comunitária, Cultural e Desenvolvimento Social de Montauri, no município de Montauri - RS;
- 10 - Portaria nº 136, de 17 de maio de 2013 – Associação Cultural Amigos de Benedito Novo – ASCABEN, no município de Benedito Novo – SC;
- 11 - Portaria nº 143, de 24 de maio de 2013 – Associação Cultural de Comunicação Comunitária Aliança Educadora FM, no município de Nova Aliança – SP;
- 12 - Portaria nº 151, de 6 de junho de 2013 – Associação Amigos de Primavera III, no município de Primavera do Leste – MT;
- 13 - Portaria nº 165, de 20 de junho de 2013 – Associação Comunitária de Campina da Lagoa, no município de Campina da Lagoa – PR;

14 - Portaria nº 171, de 20 de junho de 2013 – Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim, no município de Quixeramobim – CE;

15 - Portaria nº 202, de 10 de julho de 2013 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Itaguari, no município de Itaguari – GO;

16 - Portaria nº 203, de 10 de julho de 2013 – Associação de Serviço de Radiodifusão Comunitária Nascente, no município de Salesópolis – SP;

17 - Portaria nº 205, de 10 de julho de 2013 – Associação Rádio Comunitária Som das Termas, no município de Águas de Chapecó – SC;

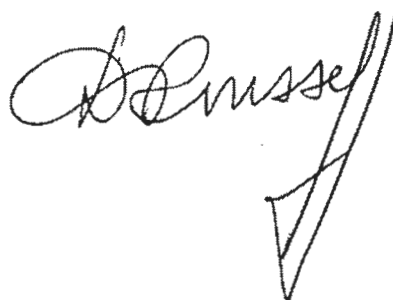
18 - Portaria nº 210, de 16 de julho de 2013 – Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril Ex-Castanheiras e Adjacências, no município de Belo Horizonte – MG;

19 - Portaria nº 238, de 7 de agosto de 2013 – Associação Cultural de Divino, no município de Divino – MG;

20 - Portaria nº 311, de 25 de novembro de 2013 – Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama – BA; e

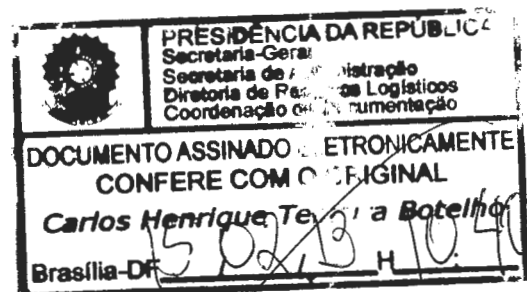
21 - Portaria nº 313, de 25 de novembro de 2013 – Associação de Rádio Comunitária de Juazeirinho, no município de Conceição do Coité – BA.

Brasília, 23 de julho de 2014.



Port. 429/12.

EM nº 00012/2013 MC



Brasília, 15 de Fevereiro de 2013


Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama - ARCI**, no Município de Ibaretama, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.009525/2011, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

53000.009525/2011-38

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	03/01/13
Página:	136
Seção:	1
ANOTADO POR:	

PORTARIA Nº 499 , DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009525/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibareta**ma- **ARCI**, com sede na **Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, nº 420, Centro**, Município de **Ibareta**ma, Estado de **Ceará**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, 420 – Centro, Ibareta

ma/CE, nas coordenadas geográficas com latitude em **05°49'12"S** e longitude em **38°49'16"W**, utilizando a frequência de 104.9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

EM/12/10

PRIMEIRA-SECRETARIA

RECEBIDO nesta Secretaria

Em, 18/07/2014 às 16:40 horas

Assinatura: *João Vitor* Ponto: 4.766

MSC. 214/9014

Aviso nº 280 - C. Civil.

Em 23 de julho de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MÁRCIO BITTAR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 398, de 2007, 498, 499, 501 e 522, de 2012, 25, 90, 92, 133, 136, 143, 151, 165, 171, 202, 203, 205, 210, 238, 311 e 313, de 2013.

Atenciosamente,

Aloizio Mercadante
ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRA - SECRETARIA
Em 18/07/2014
De ordem, ao Senhor Secretário Geral da Mesa, para as devidas providências.
<i>Eugenio de Borba Amaro</i>
EUGENIO DE BORBA AMARO Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SETMO 05/AGO/2014 12:48
Ponto: 4553
Ass.: *João Vitor* Ordem: 1566

NOTA
760/L3
EXM 12/11/2013



SERVIÇO PÚBLICO

TVR
893/2014

INTERESSADO:

ASSUNTO:

PROCESSO Nº 53000.009525/2011-38
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE IBARETAMA – ARCI

OUTROS DADOS:

IBARETAMA / CE

Eliane/Walter

MOVIMENTAÇÕES

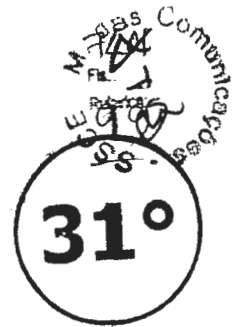
SEQ.:	SIGLA	DATA	SEQ.:	SIGLA
01		/ /	37	
02		/ /	38	
03		/ /	39	
04		/ /	40	
05		/ /	41	
06		/ /	42	
07		/ /	43	
08		/ /	44	
09		/ /	45	
10		/ /	46	
11		/ /	47	
12		/ /	48	
13		/ /	49	
14		/ /	50	
15		/ /	51	
16		/ /	52	
17		/ /	53	
18		/ /	54	
19		/ /	55	
20		/ /	56	
21		/ /	57	
22		/ /	58	
23		/ /	59	
24		/ /	60	
25		/ /	61	
26		/ /	62	
27		/ /	63	
28		/ /	64	
29		/ /	65	
30		/ /	66	
31		/ /	67	
32		/ /	68	
33		/ /	69	
34		/ /	70	
35		/ /	71	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGIN.

04 JAN 2013

RADCOM

10001250



**REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 009525/2011-38

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

23/02/2011-09:52

SEDCO

A **ASSOCIAÇÃO DE**
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI,
inscrita no CNPJ sob o nº 13.031.677/0001-39, com sede na
Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 420 - Centro, na cidade
de Ibaretama, Estado do Ceará, CEP: 63.970 - 000, Telefone:
(85) 3269.4367, correio eletrônico: imcradio@secrel.com.br,
entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e
devidamente registrada no **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**,
Ministério das Comunicações, vem,
respeitosamente à presença de V. Ex^a., em atendimento ao
Aviso nº 04/2010, apresentar a documentação de que trata o
item 7 da Norma nº 1/2004 - Norma Complementar do
Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria
MC nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário
Oficial da União de 26 subsequente.

Ibaretama, (CE), 23 de Dezembro de 2010.

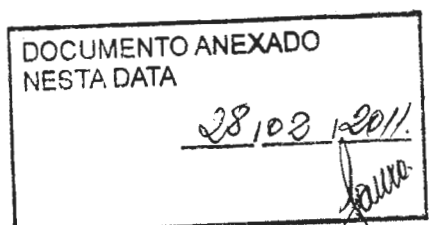
Carlos Alberto Queiroz Silva

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Diretor - Presidente

CPF: 876.981.883-53





INDICE

**ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
LOCAL: IBARETAMA (CE)**

AVISO DE CHAMAMENTO: Nº 04/2010

SERVIÇO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA (RADCOM)

ITEM	DOCUMENTO	FOLHAS
01	Requerimento	01
02	Declaração, que toda a documentação está sendo apresentada em original ou cópia autenticada, bem como as afirmações feitas são verdadeiras.	02
03	Declaração, informando o endereço para correspondência e o local onde será feita a instalação do sistema irradiante.	03
04	Comprovante de inscrição no CNPJ do MF	04
05	Estatuto Social, devidamente registrado	05 a 11
06	Ata de Constituição e Ata da Eleição da diretoria em exercício, devidamente registradas	12 a 14
07	Relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais, bem como de todos os associados pessoas jurídicas.	15 e 16
08	Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados.	17 a 19
09	Manifestação de apoio coletiva, apresentada sob a forma de abaixo-assinado, com endereço, CEP e assinatura de cada declarante. Soma das assinaturas: 312 (TREZENTOS E DOZE)	20 a 33
10	Manifestação de apoio de entidades Associativas e Comunitárias (Anexo 7): 04 (QUATRO)	34 a 88
13	Declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade.	89
14	Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área	90



	urbana da localidade.	
15	Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço.	91 e 92
16	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu, quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga.	93
17	Declaração, de que a entidade se compromete, desde já, a não estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem a gerência, à gerência, à administração ou orientação de qualquer outra entidade.	94
18	Declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora.	95
19	Declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1. da Norma Reguladora do Serviço	96
20	Declaração, assinada pelo representante legal, confirmando as coordenadas geográficas, na padronização WGS 84 e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante.	97
21	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade encaminhará Projeto Técnico com os dados indicados em seu requerimento.	98
22	Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas de cadastramento.	99



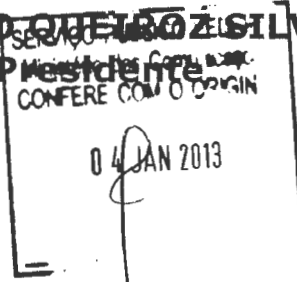
DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo a solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação está sendo apresentada em original ou cópia autenticada e em conformidade com o subitem 7.2 da Norma Complementar nº 1/2004, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2.010

Carlos Alberto Queiroz Silva
**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - ~~Presidente~~





Abaixo os endereços para correspondência e do sistema irradiante, de modo agilizar o cadastro e andamento do processo.

Endereço para correspondência:

Rua Gonçalves Ledo nº 172 - Altos

Bairro: Praia de Iracema

Fortaleza - Ceará

CEP: 60.110-260

Telefone para contato: (85) 3269.4367/3252.4866

Correio Eletrônico (e-mail): lmcradio@secrel.com.br

Pretende instalar o sistema irradiante de sua estação na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 420 - Centro - Ibaretama - Ceará - CEP: 63.970-000, de coordenadas geográficas: (04)º (49)' (11.9)" S de latitude e (38)º (49)' (15.9)" W de longitude.

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2010
Carlos Alberto Queiroz Silva
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI



CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

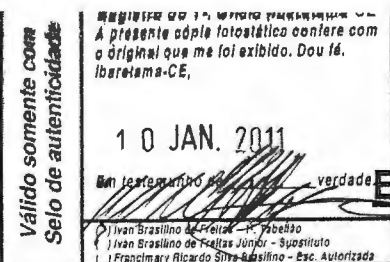
confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.031.677/0001-39 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/12/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE IBARETAMA - ARCI		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações CONFERE COM O ORIGINAL 04 JAN 2013	
Razão do Estabelecimento (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R DR. NELSON DE ANDRADE SALES		NÚMERO 420	COMPLEMENTO
CEP 33.970-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IBARETAMA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/12/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ***		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Elaborado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

emitido no dia **21/12/2010** às **15:52:52** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Art. 1º - **A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI, se constitui como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.**

Art. 2º - **A sede da Associação será na cidade de IBARETAMA, Estado do CEARÁ, na RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420 - CEP: 63.970 - 000.**

Art. 3º - **A Associação terá como finalidade à execução e instalação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitária, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral da comunidade do Município de Ibaré (CE), mediante autorização que lhe for outorgada pelo Poder Concedente, conforme o disposto nos incisos de I a V do Art. 3º da Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como:**

I - Beneficiar a comunidade com vista a:

a) **Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;**

b) **Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;**

c) **Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;**

d) **Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;**

e) **Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.**

II - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

a) **Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;**

b) **Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros a comunidade atendida;**

c) **Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;**

d) **Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção política-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.**

Art. 4º - **A duração da sociedade é por tempo indeterminado.**

DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - **São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, entidade de classe, benemérita, religiosa, ou de moradores**

desde que legalmente instituídas e que sejam aprovadas pela Assembleia Geral, e, que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

§ 1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

Art. 6º - Ficam criadas duas categorias de associados, a saber:

1. **CONTRIBUINTES** - São considerados contribuintes quaisquer pessoas física ou jurídica que contribuam mensalmente com a quantia fixada pela Assembleia Geral.

2. **BENEMÉRITOS** - Quaisquer pessoas física ou jurídica que tenham prestado relevantes serviços à **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI** e à coletividade.

Art. 7º - Terão direito a voto nas assembleias as duas categorias de associados: beneméritos e contribuintes, estes últimos, desde que em dia com sua contribuição.

§ 1º - Fica assegurado a todos os associados, pessoas físicas e jurídicas, estes através dos seus representantes legais, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos de administração e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e em todas as instâncias deliberativas.

§ 2º - Fica assegurado a todos os associados, pessoas físicas e jurídicas, através dos seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas.

Art. 8º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a Diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Art. 9º - São Direitos dos Associados:

- Participar das Assembleias Gerais, discutir, votar e ser votado para qualquer cargo na Associação;
- Participar de quaisquer atividades promovidas pela Associação;
- Usufruir dos benefícios e vantagens que a Associação venha a instituir e a oferecer;
- Propor por escrito a Diretoria quaisquer medidas e atividade que julgar de interesse da Associação.

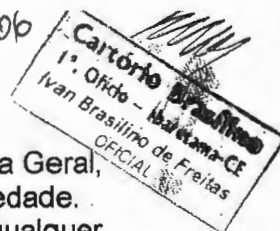
Art. 10 - São Deveres dos Associados:

- Respeitar e cumprir as determinações do Estatuto Social da entidade;
- Contribuir mensalmente com uma quantia fixada pela Assembleia Geral, prestigiando a Associação;
- Zelar pelo patrimônio moral e material da Associação.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - A organização administrativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI** é constituída dos seguintes órgãos:

I - **ASSEMBLÉIA GERAL**, órgão deliberativo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO

FLOZ

Cartório Brasileiro
1º Ofício - Ivan Brasilino de Azevedo
Ivan Brasilino de Azevedo

e
pervisor da

ASSEMBLÉIA GERAL

[illegible]



Art. 17 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 03 (três) anos, permitida a reeleição por igual período.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros da Diretoria deverão manter residência na área da comunidade a ser atendida pela emissora.

Art. 18 - Os membros da Diretoria deverão ser Brasileiros Natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e não poderão estar no exercício de mandatos eletivos que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercerem cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro privilegiado.

Art. 19 - A Diretoria será constituída de:

- I - Presidente;
- II - Diretor(a) - Administrativo(a); e
- III - Diretor(a) - Financeiro(a).

Art. 20 - Compete a Diretoria Executiva:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;
- b) Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, até 28 (vinte e oito) de fevereiro, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo;
- c) Orientar toda a administração da Associação;
- d) Compor o quadro de pessoal da **RÁDIO FM COMUNITÁRIA**, privilegiando os membros da comunidade atendida pela emissora.
- e) Apresentar ao Conselho Comunitário a programação da emissora, atendendo, exclusivamente, os interesses da comunidade e dos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Lei reguladora do serviço de Radiodifusão Comunitária;
- f) Apresentar à Assembléia Geral os nomes das pessoas físicas ou jurídicas merecedoras do título de associado benemérito da Associação.

Art. 21 - São atribuições do Diretor - Presidente:

- a) Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- b) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- c) Em conjunto com o Diretor - Financeiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- d) Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo à vacância do cargo de Presidente o Diretor - Administrativo assumirá o cargo e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

Art. 22 - Compete ao Diretor - Administrativo:

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar;



c) Secretariar as reuniões da Diretoria, lavrando as respectivas atas, revestindo-as das formalidades legais e respondendo ainda pelo seu arquivamento;

d) Publicar todas as atividades da Associação;

e) Assinar as correspondências da Associação em conjunto com o Presidente;

f) Superintender os serviços da Secretaria;

g) Atender às solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da Associação;

h) Desempenhar as funções de relações públicas da Associação;

Art. 23 - São atribuições do Diretor – Financeiro:

a) Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;

b) Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;

c) Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o Presidente os cheques e ordem de pagamento;

d) Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil e o patrimônio móvel e imóvel da Associação;

e) Elaborar e apresentar o relatório patrimonial à Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

CONSELHO FISCAL

Art. 24 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral, com seus respectivos suplentes.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º - Em caso de vacância ou impedimento, assume o respectivo suplente.

Art. 25 - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Examinar os livros de escrituração da associação;

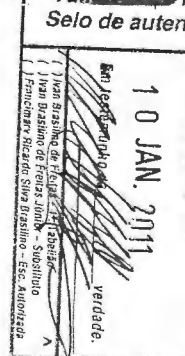
b) Examinar os relatórios e a escrituração contábil apresentados pelo Diretor – Financeiro, opinando a respeito;

c) Opinar sobre aquisição e alienação de bens ou constituição de ônus sobre os mesmos.

CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 26 - O Conselho Comunitário será composto de no mínimo 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: Associação de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, colaborando com a Diretoria Executiva na elaboração desta programação, com vista ao atendimento dos interesses exclusivos da comunidade e aos princípios do Artigo 4º da Lei de Radiodifusão Comunitária.



Art. 28 - As atividades dos Diretores e Conselheiros serão exercidas sem remuneração, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer bonificação ou vantagem, seja a qual título for.

PATRIMÔNIO

Art. 29 - O patrimônio da Associação é constituído:

a) Das contribuições dos seus associados, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido pela **RÁDIO FM COMUNITÁRIA**.

b) Pelos bens ou direito adquiridos ou concedidos à entidade por qualquer forma legalmente admitida.

Art. 30 - A receita da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 31 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 32 - Até o dia 30 de Novembro de cada ano, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as receitas e despesas de capital e operação.

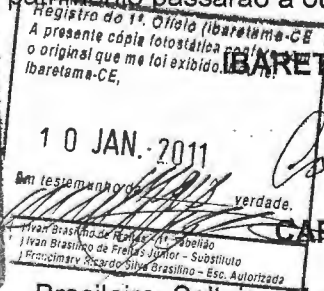
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - Os integrantes da Associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

Art. 34 - Os integrantes da Associação são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que, com dolo ou culpa, causem danos à associação, bem como, nas mesmas condições, a terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado aos integrantes dos órgãos da Associação conceder aval ou fiança em nome da instituição.

Art. 35 - Ocorrendo dissolução da Associação, os bens que integram seu patrimônio passarão a outra instituição com finalidades iguais e semelhantes.



IBARETAMA (CE), 15 de Dezembro de 2.010.

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Diretor - Presidente

Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 22/11/1977, Comerciante, residente e domiciliado na cidade de Ibaretama (CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, s/nº - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 3055314-96 -S.S.P./CE e do CPF de nº 876.981.883-53.

Handwritten signatures and the word 'Manual' at the bottom of the page.

Manoel Pereira Viana



MANOEL PEREIRA VIANA
Diretor - Administrativo

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Comerciante, residente e domiciliado na cidade de Ibaratama (CE), na Rua Francisco Rodrigues Sobrinho nº 887 - Bairro Raimunda Emilia, portador da cédula de identidade RG Nº 1.143.040 S.S.P./CE e do CPF de nº 367.128.173-15.

Francisco Wires Vieira
FRANCISCO WIRES VIEIRA
Diretor - Financeiro

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Músico, residente e domiciliado na cidade de Ibaratama (CE), na Rua Chico Manar nº 392 - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 1476958-88 - S.S.P./CE e do CPF de nº 391.336.053-00.

Cledilson Brasilino da Silva
CLEDILSON BRASILINO DA SILVA 04 JAN 2013
Conselho Fiscal

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Motorista, residente e domiciliado na cidade de Ibaratama (CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 428 - Centro, portador da Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS-CE) nº 6329, inscrito no CPF de nº 893.396.143-72.



Registro do 1º. Ofício Ibaratama-CE
A presente cópia fotostática contém com o original que me foi exibido. Dou fé.
Ibaratama-CE,

10 JAN. 2011

Em testemunho da verdade,

Altener Freitas de Queiroz
ALTENER FREITAS DE QUEIROZ
Conselho Fiscal

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Servidor Público Estadual, residente e domiciliado na cidade de Ibaratama (CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 414 - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 1.355.518 - S.S.P./CE e do CPF de nº 168.084.603-53.

Abdon Paula Neto
Abdon Paula Neto
OAB-CE 6722

Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO DO 1º. OFÍCIO - IBARETAMA-CE

Certifico e dou fé que foi registrado em 16/02/2010 às fls. 108 do número de ordem 108 do Livro 01 o presente documento.

Ibaratama-CE, 16/02/2010
Ivan Brasilino de Freitas
Ivan Brasilino de Freitas (OFICIAL)



**ATA DA ASSEMBLÉIA
DE CONSTITUIÇÃO**

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI



Aos Quinze dias do mês de Dezembro do ano de 2.010 (Dois Mil e Quinhentos e Dez), às 18:00 (Dezoito) horas, na cidade de Ibareta, Estado do Ceará, na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 414 - Centro, reuniram-se, sob a presidência do **SR. ALTENOR FREITAS DE QUEIROZ**, com a finalidade de deliberar a respeito dos atos preliminares da referida Associação, os quais convidaram a mim, **CLEDILSON BRASILINO DA SILVA**, para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião o Presidente, usando da palavra disse que, como é do conhecimento de todos os presentes, esta Assembléia objetiva tratar da constituição de uma Associação, para participar do Aviso de Habilitação nº 04/2010, originário do Ministério das Comunicações, que tem como objeto contemplar com outorga de autorização, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, na cidade de Ibareta, Estado do Ceará, Canal 285 - Frequência 104,9 MHz, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998. Para tanto, é necessário aprovar o Estatuto, bem como autorizar o (a) Diretor (a) Presidente a praticar todos os atos necessários à constituição definitiva da Associação. Em seguida, o Presidente determinou que fosse feita a leitura do projeto do Estatuto, por mim, Secretário. Ainda na leitura, o Presidente pôs em discussão o projeto do Estatuto e, como ninguém se manifestou a respeito, foi o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida procedeu-se a eleição dos membros dos órgãos da administração da Associação, conforme o Artigo 11, apurando-se o seguinte resultado. Para a Diretoria foram eleitos por aclamação: a) **DIRETOR - PRESIDENTE - CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA**: Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 22/11/1977, Comerciante, residente e domiciliado na cidade de Ibareta (CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, s/nº - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 3055314-96 - S.S.P./CE e do CPF de nº 876.981.883-53; b) **DIRETOR - ADMINISTRATIVO - MANOEL PEREIRA VIANA**: Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Comerciante, residente e domiciliado na cidade de Ibareta (CE), na Rua Francisco Rodrigues Sobrinho nº 887 - Bairro Raimunda Emilia, portador da cédula de identidade RG Nº 1.143.040 S.S.P./CE e do CPF de nº 367.128.173-15 e c) **DIRETOR - FINANCEIRO - FRANCISCO WIRES VIEIRA**: Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Músico, residente e domiciliado na cidade de Ibareta (CE), na Rua Chico Manar nº 392 - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 1476958-88 - S.S.P./CE e do CPF de nº 391.336.053-00. **CONSELHO FISCAL**: a) **CLEDILSON BRASILINO DA SILVA**: Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Motorista, residente e domiciliado na cidade de Ibareta (CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 428 - Centro, portador da Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS-CE) nº 6329, inscrito no CPF de nº 893.396.143-72 e b) **ALTENOR FREITAS DE QUEIROZ**: Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Servidor Público Estadual, residente e domiciliado na cidade de Ibareta (CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 414 - Centro, portador da



15.12.10
15.12.13
AN. 1.18

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

13
M. 083 Comunicações
Fl. 05
Rubrica

cédula de identidade RG Nº 1.355.518 – S.S.P./CE e do CPF de nº 168.084.60353. Em seguida o Presidente da Assembléia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, devendo ser processada a inscrição dos atos constitutivos no Cartório de registro de Pessoas Jurídicas da comarca e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal. Prosseguindo, o Presidente facultou a palavra e como ninguém quisesse dela fazer uso, determinou a suspensão da Assembléia pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Finalmente, o Presidente comunicou que, em face da aprovação do Estatuto pela Assembléia, da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, daria início, imediatamente, aos atos necessários à constituição da ASSOCIAÇÃO, na forma exigida por lei, no que obteve a concordância unânime dos presentes.

IBARETAMA (CE), 15 de Dezembro de 2.010.

Carlos Alberto Queiroz Silva

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Diretor – Presidente

Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 22/11/1977, Comerciante, residente e domiciliado na cidade de Ibareta (CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, s/nº - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 3055314-96 –S.S.P./CE e do CPF de nº 876.981.883-53.

Manoel Pereira Viana

MANOEL PEREIRA VIANA

Diretor – Administrativo

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Comerciante, residente e domiciliado na cidade de Ibareta (CE), na Rua Francisco Rodrigues Sobrinho nº 887 – Bairro Raimunda Emilia, portador da cédula de identidade RG Nº 1.143.040 S.S.P./CE e do CPF de nº 367.128.173-15.

SERVIÇO PÚBLICO - FISCAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

04 JAN 2013

Francisco Wires Vieira

FRANCISCO WIRES VIEIRA

Diretor - Financeiro

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Músico, residente e domiciliado na cidade de Ibareta (CE), na Rua Chico Manar nº 392 - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 1476958-88 – S.S.P./CE e do CPF de nº 391.336.053-00.



FCM das Com.
16
Ass.
16
16

Cledilson Brasilino da Silva
CLEDILSON BRASILINO DA SILVA

Conselho Fiscal

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Motorista, residente e domiciliado na cidade de Ibaretama(CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 428 - Centro, portador da Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS-CE) nº 6329, inscrito no CPF de nº 893.396.143-72.

Altener Freitas de Queiroz
ALTENOR FREITAS DE QUEIROZ
Conselho Fiscal

Brasileiro, Casado, sob o regime de comunhão universal de bens, Servidor Público Estadual, residente e domiciliado na cidade de Ibaretama (CE), na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 414 - Centro, portador da cédula de identidade RG Nº 1.355.518 – S.S.P./CE e do CPF de nº 168.084.603-53.

Abdon Paula Neto
Abdon Paula Neto
OAB-CE 6722

SERVIÇO PÚBLICO - EDE -
Ministério das Com. e Cons.
CONFERE COM O ORIGIN
07 JAN 2013

Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO DO 1º. OFÍCIO - IBARETAMA-CE
Certifico e dou fé que foi registrado em 16 de 12 de 2010 às fls. -- sob número de ordem 107 do Livro 1-01 / o presente documento.
Ibaretama-Ce, 16 de 12 de 2010
Ivan Brasilino de Freitas
Ivan Brasilino de Freitas (OFICIAL)



Cledilson

Altener

Monica

FINS CUMPRIR O QUE DETERMINA A LETRA "D" DO SUBITEM 7.1. DA NORMA COMPLEMENTAR Nº 01/2004, ABAIXO, RELAÇÃO DO QUADRO DE ASSOCIADOS (PESSOAS NATURAIS), DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI, PROPONENTE A OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, NO MUNICÍPIO DE IBARETAMA, ESTADO DO CEARÁ.

04 JAN 2013
SERVIÇO PÚBLICO - ELAB.
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGIN

NOME	ENDEREÇO	CPF	IDENTIDADE/ORGÃO EMISSOR
CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA	Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, s/nº - Centro-Ibaretama-CE-CEP:63970-000	876.981.883-53	3055314-96-SSP/CE
FRANCISCO WIRES VIEIRA	Rua Chico Manar nº 392 - Centro - Ibaretama-CE-CEP: 63970-000	391.336.053-00	1476958-88-SSP/CE
MANOEL PEREIRA VIANA	Rua Francisco Rodrigues Sobrinho nº 887 - Bairro Raimunda Emília - Ibaretama - CE-CEP:63970-000	367.128.173-15	1.143.040-SSP/CE
CLEDILSON BRASILINO DA SILVA	Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 428 - Centro-	893.396.143-72	6329-MTPS/CE

SSCE
1
Associação de Radiodifusão Comunitária

	Ibaretama-CE-CEP:63970-000		
ALTENOR FREITAS DE QUEIROZ	Rua Dr. Nelson de Andrade Sales nº 414 - Centro- Ibaretama-CE-CEP:63970-000	168.084.603-53	1.355.518-SSP/CE

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2.010

Carlos Alberto Queiroz Silva.

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE IBARETAMA - ARCI

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Diretor – Presidente



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3055314-96 DATA DE EXPEDIENTE 08.05.96

NOME CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

RELACIONAMENTO Daniel Sampaio de Queiroz

Antonia Fátima da Silva Queiroz

Quixadá-CE 22.11.77

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Nasc.Nº 3686 1v.A-06 #18.114

DOC. ORIGEM

Cart.Ibaretama-CE

CPF

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

FL 1863 Com 29/19

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Nº de Inscrição 876981883-53

Data do Nascimento 22/11/77

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 02/04/99



Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)

A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.

Ibaretama-CE,

13 DEZ. 2010

Em testemunho da verdade.

Ivan Brasilino de Freitas - 1º Tabelião

Ivan Brasilino de Freitas Junior - Substituto

Procurador Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada



Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)

A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.

Ibaretama-CE,

13 DEZ. 2010

Em testemunho da verdade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

04 JAN 2013



Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)

A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.

Ibaretama-CE,

13 DEZ. 2010

Em testemunho da verdade.

Ivan Brasilino de Freitas - 1º Tabelião

Ivan Brasilino de Freitas Junior - Substituto

Procurador Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada



Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)

A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.

Ibaretama-CE,

13 DEZ. 2010

Em testemunho da verdade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA DA CIDADANIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLGARI Nº 1234



Manoel Pereira Viana
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 1.143.040 2ª Via DATA DE EMISSÃO 22-03-2000

NOME **MANOEL PEREIRA VIANA**

FILHO **Belisardo Viana de Sousa**
Francisco Pereira Viana

CATEGORIA **IBARETAMA-CE**

DATA DE NASCIMENTO **05-07-1962**

CPF Nº **3389 1.13-14 1.295**

DATA DE EMISSÃO **22-03-2000**

ESTADO DO CEARÁ

des. Co.
Nº 20
Rafael
SSC - 99

Ministério da Fazenda
Receita Federal
CPF

367.128.173-15

MANOEL PEREIRA VIANA

05/07/1962

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

CAIXA

SERVIÇO PÚBLICO
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

04 JAN 2013

Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)
A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.
Ibaretama-CE.

13 DEZ. 2010

Em testemunho da verdade.

[Assinatura]

(Ivan Brasilino de Freitas - 1º. Tabelião)
(Ivan Brasilino de Freitas Júnior - Substituto)
(Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada)

FLMZ 03
Nº ED 668.747

Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)
A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.
Ibaretama-CE.

13 DEZ. 2010

Em testemunho da verdade.

[Assinatura]

(Ivan Brasilino de Freitas - 1º. Tabelião)
(Ivan Brasilino de Freitas Júnior - Substituto)
(Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada)

FLMZ 03
Nº ED 668.748

Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)
A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.
Ibaretama-CE.

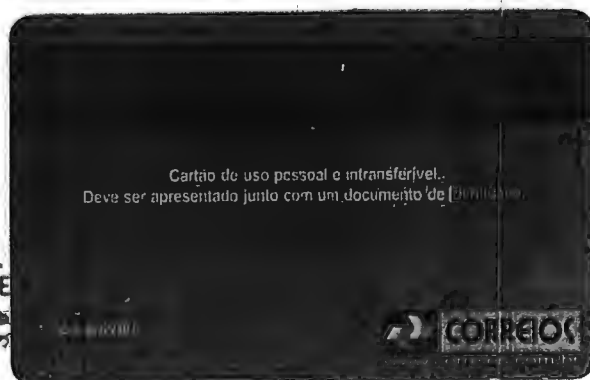
13 DEZ. 2010

Em testemunho da verdade.

[Assinatura]

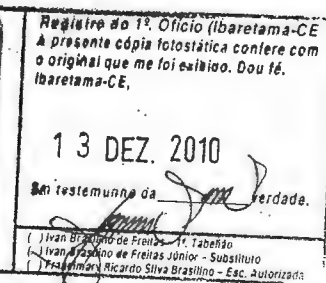
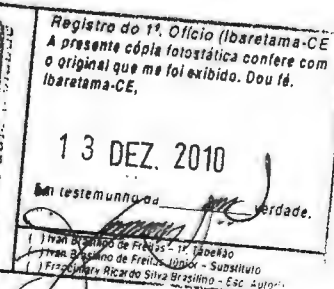
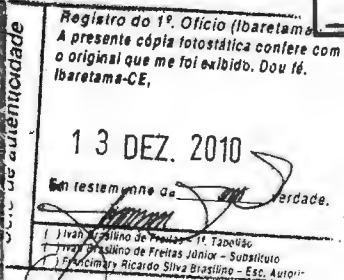
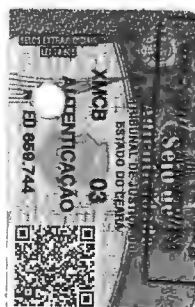
(Ivan Brasilino de Freitas - 1º. Tabelião)
(Ivan Brasilino de Freitas Júnior - Substituto)
(Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada)

WBSB 03
Nº ED 669.749



GOV. PÚBLICO - E
Ministério das Comuni
FERE COM O O

09 JAN 2013



ANEXO 06

MANIFESTAÇÕES EM APOIO

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstramos o nosso total apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmamos ainda que os endereços, abaixo indicados, estão situados na área pretendida para a prestação do Serviço.

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	ASSINATURA
01	LAZARO VIANA DA SILVA	94002016573/SS/CE	R. Fco RODRIGUES DA COSTA, S/N - RUA EMÍLIA - 63.970-000	Lozano
02	ELÍRIA MC PRETAS DE QUEIROZ	2005002042586/SS/CE	R. DR. NELSON DE ANDRADE SALES, 434 - CENTRO - 63.970-000	Elisandra
03	FCA NAYARA FREITAS MELO	2006015012891/SS/CE	R. Fco RODRIGUES DA COSTA, S/N - RUA EMÍLIA - 63.970-000	FCA Nayara
04	FCA AURILENE PEREIRA	997124-86/SS/CE	FAZENDA SANTA LUZIA - IBARETAMA - Z. RURAL - 63.970-000	Aurilene
05	JOSE LOPES ALVES	81145804368/SS/CE	FAZENDA SANTA LUZIA - Z. RURAL - IBARETAMA - 63.970-000	Jose Lopes
06	EVERTON MARDER LIMA VIANA	3516383-2000/SS/CE	Fco RODRIGUES DA COSTA - 887 - IBARETAMA - 63.970-000	Evertton
07	SANDRA LIMA VIANA	200801041032/SS/CE	Fco RODRIGUES DA COSTA - 887 - IBARETAMA - 63.970-000	Sandra
08	VALÉRIA DA SILVA MORAIS	0270693-3/SS/CE	ANTÔNIO JOSÉ - PIRANÓI - IBARETAMA - 63.970-000	V.S. Moraes
09	MANOEL PEREIRA VIANA	1143041/SS/CE	Fco RODRIGUES DA COSTA - 887 - IBARETAMA - 63.970-000	M.O.V.
10	ILZONETE BRITO PEREIRA	90002193683/SS/CE	FAZ. CIMBAUBÁ - IBARETAMA - CEI - 63.970-000	Ilzonete
11	HERBET BRITO PEREIRA	97002325767/SS/CE	FAZ. CIMBAUBÁ - IBARETAMA - CEI - 63.970-000	Herbet
12	JOÃO PEREIRA NETO	068992/SS/CE	FAZ. CIMBAUBÁ - IBARETAMA - CEI - 63.970-000	João Pereira Neto
13	OZÉAL DE SAUVA FREITAS QUEIROZ	2007578735-5/SS/CE	AV. JOÃO DE ALMEIDA, 06 - CENTRO - IBARETAMA - 63.970-000	Ozéal
14	IVAN BRACILINO DE FREITAS	826223/SS/CE	RUA - CHICO MANA, S/N - CENTRO - IBARETAMA - 63.970-000	Ivan
15	IVAN BRACILINO DE FREITAS JÚNIOR	200301510144/SS/CE	RUA - CHICO MANA, S/N - CENTRO - IBARETAMA - 63.970-000	Ivan Jr
16	CLEDILSON BRACILINO DA SILVA	9909814062/SS/CE	R. DR. NELSON ANDRADE SALES, 388 - IBARETAMA - 63.970-000	Cledilson
17	LUIS AUGUSTO DO NASCIMENTO	828.312/SS/CE	RUA JOÃO DE ALMEIDA, 518 - CENTRO - IBARETAMA - 63.970-000	Luis Augusto
18	Gea Roberta Silva de Sousa	3512526-2000	AV. João de Almeida - 550 - Ibaretama - 63.970-000	Gea Roberta
19	Mãe de Fatima Silva Souza	2008010410682	AV. João de Almeida - 550 - Ibaretama - 63.970-000	Mãe de Fatima
20	Marcos Antonio de Oliveira	3128715-96/SS/CE	AV. João de Almeida - 550 - Ibaretama - 63.970-000	Marcos Antonio

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	63.970-000 ASSINATURA
21	FRANCISCO SÉRGIO DE FREITAS	833701-84/557/CE	FAZENDA ALTO SANTO - IBARETAMA - CEP. 63.970-000	
22	JORVIM VIGILINO MELO NETO	609369-83/557/CE	RUA - Fº RODRIGUES DA COSTA, S/N - RUA ENÉIDA - 63.970-000	
23	ALLENOR FREITAS DE QUEIROZ	1.355.538/557/CE	R. DR. NELSON DE ANDRADE SALES, 414 - CENTRO - 63.970-000	
24	FCA ROSIMERE VIEIRA VIANA	2007013041-2/557/CE	VILA QVETWZ, S/N - OITZOCÁ - 63.970-000	
25	CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA	3055314/36-557/CE	R. DR. NELSON DE ANDRADE SALES, S/N - CENTRO - CEP. 63.970/000	
26	VALÉRIA OLIVEIRA VIOKL	863.535-85/557/CE	FAZENDA ALTO SANTO - IBARETAMA - CEP - 63.970-000	
27	FR WENES VIEIRA	1476358-89-557/CE	RUA CHZCA MANA, 392 - CENTRO - IBARETAMA - 63.970-000 (CEP)	
28	TERCEIA CARLA DE FREITAS	3055193-86	AV. JOÃO DE ALMEIDA - 119 - CENTRO - 63.970/000	
29	FRANCISCO ALMEIDA DE QUEIROZ	2007160646-1/47/CE	AV. JOÃO DE ALMEIDA, 427 - CENTRO - IBARETAMA - 63.970-000	
30	GETZCA COSTA RIBEIRO	2006015063/CE	FLIP/CE. AV. JOÃO DE ALMEIDA, 162 - CENTRO - IBARETAMA	
31	MARLENE COSTA RIBEIRO	990981408-1/47/CE	CE. AV. JOÃO DE ALMEIDA, 162 - IBARETAMA - 63.970-000	
32	ANTONIO REYETIA RIBEIRO	990981408-1/47/CE	CE. AV. JOÃO DE ALMEIDA, 162 - IBARETAMA - 63.970-000	
33	ANA RUTH VIANA LIMA	2006015063/CE	CE. AV. JOÃO DE ALMEIDA, 409 - IBARETAMA - 63.970-000	
34	Fº RIBEIRO DE OLIVEIRA	990981408-1/47/CE	AV. Fº RODRIGUES DA COSTA, 36 - RUA ENÉIDA - 63.970-000	
35	ANA PAULA VIANA LIMA	990981408-1/47/CE	AV. JOÃO DE ALMEIDA, 409 - IBARETAMA - 63.970-000	
36	THIAGO MARIANO DE SOUZA	2000013041-2/557/CE	FAZENDA CANAFISTULA - IBARETAMA	
37	ELIS REGINA NOGUEIRA DA SILVA	3397140-99	FAZENDA CANAFISTULA - IBARETAMA	
38	CLEILSON PAULO LIMA	2007028356-1/557/CE	RUA DA IGUEM, S/N - NOVA LINDA - IBARETAMA - 63.970-000	
39	ANA LARISSA FREITAS DE QUEIROZ	2000002432693	R. DR. NELSON DE ANDRADE SALES, 414 - IBARETAMA	
40	LENEZIANA VIANA DE FREITAS	408.752/557/CE	FAZENDA MIMUZADA - OITZOCÁ - IBARETAMA - 63.970-000	
41	Fº GERBSON ROMARIO DAS. SOUZA	2009097050834	RUA Fº GUSTAVO DE QUEIROZ	
42	Beatriz Ricardo da Silva	2007322436-1	Rua Dr. Nelson de Andrade Sales s/n.	
43	JOÃO PAULO ALVES TIMOTEO	200600513170	RUAZ DR. NELSON DE ANDRADE SALES S/N	
44	JOÃO MARCIO RODRIGUES DE SOUZA	3484818-2000	RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES N° 428	
45	ma forlione de silva	2008010163/CE	RUA DR. NELSON DE N. SALES N° 428	
46	Fº ALBERTO PERREIRA LIMA	863058-85/557/CE	AV. JOÃO DE ALMEIDA, 409 - IBARETAMA - CEP - 63.970-000	
47	Fº LOBEL OLIVEIRA	919855/557/CE	FAZ. SENHORÉ BRANCO - ZONA RURAL - IBARETAMA - 63.970-000	
48	GETZIANE COSTA RIBEIRO	2007574226-2/557/CE	AV. JOÃO DE ALMEIDA, 447 - IBARETAMA	
49	GETZIANA COSTA RIBEIRO	2007574224-6/557/CE	AV. JOÃO DE ALMEIDA, 447 - IBARETAMA	
50	ANITA SUELY ANDRADE DO NASCIMENTO	2004015010507/557/CE	LOC. PÉDRA E CAL - ZONA RURAL - IBARETAMA	

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	63970-000 ASSINATURA
51	FCA ADRIANA DA COSTA OLIVEIRA	2004021025251	RUA JOÃO DE ALMEIDA	<i>Adriana</i>
52	Fco Cláudio M. Silva	20071239183	RUA JOÃO DE ALMEIDA	<i>Cláudio</i>
53	Adriana A. de Almeida	108653955	AV. JOÃO RICHARDO DA SILVA N.º 49	Adriana
54	Fco Fabiano Bonaldi M. Silva	3244782-97	AV. JOÃO RICARDO DA SILVA N.º 318	<i>Fabiano</i>
55	Fco Tarciano Martins do Castro	24138143-17	RUA ANTONIO GOMES DE BEIRA N.º 318	<i>Tarciano</i>
56	José da Trave Moreira Junior	3105090-96	TRIUNFO	<i>José</i>
57	Yoculina da Holanda	1976591190	Rua João de Almeida N.º 175	<i>Yoculina</i>
58	FIRMINO F. LIMA NETO	3347567-98	AV. JOÃO DE ALMEIDA N.º 181	<i>Firmino</i>
59	Rafaela Alves da Costa	200403008387	AV. JOÃO DE ALMEIDA N.º 185	<i>Rafaela</i>
60	Aurelio de Freitas Barros	2009097049543	AV. JOÃO DE ALMEIDA N.º 170	<i>Aurelio</i>
61	Alba Odete B. de O.	99098138048	AV. JOÃO DE ALMEIDA N.º 162	Alba
62	Ylpoa R. de O. de O.	2003002086811	RUA VALDIVINO RABANAL N.º	Ylpoa
63	Carlos André da Silva	2007191030117	RUA JOÃO DE ALMEIDA N.º 162	Carlos
64	Maria Socorro da Silva	54745066315	AV. JOÃO RICARDO DA SILVA S/N.	<i>Maria</i>
65	Francisca Valéria de Santos Barros	200404040312018	JOÃO DE ALMEIDA N.º 162	<i>Francisca</i>
66	Francisco Galvão Ferreira da Silva	3494882-2000382	JOÃO DE ALMEIDA S/N.	<i>Francisco</i>
67	Antônio Celso H. Jordim	84503237-58516	JOÃO DE ALMEIDA 286	<i>Antônio</i>
68	João da Silva	16775691528	RUA JOÃO DE ALMEIDA 291	João
69	José David Dias Duarte Filho	2006014195470	RUA JOÃO DE ALMEIDA 291	<i>José</i>
70	JOÃO DE ALMEIDA SOUZA	3571323-200	ASENTAMENTO LINIPAZ 2	João
71	JOÃO GUSTAVO DE OLIVEIRA	2203618192	RUA Fco GUSTAVO DE OLIVEIRA	João
72	JOÃO DE ALMEIDA	922439-85	JOÃO DE ALMEIDA N.º 286	João
73	JOÃO DE ALMEIDA	504019613	ASENTAMENTO LINIPAZ 2	João
74	JOÃO DE ALMEIDA	2000514035	N.º JOÃO DE ALMEIDA, 219	João
75	Osório Telles da Oliveira	99098413572	AV. JOÃO DE ALMEIDA 958	<i>Osório</i>
76	José Luis de Oliveira Junior	2006014195276	JOÃO DE ALMEIDA 254	<i>José</i>
77	JOÃO PAULO TELLES DE OLIVEIRA	200204125959	JOÃO DE ALMEIDA 37	<i>João</i>
78	Maria Dalila Moreira do Nascimento	20040191066	MARIA DO NASCIMENTO	<i>Maria</i>
79	Maria V. L. B. V.	99098138498	AV. JOÃO DE ALMEIDA N.º 181	<i>Maria</i>
80	STANISLAU OLIVEIRA DA SILVA	99098140115	AV. JOÃO DE ALMEIDA N.º 175	<i>Stanislaus</i>

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENIDADE	ENDEREÇO/CER	63.970-000	ABSTINERUA
81	ANTONIO DANIEL DA SILVA	200204099435	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA		antonio
82	PAULO ROBERTO DA SILVA	2007044188-4	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA		Paulo
83	FRANCISCO CEZAR MARTINS SILVA	2776823184	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA		Fra ciliar
84	MARIO JUNIOR DA SILVA	200910293711	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA		mario jr
85	CARLOS ALBERTO MARTINS DA SILVA	99098737548	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA		Carlos Alberto
86	RAIMUNDA FRISMA CONCALVES SILVA	3272712-98	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Ra. Raimunda
87	RAIMUNDO FERNANDES DA SILVA	98098008588	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Raimundo
88	ADAJAS JOSE VENTURA DA SILVA	2002005208626	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		ADAJAS
89	ANTONIO EUZIMAR GONSALVES DA SILVA	99098141219	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		ANTONIO
90	FRANCISCO NELSON SILVA DO PAIVA	2007005121047	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Nelson
91	FRANCISCO ADRIANO MARTINS DA SILVA	846876-84	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Adriano
92	FRANCISCA ZILNEIDE G. DOS SANTOS	3172951-96	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Zilneide
93	ELIANE MARTINS DA SILVA	200401504045	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		eliane
94	ANTONIA EDINGE DE VENTURA DA SILVA	200401509732	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		antonio
95	FRANCISCO PAULA DA SILVA	255.551-8	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Paula
96	MANOEL VALDO MARTINS DA SILVA	2004014755538	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		manoel
97	MARIA DO CARMO VENTURA QUEIROZ	94008012087	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Maria do Carmo
98	FRANCISCO CEZAR BARROS DA SILVA	2004014455139	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Cesar
99	CICERO DANIEL DA SILVA FILHO	2004681970-6	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Cicero Daniel
100	FRANCISCO MARCELO BARRO DA SILVA	2007294275-1	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Marcelo
101	FRANCISCO MARCIO BARROS DA SILVA	2004024755447	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Marcio
102	FRANILDA SEGUNDO DA SILVA	2002005232458	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Nilde
103	FRANCISCO EDUARDO PEREIRA VIANA	2006034174154	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Eduardo
104	FRANCISCA MARIA VIANA QUEIROZ	2004097054872	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Fra Maria
105	CICERO RICARDO DA SILVA QUEIROZ	3397109-99	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Cicero Ricardo
106	MARCULINO MARTINS DA SILVA	3195700-97	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Marculino
107	JOSE FERNANDES DA SILVA	99098138900	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Jose Fernandes
108	JOSE ROBERTO MANTINS SILVA	98098147423	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Jose Roberto
109	RUTH MARTINS DA SILVA	2007020584-6	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Ruth Martins
110	LUIS ALBERTO MARTINS DE CASTRO	99098139850	LOCALIDADE LAGEDO IBARETAMA-63970-000		Luis Alberto

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO (CEP)	63.970-000	ASSINATURA
111	Antônio Biodionide Soares	3516380-2000	Rua Tomaz Duntre de castro		Atz
112	Maria das Graças Cavalcante	208019003633	Rua Tomaz Duntre de castro		NEC
113	Fº RONATO BRITO	2007044172	Rua Tomaz Duntre de castro		Pr
114	jeane maria de Freitas Almeida	99098139591	Rua: Chico maná 252 - Ibaratama		p
115	Familiara Brito de Freitas	200301510725	Rua: chico maná, s/n - Ibaratama		Ja
116	Latina Fernandes	1156174-86	Rua: chico maná, s/n - Ibaratama		gg
117	joão Alexandre Barbosa maciel	406795-82	Rua: Chico maná, s/n - Ibaratama		po
118	Paula Michele Fernandes	2005014029768	RUA: CHICO MANÁ, s/n - Ibaratama		pm
119	Edyana Nascimento de Lima	2007100046-6	RUA: CHICO MANÁ, s/n - Ibaratama		lad
120	Ivonele Ferreira Lima Ricardo	2007059341-2	Rua: chico maná - Ibaratama		P.F. Ricardo
121	Sergio Elvino da Silva	3180130-96	RUA: CHICO MANÁ - Ibaratama		ser
122	ma de Latina Brito de Freitas	99098139397	Rua Francisco Gustavo de Queiroz		Latina
123	Jânia Mª Lima de Souza	930790034178	Rua: Chico maná - Ibaratama		Jânia
124	maria roary Viana Sampaio	3116036-08	Rua: Chico maná - Ibaratama		marary
125	Ana Lúcia Pereira do Nascimento	99098138856	Rua: Chico maná - Ibaratama		ana
126	Tereza Cristina L. da Silva	34888108-3	Rua: João Camargo N:84		e
127	Thirilla Maria Costa Fernandes	031925183-75	Rua: João Camargo N:84		Thirilla
128	ANTONIO DE SOUZA LOSTA	79201184	Rua: Fº GUSTAVO DE QUEIROZ		Atz
129	João Victor R.S. LOSTA	200801041301	Rua: Fº GUSTAVO DE QUEIROZ		Victor
130	Thays Rodrigues S. Costa	2008010411336	Rua: Fº GUSTAVO DE QUEIROZ		Thays
131	Edilene de Jesus Calixto	1564110-88	Rua: Fº GUSTAVO DE QUEIROZ		Edilene
132	Ida Jacqueline da Silva F.	200100512104	Rua: Fº GUSTAVO DE QUEIROZ		Ida
133	Francisca Uirapema da Costa	9300251659	Rua João de Almeida 169		F. Uirapema
134	Ana Paula da Costa	98012027090	Rua João de Almeida 174		AP
135	Francisco Bezerra de Lima	2007029364	Rua João de Almeida 174		Fb
136	Antônia Valdemia Bruno da Silva	305531396	João Camargo 102 98		ma
137	Maria Auxiliadora da Silva	2006015169936	João Camargo 102 101		Ra
138	Francisco das Chagas da Silva	298003495	João Camargo 102 101		va
139	Gláuciane Ben no da Silva	20070200925	João Camargo 102 101		ela

Nº	NOME LEGÍTIMO	IDENTIDADE	ENDEREÇO / CEP	63.970-000 ASSINATURA
140	MARIA LINDALVA AQUINO LOPES	3745541/91	LAGEO - 63.970-000 / IBARETAMA-SE	ME Lindalva
141	FRANCISCA CELMA MAGNINS DE CASTRO	0/33098138447	LOCALIDADE LAGEO - IBARETAMA	Francisca
142	ANTONIA AUREA VENTURA SILVA	99098139281	LOCALIDADE LAGEO - IBARETAMA	Antônia
143	ANTONIO CARLOS DA SILVA	99098139907	LOCALIDADE LAGEO IBARETAMA - 63.970.000	Antônio Carlos
144	FRANCISCA ELIDFANE DA SILVA	2007142273.5	LOCALIDADE LAGEO IBARETAMA - 63.970.000	Francisca Elidfane
145	FRANCISCA IVANILDA DA SILVA	99098139588	LOCALIDADE LAGEO IBARETAMA - 63.970.000	Francisca Silva
146	MARIA LUIZA DA SILVA VENTURA	99098138579	LOCALIDADE LAGEO IBARETAMA - 63.970.000	Maria Luiza
147	FRANCISCO JOZIMAR DA SILVA VENTURA	2004005158609	LOCALIDADE LAGEO IBARETAMA - 63.970.000	Fco do Simão
148	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA BARROS	302931996	LOCALIDADE LAGEO IBARETAMA - 63.970.000	Antônio Carlos
149	FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA VIANA	99098139478	LOCALIDADE LAGEO IBARETAMA - 63.970.000	Fco de Assis P.V
150	FRANCISCO JONAS VENTURA DA SILVA	3337258-98	LOCALIDADE LAGEO IBARETAMA - 63.970.000	JOSAS
151	ANTONIO GEAN VENTURA DA SILVA	2007268485-7	LOCALIDADE LAGEO - 2. RUA - IBARETAMA	Geon
152	ELIZARDO BATISTA DOS SANTOS	2007194200-8	IBARETAMA - Sede, Av. João de Almeida	Elizardo
153	ELIZANGELA DOS SANTOS VIANA	99098144773	AV. JOÃO DE ALMEIDA - 306 - CENTRO IBARETAMA	Elizangela
154	ELIANE BATISTA DOS SANTOS	200402125120	AV. JOÃO DE ALMEIDA - 306 - CENTRO IBARETAMA	Eliane
155	ELIZIANE BATISTA DOS SANTOS	2006005131065	AV. JOÃO DE ALMEIDA - 306 - CENTRO	Eliziane
156	ELIZIONICE BATISTA DOS SANTOS	2002015049652	AV. JOÃO DE ALMEIDA - 306 - CENTRO IBARETAMA	Elizionice
157	ELIO VIANA DOS SANTOS	929.552	AV. JOÃO DE ALMEIDA - 306 - CENTRO IBARETAMA	Elio Vian
158	MARIA AULENER BATISTA DOS SANTOS	2555812-92	AV. JOÃO DE ALMEIDA - 306 - CENTRO IBARETAMA	Maria
159	FRANCISCA PERREIRA LIMA	1267760/841/CE	R. VALDEVINO CABRAL, 149 - IBARETAMA - 63.970.000	Fco Francisco Lima
160	MARILAC ANTONIO DE OLIVEIRA MACO	91002226877/41	R. JOÃO DE ALMEIDA, 244 - IBARETAMA - 63.970.000	Maco
161	PE DE ASSIS BARRIO DE LIMA	933032/841/CE	PAL. SANTA LUZIA - Z. RURAL - IBARETAMA	Flavio Barrio
162	ATILA MARIA CABRAL OLIVEIRA	480946763/53	AV. JOÃO DE ALMEIDA, 244 - IBARETAMA - 63.970.000	Atila
163	AYANE MARIA CABRAL DE MATOS	200300200603	FAZENDA SANTA LUZIA - Z. RURAL IBARETAMA	Ayane
164	FRANCISCA URCOLINA CABRAL	3026456-86	FAZENDA SANTA LUZIA - Z. RURAL IBARETAMA	Francisca Urcolina
165	FRANCISCO DE OLIVEIRA CABRAL	356.028	FAZENDA SANTA LUZIA - Z. RURAL IBARETAMA	Francisco
166	ANTONIO CIRILO FOSCOLOIO DE MATOS	2008030410836	FAZENDA SANTA LUZIA - Z. RURAL IBARETAMA	Antônio Cirilo
167	IRIA MARIA DE OLIVEIRA CABRAL	2008010911204	FAZENDA SANTA LUZIA - Z. RURAL IBARETAMA	Iria Maria
168	FRANCISCO EURARDO FREITAS	98002285437	FAZENDA SANTA LUZIA - Z. RURAL IBARETAMA	Francisco Eurardo

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO/CEP	63.970-000	ASSINATURA
169	Traci Brito da Silva	3292435-98	Rua Rolo Augustinho, 58da		<i>[Assinatura]</i>
170	JOSE ROBERTO CANDIDO BARROS	200100511280	Rua Rolo Augustinho, 58da		<i>[Assinatura]</i>
171	maria fleide Brenodasilva	2006005231047	Rua João Camurça nº 101		<i>[Assinatura]</i>
172	marcel Ferreira Leite	327266198	Rua João Camurça nº 98		<i>[Assinatura]</i>
173	maria Regiane da Silva	3272710-98	Rua Manoel Brasileiro nº 332		<i>[Assinatura]</i>
174	Luiz Roberto Bruno da Silva	327271675-98	Rua Manoel Brasileiro nº 332		<i>[Assinatura]</i>
175	MARIA ALDENIA RODRIGUES DA SILVA	3454901-2000	Rua João Camurça nº 112		<i>[Assinatura]</i>
176	Maria Rosineide da Silva de Azevedo	20077095299	Rua João Camurça nº 112		<i>[Assinatura]</i>
177	Dezanete Paz de Oliveira	106261086	Rua João Camurça nº 112		<i>[Assinatura]</i>
178	Genécia Pereira da Silva	797517253	Rua João Camurça nº 112		<i>[Assinatura]</i>
179	Germana Regina de Oliveira	050485143	Rua João Camurça nº 112		<i>[Assinatura]</i>
180	Franciele Galvão Lobato	296167095	Rua João Camurça nº 142		<i>[Assinatura]</i>
181	Roberto Santos Lima	1156173-86	Rua João Camurça nº 142		<i>[Assinatura]</i>
182	Maria Angélica de Sena e Silva	990981368	Rua João Camurça nº 152		<i>[Assinatura]</i>
183	Raimundo de Aguiar e Silva	20075742467	Rua João Camurça nº 152		<i>[Assinatura]</i>
184	Leide Rêgo de Aguiar e Silva	900000000	Rua João Camurça nº 200		<i>[Assinatura]</i>
185	Maria Durvalina Mendes da Silva	220567492	Rua João Camurça nº 200		<i>[Assinatura]</i>
186	Vanilze de Souza Silva	200801000	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
187	Marcia Liduina da Costa Silva	100773786	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
188	Paulo Cesar de Oliveira	200500517003	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
189	João Neto Barbosa de Oliveira	108719	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
190	Tereza Cristina Barbosa de Oliveira	20070050244	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
191	Terézinha Prata de Oliveira	267722792	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
192	Valdeci de Oliveira de Menezes	267722792	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
193	João de Aguiar e Silva	106271986	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
194	Elida Oliveira Lima	22900691307	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
195	Cláudio Silva Vale	16038746326	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
196	Salvina da Costa Souza	3128882-96	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>
197	Marinês Freire Duarte	21059136368	Rua João Camurça nº 107		<i>[Assinatura]</i>

NE	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO/CEP	63.970-000 ASSINATURA
198	GILBERTO ALVES FREITAS	96006011629	LOCALIDADE DE SÃO PAULO - IBARETAMA	Gilberto
199	Fº DE ASSIS FREIRE ALVES	99010295592	LOCALIDADE DE SÃO PAULO - IBARETAMA	Fº de Assis
200	GEORGE PASTOR FREITAS	2003005105109	LOCALIDADE DE SÃO PAULO - IBARETAMA	George
201	Fº LEANDRO ALVES MARTINS	99098141286	SSP/CE - 3º ONTO SÃO PAULO - IBARETAMA	x Leandro
202	ROZICLÉIA MATEUS DA SILVA	99098143831	SSP/CE - 3º ONTO SÃO PAULO - IBARETAMA	Rozicléia
203	Aila Mª de Souza Freitas	1007129-86	SSP/CE - POSTO SÃO PAULO - IBARETAMA	Aila
204	Valentim de Freitas Neto	2004014128121	SSP/CE - POSTO SÃO PAULO - IBARETAMA	Valentim Neto
205	EUDIRBERTO LOPES DE FREITAS	1509266-88	SSP/CE - POSTO SÃO PAULO - IBARETAMA	Eudirberto
206	TAIVANIO LOPES DE FREITAS	02167964	SSP/CE - POSTO SÃO PAULO - IBARETAMA	Taivanio
207	MARVIA Cristina Vencesne de Almeida	99098131700	POSTO SÃO PAULO - IBARETAMA	Marvia
208	Terezinha da Santa Freitas	406-165	POSTO SÃO PAULO - IBARETAMA	Terezinha Santa
209	Mª Eniandra da Silva	2007192191-0	POSTO SÃO PAULO - IBARETAMA	Eniandra
210	Roberto Paulino de Souza	1.261.3988	Rua João de Almeida 550 - IBARETAMA	Roberto
211	Georgino Ferreira	3397120	Rua Ver. Jº R. Schmitz - IBARETAMA	Georgino
212	Paulique Vieira de Freitas	8935234389	Rua Ver. Jº R. Schmitz - IBARETAMA	Paulique
213	Marlene de Souza	287698-8	Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, 08 - IBARETAMA	Marlene
214	Explicação Ricardo de S. Brasilão	200601117843	Rua Chico Manga	Ricardo
215	Georgeliano Ferreira Inácio	2008030414587	Rua João de Almeida, 127 - IBARETAMA	Georgeliano
216	Francisco Karpegeanne Alexandre Vieira	3512499-2000	Rua Neto Brasilino, 159 - Centro - IBARETAMA	Francisco
217	Mª Inês Cavalcante de Freitas	94002549512	Rua Neto Brasilino, 489 - Centro - IBARETAMA	Inês
218	Jose Juan Brito de Freitas	3029298-96	Rua Neto Brasilino, 489 - Centro - IBARETAMA	Jose Juan
219	Moão de Oliveira Melo	31667490391	Faz. Alvinos dos Cabral - Zona Rural - IBARETAMA	Moão
220	Edinês de Lima Moura	849969/SCP/CE	Faz. Alvinos dos Cabral - Zona Rural - IBARETAMA	Edinês
221	Raimunda de Melo Oliveira	1212246-861414	Faz. Alvinos dos Cabral - Zona Rural - IBARETAMA	Raimunda
222	Angela Maria de Melo Lupira	502633073197	Faz. Alvinos dos Cabral - Zona Rural - IBARETAMA	Angela
223	Mª Edilaneia Amorim Penquiste	423373483-74	R. Neto Brasilino, 473 - IBARETAMA - 63.970-000	Edilaneia
224	Eduardo Batista dos Santos	2006005131219	SSP/CE - AV. João de Almeida, 306 - IBARETAMA - 63.970-000	Eduardo
225	Fº Mimir Barros de Souza	2269720/92/SSP/CE	Faz. São Paulo - Z. Rural - IBARETAMA - 63.970-000	Mimir
226	Fº BENEDITO DA SILVA	20070397524	SSP/CE - R. Chico Manga, 111 - IBARETAMA - 63.970-000	Benedito

472x

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO/CEP	63.972-000	ASSINATURA
227	Aurinete Nobre de Lima Brito	7774019391	Oficício - Jbaratama		AM
228	FRANCISCO EDUARDO BRITO	2002005231520	VILANOVA S/N / OITICICA - JBARATAMA		Ed. Brito
229	SAMUEL MARCOS DA SILVA	2001005124263	RUA DA IGREJA S/N / OITICICA - JBARATAMA		Samuel
230	EDNEUTON NOBRE BRITO	20070788590	VILA NOVA S/N / OITICICA - JBARATAMA		Edneuton
231	Duogo HOLANDA de Freitas	3282931	Oiticeira / JBARATAMA		Duogo
232	Thiago HOLANDA de Freitas	3322000	Oiticeira / JBARATAMA		Thiago
233	Marcelo SOARES HOLANDA de Freitas	601892	Oiticeira / JBARATAMA		Marcelo
234	Marcelo SOARES HOLANDA de Freitas	83372784	Oiticeira / JBARATAMA		Marcelo
235	Marcelo SOARES HOLANDA de Freitas	83372784	Oiticeira / JBARATAMA		Marcelo
236	Frederico J. Bezerra	86577617937	Oiticeira / JBARATAMA		Frederico
237	Frederico J. Bezerra	200800412090	Oiticeira		Frederico
238	Elvira de Sousa Brito	633729-84	Oiticeira		Elvira

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Comunicação
CONFERE COM O ORIGIN

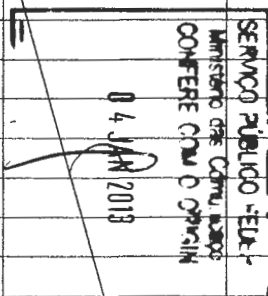
04 JAN 2013

V2.10

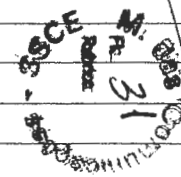
04 JAN 2013

F22

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO/CEP	63.970-000 ASSINATURA
239	JOSÉ SINVAL BEZERRA	2007666923	Vila Otílica	Sinval
240	EVANGELISTA DO CARMO SOUSA	2890170/94	R=do Cemitério S/N Vila Otílica	Evangelista
241	MARIA DO CARMO DE SOUZA	2890135/94	R=do Cemitério S/N Vila Otílica	Maria
242	OSVALDO VIANA DE SOUSA NETO	337366199	R=do Cemitério S/N Vila Otílica	Osvaldo
243	LUZIA DO CARMO DE SOUZA NASCIMENTO	20074801672	R=do Cemitério S/N / OTÍLICA	Luzia
244	MARIA ALICE CAVALCANTE DA SILVA	1112525	R= DO CEMITERIO SIN / OTÍLICA	Maria Alice
245	GERALDO GOIS DA SILVA	3694377-88	R= DO CEMITERIO SIN / OTÍLICA	Geraldo Gois
246	DAIANY CAVALCANTE DA SILVA	2003015103897	R=do Cemitério S/N - Otílica	Daiany Cavalcante
247	VALDÊNIA NOGUEIRA VIANA	99098142550	RUA DA IGREJA SIN - OTÍLICA	Valdenia N Viana

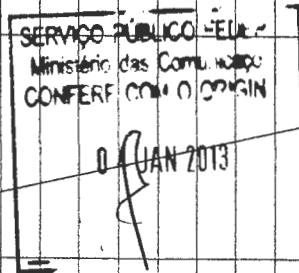


V-9



72

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO/CEP	63970-000	ASSINATURA
248	Antônio Carlos Gonçalves da Silva	182781689/SP	Rua: Pl. João Passos		
249	Antônio Carlos Gonçalves da Silva	99098141324/SP	R. Nelson de Azevedo 34001, 512		
250	DMITÊGO RUBEINI LIMA SAMPAIO	3272740-99/SP	R. PE. João Soares, 10 - IDARARIMA - 639000		
251	CLERTON DE JESUS OLIVEIRA FREITAS	296364595/MS	R. DELEGADO NORATO VIEIRA, 78 - N. IBARARIMA - 63110-000		
251	DUZENTOS E CINQUENTA E UM				



FL 186

39

SSC

COMUNICAÇÃO

CAIXA PM COMUMZINHA RUA - SEDE
 IBARETAMA

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDERECO	ASSINATURA
1	JOAO EUTON DE LIMA SILVA	20040405050513	CO QUERINHO IBARETAMA	João Euton
2	ANTONIO JOCELIA F. DA SILVA	200303030303279	CO QUERINHO IBARETAMA	Joecelia
3	JO SIEL FERREIRA DA SILVA	20070404191-9	CO QUERINHO IBARETAMA	Jo Siel
4	FRANCISCA DANIEL DA SILVA	20030909194	CO QUERINHO IBARETAMA	Francisca
5	JULIEL DE LIMA SILVA	2007040811-0	CO QUERINHO IBARETAMA	Juliel
6	MARINETE F. DE LIMA SILVA	20020005108804	CO QUERINHO IBARETAMA	Marinete
7	JOAO DANIEL DA SILVA	1.2281.069	CO QUERINHO IBARETAMA	João
8	GILVAN FERNANDES DA SILVA	2002012904224	CO QUERINHO IBARETAMA	Gilvan
9	OCELIO FERNANDES DA SILVA	2007546140-3	CO QUERINHO IBARETAMA	OCELIO
10	IDELFONSO RODRIGUES DA SILVA	3866835-89	CO QUERINHO IBARETAMA	Idelfonso
11	MARCELO AUGUST. F. DA SILVA	20075766400	CO QUERINHO IBARETAMA	Marcelo
12	ANCELMO FERNANDES DA SILVA	1566791-88	CO QUERINHO IBARETAMA	ANCELMO
13	JOVIELA FERNANDES DA SILVA	99998342544	CO QUERINHO IBARETAMA	Joviel
14	ELTILTON DE LIMA SILVA	3090042/968	CO QUERINHO IBARETAMA	Eltilton
15	JOAO FERNANDES DE LIMA	999814206	CO QUERINHO IBARETAMA	João
16	MARIA DELOURDES DE LIMA	1566783-88	CO QUERINHO IBARETAMA	Maria
17	NEUMA FERNANDES DA SILVA	200200000000000	CO QUERINHO IBARETAMA	Neuma
18	AUGUSTO FERNANDES DA SILVA	2007040811-0	CO QUERINHO IBARETAMA	Augusto
19	MARCELINO FERNANDES DA SILVA	2007040811-0	CO QUERINHO IBARETAMA	Marcelino
20	MARTA IZONILDA DA SILVA	3128789-38	CO QUERINHO IBARETAMA	Marta
21	FRINEIS FERNANDES DA SILVA	3176407-98	CO QUERINHO IBARETAMA	Frineis
22	EDILSA SEGUNDO DA SILVA	3467808-2000	CO QUERINHO IBARETAMA	Edilsa
23	FRANCISCO BENEDITO F. DA SILVA	3337283-98	CO QUERINHO IBARETAMA	Francisco
24	VANEUTON OLIVEIRA DA SILVA	19482111/90	CO QUERINHO IBARETAMA	Vaneuton
25	EMANUELA CHAGAS DA SILVA	2007000515900	CO QUERINHO IBARETAMA	Emanuela
26	CLAUDIA DONA GEMENTO	200632060774	CO QUERINHO IBARETAMA	Claudia
27	NATANAEL CHAGAS DA SILVA	20070005158099	CO QUERINHO IBARETAMA	Natanael
				11/16

33

RDto PM COMUW2 124 - SEDE
IBARETAMA

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO/CEP	ASSINATURA
28	EDSON DANIEL DA SILVA	7176564-86	LAGEO SEDE	<i>Edson</i>
29	FRANCISCA NILDE GRANGE DA SILVA	2006005230	900 LAGEO SEDE	<i>Nilde/one</i>
30	ADALBERTO PAULINO DE SOUSA	28647-80	AVENIDA 2000 DE ALMEIDA IBARETAMA SEDE	<i>Adalberto</i>
31	JOSE MARIA DA SILVA	990981387-90	IBARETAMA SEDE SANI	<i>Jose maria</i>
32	JOSE RUBENES PEREIRA LOPES	2764881/93	IBARETAMA RUA: ROSE GOSTAVO SN	<i>Jose Rubens</i>
33	FRANCISCO BARROS DA SILVA	2007023071712	LOCALIDADE LAGEO	<i>Francisco</i>
34	FRANCISCA ADRIANA F. DA SILVA	2006005230845	LOCALIDADE LAGEO	<i>Adriana</i>
35	FRANCISCO ADONIS F. DA SILVA	20075870279	LOCALIDADE LAGEO	<i>Adonis</i>
36	GILLARDE DA SILVA BRITO	3816381-2000	LOCALIDADE SERROTE BRANCO	<i>Gillarde</i>
37	JOSE RAIMUNDO DA SILVA	99098138854	RUA: NETO BRASILINO N: 541 IBARETAMA:	<i>Jose Raimundo</i>
38	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	4897640	SERROTE BRANCO IBARETAMA	<i>Antonio</i>
39	FRANCISCA CHAGAS DA SILVA GRITO	9903111-94	SERROTE BRANCO IBARETAMA	<i>Francisca</i>
40	ANILTON ALINHOBETE SILVA GRITO	3397161-99	SERROTE BRANCO IBARETAMA	<i>Anilton</i>
41	FRANCISCO ROSTUAN DANIEL DA SILVA	20070140504	SERROTE BRANCO IBARETAMA	<i>Francisco</i>
42	LINDA DAINACIO SILVA	200768982	SERROTE BRANCO IBARETAMA	<i>Linda</i>
43	ANA MARIA DA SILVA VIER	3347592-92	IBARETAMA SEDE	<i>Ana Maria</i>
44	JOSE OTACILIO DA SILVA	20076971937	LAGEO IBARETAMA	<i>Jose Otacilio</i>
45	FRANCISCO NATANAEL DA SILVA	2008070170538	LAGEO IBARETAMA	<i>Francisco</i>
46	JULIO JORGE DA SILVA	200600531000	LAGEO IBARETAMA	<i>Julio</i>
47	FRANCISCO MANOEL DA SILVA	3240482-97	LAGEO IBARETAMA	<i>Francisco</i>
48	ANTONIO JORGE MARTINS DA SILVA	99098136961	LAGEO IBARETAMA	<i>Antonio</i>
49	ELIZIANO RODRIGUES DA SILVA	200400506794	LAGEO - SEDE - IBARETAMA	<i>Eliziano</i>
50	FRANCISCO REGIANO DA SILVA	2007019047267	LAGEO - SEDE - IBARETAMA	<i>Regiano</i>
51	ANTONIA NILDEANE DA SILVA	200600523087	LAGEO - SEDE - IBARETAMA	<i>Antonia</i>
52	AUGELIANA MARTINS DA SILVA	3183994-96	LAGEO IBARETAMA	<i>Augeliana</i>
53	FRANCISCA VALDIZA DA SILVA	3029999-96	LAGEO - SEDE - IBARETAMA	<i>Valdiza da</i>

M. P. 124
IBARETAMA

Edson



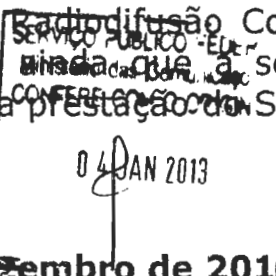
ANEXO 07

MANIFESTAÇÕES EM APOIO

MANIFESTAÇÃO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO ZIN-
ZECA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.109.992/10001-
96, com
sede OITZECA - DISTRITO DE OITZECA.

_____, na cidade de **Ibaretama**, Estado do **Ceará - CEP:
63.970 - 000**, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída
e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de
que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004,
demonstrar o seu total apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, que
tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária
no Município de Ibaretama (CE). Afirmando ainda que a sede desta
entidade se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.



Ibaretama (CE), 30 de Dezembro de 2010.

Silvânia Freitas Cavalcante.
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal:

SILVÂNIA FREITAS CAVALCANTE


CPF: 919.300.243-34

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

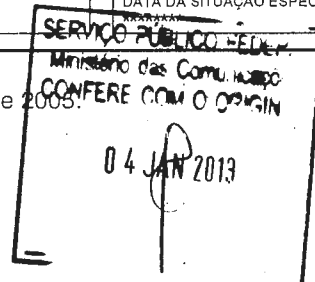



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.109.592/0001-96	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/06/2006
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE OITICA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO OUTROS OITICA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ZONA RURAL	
CEP 63.984-000	BAIRRO/DISTRITO OITICA	MUNICÍPIO IBARETAMA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/06/2006	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia 6/7/2006 às 14:17:17 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

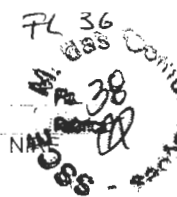


 Preparar página
para impressão

A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

FCPJ - FICHA CADASTRAL DA PESSOA JURÍDICA



EVENTO(S)

Código/descrição

Data

101 Inscrição de primeiro estabelecimento

28/06/2006

IDENTIFICAÇÃO

Nome Empresarial

Título do Estabelecimento(Nome Fantasia)

ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE
OITICICA

QUALIFICAÇÃO

Natureza Jurídica

399-9 Outras Formas de Associação

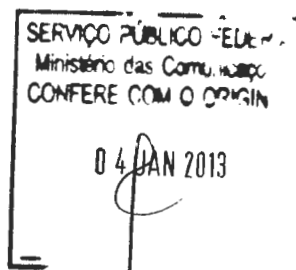
ATIVIDADE ECONOMICA

NAE Fiscal Principal

9199-5/00

Outras atividades associativas, não es...

NAE-Fiscal Secundária



tipo de Unidade

Unidade Produtiva

ENDEREÇO

tipo de Logradouro

Logradouro

Número

OUTROS

OITICICA

S/N

complemento

Bairro/ Distrito

ZONA RURAL

OITICICA

cep

Nome do Município

UF

63984-000

IBARETAMA

CE

DD

Telefone 1

DDD

Telefone 2

DDD

FAX

Correio Eletrônico

88

9952-9577

od. País

Nome do País



CONTABILISTA / RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Nome / Nome Empresarial

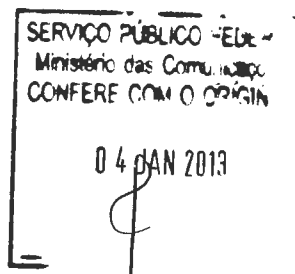
ALINE DE SOUSA FERREIRA

Classificação	CRC do Contabilista	UF	Tipo	CPF
Profissional	013616	CE	Originário	802.237.703-10

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ

Nome	CPF	Qualificação
SILVANIA FREITAS CAVALCANTE	979.300.243-34	16-Presidente

Data Geração do Relatório: 30/06/2006 Hora Geração do Relatório: 14:33:08





IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

CNPJ Nome Empresarial

Nº Página/Total de Páginas

01 / 01

ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE
OITICA

IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS E REPRESENTANTES LEGAIS

Nome(pessoa física)/NOME EMPRESARIAL (pessoa jurídica) CPF / CNPJ do Sócio

SILVANIA FREITAS CAVALCANTE

979.300.243-34

Qualificação

16 Presidente

Natureza do Evento / Data

001 Entrada de sócio/administrador

28/06/2006

Part.Capital Social

Nome do País

CPF

Qualificação

Nome do Repres. Legal

Data Geração do Relatório: 30/06/2006 Hora Geração do Relatório: 14:33:08





21 FEV. 2011

Em 19 de junho de 2006, verificado.

11
19

Ota. de junho de 2006 e posse da
associação comunitária dos moradores
de Itiara distrito de Itiara Barreto
ma. ce. aos quatro (4) dias do m
de junho do ano dois mil e seis
(2006) as dezessete horas na reside
cia do senhor João Willian Cabral re
uniram os moradores desta localidade
para juntos discutirem e fundarem
uma associação. Iniciando a reunião
foi feita a leitura do estatuto de
pois de lido os capítulos e os ar
tigos foi aprovado por unanimidade
em seguida iniciou o processo elei
toral a eleição aconteceu por ac
mação ficando assim constituída a
diretoria: Presidente: João Willian
Cavalcante, Vice-Presidente: João Willian
Cabral, primeiro secretário: Meloda
Veassis, Gamele, segundo secretário
Marcelina napoleão Joana primeiro
tesoureiro. Valéria Oliveira Lidal
segundo tesoureiro. Francisco Enio
ardo Reito, conselho fiscal efetivo:
Baria do ocoreo Holanda de Frei
tas, Luiza do carmu de ouza
nascimento, Valdenir Serreira de
Queiroz, suplentes: Edimilson Pereira
do nascimento, Edinay Bezerre Ro
drigues, Manoel Jacário da sífor
Terminando o processo eleitoral a
diplomação foi empessada, cada membro
eleito fez um pla palavra com em
promisso de juntos e unidos traba
lharem em prol do melhoramento!

R DATA
T 28/06/2006
D 28/06/2006
LIVRO
30
FOLHA
192

Escritório
LUIZ CESAR MENEZES FERREIRA

SERVO
Ministério das C
CONFER
04 JAN 2011

da comunidade. A presidenta eleita agradeceu a todos pela confiança nela depositada, nada mais tendo a declarar a presidenta encerra a reunião e em seguida se assina a presente ata que depois de lida e aprovada vai por todos assinada.

Presidente: Silvânia Freitas Cavalcante

Vice-Presidente: José William Costa

1º Secretário: Nilda de Assis Mamode

2º Secretário: Macivânia Nogueira Viana

1º Tesoureiro: Valéria Oliveira Silva

2º Tesoureiro: Fco. Eduardo Brito

Conselho Fiscal Efetivo: Maria do Socorro da Silva

Conselho Fiscal Suplente: Maria do Carmo de Souza Nascimento

Valdir Ferreira de Oliveira

Suplentes: Edmilson Pereira do Nascimento

EDNEY BEZERRA RODRIGUES

Manoel Macário da Silva

Traciellino Vieira da Silva

Diego Holanda de Freitas

Valdirene Alves da Silva

Manoel Francisco da Silva

Antonio do Carmo da Silva

Mª de Jéssica Oliveira Alves

Priscilla Elizabeth Serapim dos Santos

Maria das Graças Nogueira da Silva

Traciellino Vieira da Silva

Francisco Ronaldo da Silva

Francisco Cristóvão da Silva

Apelino Alves dos Santos

Francisca Figueira Alves

Maria Carmo Ferreira Ferreira

Angela Maria Nogueira Viana

CARTÓRIO JÚLIO MIRANDA			
R	DATA	LIVRO	FOLHA
T	28/06/2006	30	192V
D	APRESENTANTE Nº Ordem 0002903		
ASSOC.COM.DOS MOR. DE OITICA			

Ass. Cesar Menezes Ferreira
LIVRO Cesar Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO

Válido somente com Selo de autenticidade	Registro do 1º. Ofício Notarial - CE
	A presente cópia fotostática contém o original que me foi exibido. Dê a liberdade - CE
	21 FEV. 2007

Selo de autenticidade
03
AUTENTICAÇÃO
Nº EE 566.784

Francisco Rodrigues dos Santos

José Maria Camargo Neto

Washington de Souza Nascimento

Daiary Cavalcante da Silva

Sebastião da Costa do Carmo da Silva

Maria Rosa Vieira Mantillo Lopes

M^{re} do Socorro Oliveira Dutra

Osvaldo Viana de Souza Neto

Lea Neuda Góis da Silva

Rozalinda Evangelista Silva

Maura dos Gracos Pereira da Silva

F^{co} Edmilson Bezerra

Aurine Te Nobre de Lima Brito

Maria de L^{ima} Pereira da Silva

Francisco Gleydson da Silva

Maurício David Lima

Francisco José de Freitas Neto

José de Palma Filho Silva

Francisca Evânia Freitas Bezerra

M^{re} Teodiana Vilela de Silva

Elvira Viana de Freitas Bezerra

Francisco Sérgio de Freitas

Paulo Augusto de Freitas

CARTÓRIO JÚLIO MIRANDA

R	DATA	LIVRO	FOLHA
T	28/06/2006	330	993
D			

APRESENTANTE N° Ordem 0002903
ASSOC.COM.DOS MOR. DE OITICA

Livio Cesar Menezes Ferreira
Livio Cesar Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO



CARTÓRIO JÚLIO MIRANDA

TRIBUNAL DE JUSTICA	
PROVIMENTO 66/97	
Emolumentos	13,45
FERMOJU	2,60
ACM	0,00
FERC	260
TOTAL	16,05
N° Selo	AB 260223
Via(s)	1A

SERVIÇO PÚBLICO - ELET -
Ministério das Com. e Cons.
CONFERE COM O ORIGIN

04 JAN 2013

Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)
A presente cópia fotostática confere com
o original que me foi exibido: DOUT.
Ibaretama-CE,

21 FEV. 2011

Em testemunho da verdade.

Ivan Brásilino de Freitas Júnior - Tabelião
Ivan Brásilino de Freitas Júnior - Substituto
Francisco Ricardo Filho de Freitas - Esc. Autorizada



30 JUN. 2006

LIVIO Cesar. Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE OITICICA

Capítulo I Da Denominação e da Sede

Art. 1º - A Associação Comunitária dos Moradores de Oitica, fundada em 04 de junho de 2006, tem fins lucrativos, com sede na localidade de Oitica, distrito de Oitica, no município de Ibareta - Ceará, com foro jurídico na comarca de Ibareta e passa a se reger por este estatuto e pelas normas legais.

Capítulo II Das Finalidades

Art. 2º - A Associação Comunitária dos Moradores de Oitica, doravante denominada de Associação, tem por finalidade:

- a) Congregar e defender os interesses dos moradores de Oitica;
- b) Contribuir para o desenvolvimento da comunidade de Oitica;
- c) Congregar e organizar as associações e defender suas reivindicações junto aos órgãos públicos visando melhores condições de vida para seus associados;
- d) Firmar convênios, contratos, distratos e/ou acordos com instituições públicas e/ou privadas que possam promover, através de treinamentos, cursos, palestras, encontros, seminários e treinamentos, cursos, palestras, encontros, seminários e treinamentos para capacitação profissional e empresarial dos associados;
- e) Promover entre os associados as atividades relativas a produção, a saúde, ao lazer, a formação profissional e educacional;
- f) Implantar e desenvolver a agropecuária e pequenas indústrias visando geração de empregos e rendas;
- g) Estimular o desenvolvimento de uma consciência política e participação na vidas dos associados;
- h) Apoiar e fortalecer o desenvolvimento do município de Ibareta e defender interesses dos associados junto aos órgãos públicos e privados;

SERVIÇO PÚBLICO - E.D. -
Município de Oitica
CONFERE COM O ORIGINAL
04 JAN 2013

Capítulo III Dos Princípios

Art. 3º - A Associação tem como caráter político partidário ou religioso, não adotará qualquer discriminação de cultura, de sexo, de raça, de cor, de religião ou de partido político. Não tem fins econômicos ou financeiros e não distribuirá lucros e/ou dividendos aos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e aos associados.

Art. 4º - A Associação existirá por tempo indeterminado, de acordo com a vontade de seus associados e terá um numero ilimitado de associados, não podendo, no entanto, ter menos que o numero necessário para a composição da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Suplentes.

Capítulo IV Do Quadro Social

Art. 5º - Toda pessoa maior de dezesseis anos de idade completos, residente e domiciliada na localidade Oitica, tem direito de ser admitido como associado, desde que aceite e cumpra as determinações do

Delegado Oitica - Anal.
O. A. B. M. - 10/2/2013

30 JUN. 2006

Livio Cesar Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO



estatuto, da Assembléia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal e tenha interesse de trabalhos associativos, se enquadre nas somas estatutárias e que tenha a sua admissão aprovada pela Diretoria.

Art. 6º - O quadro social da entidade será composto pelas seguintes categorias:

- a) Associado Fundador - aquele que contribuiu para a formação desta Associação;
- b) Associação Efetivo - aquele que ingressa e se mantém na Associação.



Capítulo V Da Admissão do Associado

Art. 7º - Condições para ser admitido na Associação pela Diretoria:

- a) Ter, no mínimo, dezesseis anos de idade;
- b) Solicitar à Diretoria, por escrito, a sua filiação na Associação;
- c) Ter residência na localidade Oiticica;
- d) Aceitar e concordar com os dispositivos em vigor neste estatuto;
- e) Ser deferido pela Diretoria o seu pedido de admissão na Associação;
- f) Preenchimento dos requisitos e formalidades estabelecidas no estatuto.

Capítulo VI Da Demissão do Associado

Art. 8º - Será demitido da Associação pela Diretoria o associado que:

- a) Pedir o seu desligamento da Associação;
- b) Não cumprir as determinações estatutárias;
- c) Deixar de residir na localidade Oiticica;
- d) For afastado do quadro social por deliberação da Diretoria e/ou da Assembléia Geral.

§ Único - Será readmitido no quadro social, mediante pedido escrito ao presidente do associado que:

- a) Tiver sido demitido por ter atrasado suas mensalidades, desde que as quite;
- b) Deixou de residir na localidade Oiticica e voltar a residir nesta localidade.

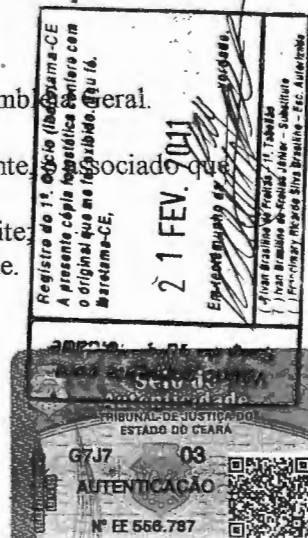
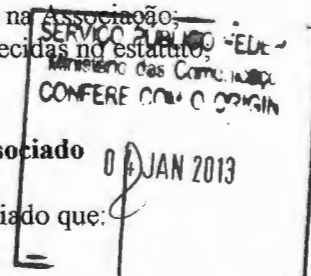
Capítulo VII Da Exclusão do Associado

Art. 9º - Será excluído da Associação pela Diretoria o associado que:

- a) Descumprir as decisões da Diretoria e/ou da Assembléia Geral;
- b) Tenha sido suspenso por mais de três vezes;
- c) Quando contrariar normas estatutárias e, for advertido, reincidir na mesma falta;
- d) Danificar, por ação ou omissão, o patrimônio da Associação.

Capítulo VIII Dos Direitos dos Associados

Art. 10º - É direito de todo associado:



Deiber Quirino P. M. M. L. A. B. - CE - 102/07

30 JUN. 2006
LIVIA CESAR MENEZES FERREIRA
ESCREVENTE AUTORIZADO



- a) Votar e ser votado na forma deste estatuto para membro da Diretoria, do Conselho Fiscal e Suplentes;
- b) Participar das Assembléias Gerais com direito a voz e voto, fazer proposições e votar os assuntos que nas mesmas forem tratados e opinar sobre os trabalhos desenvolvidos pela Associação;
- c) Usufruir os benefícios e serviços prestados pela Associação aos associados;
- d) Convocar Assembléia Geral desde que o requerimento de convocação seja assinado por, no mínimo, um quinto (1/5) dos associados quites com suas obrigações sociais;
- e) Propor a Diretoria e/ou a Assembléia Geral, medidas de interesse da Associação e dos associados;
- f) Utilizar-se dos serviços e equipamentos de propriedades da Associação, desde que solicitado com antecedência à Diretoria.

Capítulo IX Dos Deveres dos Associados

São deveres de todos os associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e demais resoluções aprovadas pela Assembléia Geral e pela Diretoria;
- b) Prestigiar a Associação através de uma participação ativa em toda e qualquer atividade e/ou evento por ela realizada;
- c) Pagar contribuição mensal a Associação, conforme valor determinado para cada ano pela Assembléia Geral;
- d) Participar das reuniões de Comissões de Trabalho e/ou outras que venham a ser criado, como também das Assembléias Gerais para deliberações dos interesses dos associados e da Associação, cumprir e acatar o determinado no presente estatuto;
- e) Zelar pelo bom nome da Associação e pelo patrimônio da mesma;
- f) Desempenhar com zelo as tarefas de sua responsabilidade.

§ 1º - Os sócios não são solidários pelas obrigações assumidas e contraídas pela Associação e pelos seus órgãos gestores.

Capítulo X Das Penalidades

Art. 12º - Aos associados serão aplicadas pela Diretoria as seguintes penalidades:

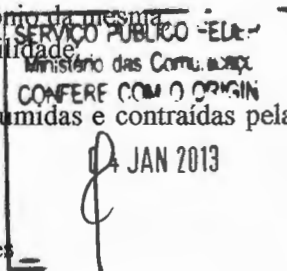
- a) Advertência - pena aplicada ao associado que, com palavras ou atitudes desrespeitar, os associados;
- b) Suspensão - pena aplicada ao associado que não cumprir as decisões da Diretoria e da Assembléia Geral e/ou for advertido reincidir na mesma falta.

§ Único - Será instaurado pela Diretoria o procedimento disciplinar para apurar faltas cometidas pelos associados na conformidade do estatuto.

Capítulo XI Da Assembléia Geral

Art. 13º - A Assembléia Geral é o órgão supremo e deliberativo da Associação, constituída pelos associados em dias com suas obrigações sociais e na conformidade do estatuto da Associação.

Art. 14º - As Assembléias Gerais podem ser Ordinárias e Extraordinárias.



O. A. B. - 10240

30 JUN. 2006
LIVRO Cesar Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO



§ 1º - A Geral Ordinária será convocada e instalada uma vez por ano e na mesma serão apreciados e votados os temas relacionados no art. 15² e outros assuntos de interesse da Associação e dos associados.

§ 2º - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada e instalada quanta vezes for necessário e nas mesmas serão apreciados e votados assuntos urgentes e os recursos.

§ 3º - A Assembléia Geral será convocada pelo presidente, pela maioria da Diretoria, pela maioria do Conselho Fiscal ou por um quinto (1/5) dos associados quites com suas obrigações sociais.

§ 4º - As deliberações da Assembléia Geral as deliberações são tomadas, por voto direto e secreto, pela maioria absoluta dos presentes e vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes, exceto par alteração do estatuto e dissolução da Associação.

Art. 5º - É de exclusiva competência da Assembléia Geral:

- Eleger os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e Suplentes;
- Destituir do cargo de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Apreciar e aprovar a prestação de contas apresentada pela Diretoria;
- Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente;
- Alteração do estatuto da Associação na forma da legislação e do estatuto;
- Apreciação e julgamento dos recursos impetrados;
- Deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse da Associação e dos associados;

Art. 16º - As Assembléias Gerais serão convocadas, com antecedência mínima de dez dias, mediante Edital de Convocação, fixado nos locais visíveis na sede da associação e divulgado nos meios de comunicação no município, constando no mesmo a ordem do dia, o local, o dia e a hora marcada para a instalação das mesmas, bem como o percentual de associados exigidos na 1ª e na 2ª convocação.

Art. 17º - Não comparecendo o número suficiente de associados para a realização da Assembléia Geral em 1ª convocação, ou seja, dois terço (2/3) dos associados, será de meia hora, após o horário anterior, a realização da 2ª convocação e esta será realizada com qualquer número de associados presentes, exceto para destituições dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e para alteração do estatuto e dissolução da Associação.

§ Único - Quando o presidente e qualquer dos membros ou suplentes da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal não comparem à Assembléia Geral e/ou se negarem a presidir e a secretariar a Assembléia Geral, a mesma será presidida e secretariada por associados a serem escolhidos pela própria Assembléia.

Capítulo XII Da Diretoria e de seus Membros

Art. 18º - A Diretoria é o órgão da administração da Associação.

Art. 19º - Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal são de dois anos, com períodos coincidentes, sendo permitido a reeleição.

Art. 20º - Não é obrigatório a renúncia ou afastamento dos cargos de membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e de Suplentes para se candidatar ou assumir cargos públicos eletivos, empregos públicos, cargos e/ou funções públicas.

Art. 21º - A Diretoria é constituída de: a) Um Presidente; b) Um Vice-presidente; c) Um 1º Secretário; d)

Q. A. B. - 10x40

30 JUN. 2006

LIVIO Cesar Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO

Um 2º Secretario; e) Um 1º Tesoureiro; f) Um 2º Tesoureiro; g) Três efetivos; h) três suplentes.

Art. 22º - Compete a Diretoria:

- Admitir, demitir, excluir e aplicar penalidades aos associados;
- Executar os programas aprovados pela Assembléia Geral;
- Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente;
- Firmar acordo, contratos, distratos e convênios;
- Contratar empregados e prestadores de serviços;
- Distribuir tarefas entre os associados.

Art. 23º - A Diretoria e o Conselho Fiscal reúnem-se ordinariamente no mínimo uma vez por mês, em dia e hora que serão fixados pelo presidente, para tratar das atividades da Associação e distribuir responsabilidades.

Art. 24º - Para realização das reuniões da Diretoria será obrigatório a presença mínima de dois terço (2/3) de seus membros e as decisões serão tomadas, em votação aberta, com aprovação da maioria absoluta de seus membros presentes à reunião e das mesmas caberão recursos para a Assembléia Geral.

Art. 25º - Todo e qualquer membro da Diretoria que faltar a cinco reuniões consecutivas e injustificadas, será declarada a vacância do seu cargo pela Assembléia Geral Extraordinária, convocada para este fim e, na mesma, será dado posse aos suplentes.

Art. 26º - A convocação de reunião extraordinária da Diretoria será promovida pelo presidente, por um quinto (1/5) dos associados quites com suas obrigações sociais, pela maioria da Diretoria e pela maioria do Conselho Fiscal.

Art. 27º - Compete aos membros da Diretoria:

I - Ao Presidente:

- Representar, extra e judicialmente, ativa e passivamente a Associação;
- Abrir e movimentar contas bancárias juntamente com o tesoureiro;
- Delegar poderes a um ou mais associados;
- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- Convocar e presidir a Assembléia Geral;
- Orientar as diversas atividades programadas e posta em execução;
- Assinar, juntamente com o secretário, os expedientes da Associação;
- Assinar, juntamente com o tesoureiro, os cheques, os balanços e os balancetes;
- Assinar contratos, distratos, acordo e convênios.

II - Ao Vice-presidente:

- Auxiliar o presidente nas reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais;
- Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos.

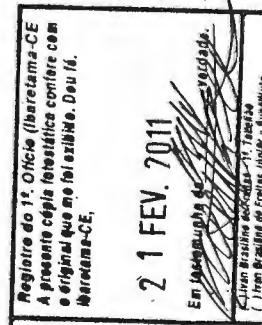
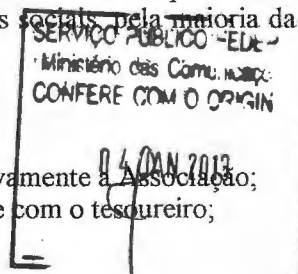
IV - Ao 1º Secretário:

- Redigir e assinar, com o presidente, as atas das reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais;
- Redigir e assinar, com o presidente, os expedientes da Associação;
- Organizar e manter o arquivo da Associação;
- Firmar com o presidente os convênios de interesse da Associação;
- Manter sob sua guarda o livro de atas e demais documentos da secretaria.

V - Ao 2º Secretário:

- Auxiliar o 1º secretário nas reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais;
- Substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos.

III - Ao 1º Tesoureiro;



Reitor Q. :
O. A. B. - CE - 240

30 JUN. 2006

LIVIO Cesar Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO



- a) Manter em ordem e atualizada a contabilidade da Associação;
- b) Assinar, junto com o presidente, todos os cheques, os balanços e os balancetes;
- c) Efetuar pagamentos de remunerações de empregados e despesas da Associação;
- d) Assinar todos os documentos de movimentação financeira da Associação;
- e) Efetuar pagamentos com o "pague-se" do Presidente;
- f) Manter o livro de caixa sob a sua guarda, com ativo e passivo atualizado;
- g) Prestar contas à Diretoria e à Assembléia Geral das despesas e receitas da Associação.



IV - Ao 2º Tesoureiro:

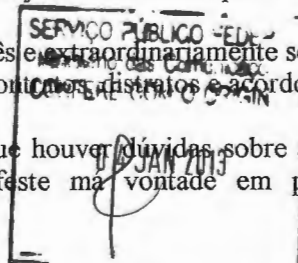
- a) Auxiliar reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais;
- b) Substituir o 1º tesoureiro em suas faltas e impedimentos.

Capítulo XIII Do Conselho

Art. 28º - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação, sendo constituído por três membros efetivos e três suplentes.

Art. 29º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as receitas e despesas realizadas pela Diretoria;
- b) Participar da prestação de conta da Diretoria;
- c) Convocar Assembléia Geral;
- d) Objetivar o bom funcionamento e organização da Associação;
- e) Analisar e dar parecer sobre a prestação de contas apresentadas pela Diretoria;
- f) Analisar e dar parecer sobre os projetos elaborados pela Associação;
- g) Reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário;
- h) Analisar e dar parecer sobre convênios, contratos, distritos e acordos a serem firmados pela associação;
- i) Convocar a Assembléia Geral sempre que houver dúvidas sobre as receitas e despesas da Associação ou que a Diretoria manifeste má vontade em prestar ao Conselho os esclarecimentos devidos.



Art. 30º - Dos membros efetivos do Conselho Fiscal, um membro será escolhido para o cargo de coordenador e outro membro será escolhido para o cargo de secretário, escolha esta feita pelos próprios membros do Conselho Fiscal, quando da realização de sua 1ª reunião e ao coordenador cabe coordenar os trabalhos do conselho e ao secretário ajudar o coordenador e lavrar as atas das reuniões e demais anotações, bem como praticar as atribuições pertinentes no Conselho Fiscal.

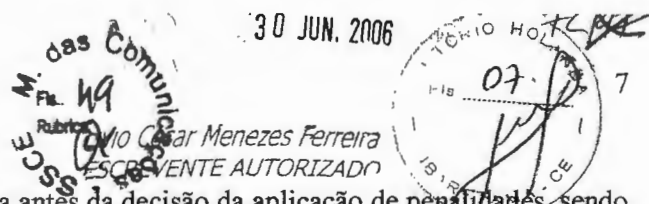
Art. 31º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas com aprovação, em votação aberta, de dois terços (2/3) de seus membros.

Capítulo XIV Do Procedimento Disciplinar

Art. 32º - A apreciação e decisão da admissão, da demissão, da exclusão e da aplicação das penalidades aos associados são de competência da Diretoria, mediante decisão da maioria de seus membros presentes à reunião.

Art. 33º - O pedido de apreciação e decisão de falta cometida por sócio, independente de ser membro da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal, de que trata o parágrafo anterior, será apresentado à Diretoria, por escrito, por qualquer associado quites com suas obrigações sociais e a Diretoria tem obrigação de instaurar o procedimento disciplinar para apuração da denúncia em vinte e quatro horas.

Wagner Oliveira
O. A. B. - 40240



§ 1º - Ao associado será dado amplo direito de defesa antes da decisão da aplicação de penalidades, sendo ao mesmo concedido prazo de dez dias, a contar da notificação da abertura do procedimento disciplinar, para apresentar, por escrito, a sua defesa e apresentar provas.

§ 2º - Depois de cumpridas as formalidades previstas no parágrafo anterior, o procedimento disciplinar será concluso ao presidente da Associação e este designará data para realização da reunião extraordinária da Diretoria para apreciar e decidir o questionamento.

§ 3º - Ao associado será concedido o prazo de dez dias corridos, a contar da notificação da decisão da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal, para apresentar, por escrito, recurso para a Assembléia Geral.

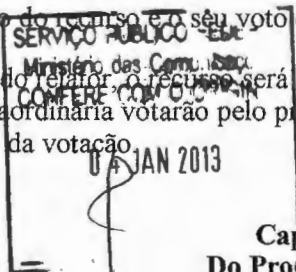
Capítulos XV Dos Recursos

Art. 34º - Toda decisão da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal caberá recurso, no prazo de dez dias, para a Assembléia Geral com efeito devolutivo.

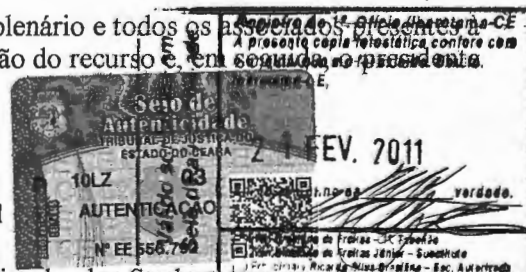
§ 1º - O recurso será recebido pelo 1º Secretário, esse dará comprovação de recebimento e encaminhará o recurso, ao presidente para as medidas de praxe.

§ 2º - O presidente ao receber o recurso, se este for intempestivo, determinará o seu arquivamento e, em não sendo, convocará no prazo de dez dias a Assembléia Geral Extraordinária para apreciar e julgar o recurso e, no mesmo ato, nomeará um relator para analisar o recurso e apresentar oralmente na Assembléia a exposição do recurso e o seu voto de provimento ou não ao recurso.

Art. 35º - Após o voto do relator, o recurso será submetido ao plenário e todos os associados presentes na Assembléia Geral Extraordinária votarão pelo provimento ou não do recurso e, em seguida, o presidente apresentará o resultado da votação.



Capítulo XVI Do Processo Eleitoral



Art. 36º - As eleições para escolha da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Suplentes ocorrerão de dois em dois anos.

§ Único - No ano das eleições a Assembléia Geral Ordinária será instalada na data do término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal em exercício.

Art. 37º - O processo eleitoral dar-se-á pelo sistema com chapas completas, com voto direto e secreto.

§ Único - É proibido o voto por procuração e cada associado votará apenas uma vez.

Art. 38º - As eleições serão convocadas pelo Presidente, por decisão da maioria da Diretoria ou por requerimento de um quinto (1/5) dos associados quites com suas obrigações sociais.

§ 1º - As inscrições das chapas serão recebidas pelo secretário da Associação e o mesmo entregará comprovante da inscrição.

§ 2º - As eleições de que trata este artigo será convocada por edital publicado com antecedência mínima de quinze dias da data da realização da eleição, devendo constar no mesmo o prazo para inscrição das chapas, o dia, o local e o horário das eleições, o início e do final da votação.

Handwritten signature and stamp at the bottom right: 'O. A. B. - 10240'.



30 JUN. 2006

LIVIO Cesar Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO



§ 3º - O Edital será afixado na sede da Associação e divulgado pelos meios de comunicações existentes no município.

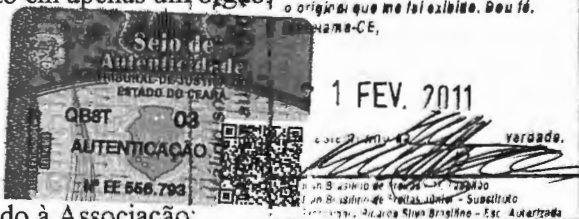
Art. 39º - Nas chapas devem ser discriminados os nomes completos de todos os candidatos e os cargos que cada um postula, bem como os nomes completos dos suplentes.

§ 1º - Só poderão ser candidatos os brasileiros natos que estejam filiados na Associação no mínimo seis meses antes da data da realização das eleições e que estiverem em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º - Não poderá o associado ser candidato a mais de um cargo na Diretoria e/ou no Conselho Fiscal nas mesmas eleições, bem como só poderá ser candidato em apenas um órgão.

Art. 40º - Não poderão votar ou serem votados:

- a) Estrangeiros;
- b) Militares da ativa.
- c) Menores de 18 anos de idade;
- d) Associados em atraso com as mensalidades;
- e) Associado com menos de seis meses de filiado à Associação;
- f) Associados que não tiveram suas contas aprovadas quando em cargo de administração;



§ único - O associado inadimplente poderá quitar seu débito até no dia da eleição para ter o direito de votar, desde que ao fazê-lo não esteja encerrada a votação.

Art. 41º - Será nomeada pelo presidente da Associação uma Comissão Eleitoral, formada por quatro membros, para dirigir os trabalhos das eleições e a mesma publicará os resultados no final das eleições.

§ 1º - A Comissão Eleitoral será composta de um presidente, um secretário e dois escrutinadores. Os membros da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos nas eleições, membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal em exercício, cônjuges ou parentes até 2º grau de candidatos ou membros da Diretoria e do Conselho Fiscal em exercício.

§ 2º - Após o encerramento das eleições ocorrerá a apuração dos votos pela Comissão Eleitoral e, em seguida, será divulgado o resultado da apuração pelo presidente da Comissão Eleitoral. Será eleita a chapa que obtiver a maior votação entre os concorrentes e, em se tratando de chapa única, esta será eleita se conseguir a maioria absoluta de votos dos associados presentes à Assembleia Geral.

§ 3º - Em caso de empate será eleita a chapa na qual o presidente é o mais idoso e persistindo o empate, será eleita a chapa na qual o presidente tem mais tempo de associado.

§ 4º - Os candidatos serão proclamados eleitos pela Assembleia e, em seguida, são empossados em seus respectivos cargos.

Capítulo XVII Da Perda do Mandato e da Vacância

Art. 42º - Os membros da Diretoria e/ou do Conselho serão destituídos de seus mandatos pela Assembleia Geral nos seguintes casos:

- a) For expulso ou demitido da Associação;
- b) Cometer grave violação do estatuto da Associação;
- c) Abandonar o cargo na função prevista neste estatuto;
- d) Malversação ou dilapidação do patrimônio da Associação;
- e) Deixar de participar de três reuniões consecutivas do órgão a que pertence ou a duas Assembleias Gerais consecutivas, sem motivos justificáveis.

Deiber Queiroz
D. A. B. - 10249



21 FEV. 2011

Emplacado em 21/02/2011
Ivan Bráulio de Pinho Júnior - Substituto
Ferreira, Ricardo Silva Bráulio - Esc. Autorizada

30 JUN. 2006
M. das Comunicações
Cesário Menezes Ferreira
ESCREVENTE AUTORIZADO



Art. 43º- O membro da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal será notificado da abertura do procedimento de destituição e ao mesmo será assegurado amplo direito de defesa.

Art. 44º - Havendo renúncia ou destituição de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal assumirá o cargo vacante o substituto legal e obedecerá a ordem de colocação da chapa na qual o mesmo foi inscrição e eleito, cabendo ao presidente convocar o suplente para assumir o cargo vacante.

§ 1º - Achando-se esgotada a lista de membros da Diretoria, para cada cargo; serão convocados os suplentes e esgotada a lista de suplentes será convocada a Assembléia Geral Extraordinária para preenchimento das vagas através de eleição.

§ 2º - A vacância do cargo será declarada pelo presidente, após decisão da Diretoria em reunião extraordinária convocada para este fim, com votação de maioria absoluta dos membros presentes à reunião.

Art. 45º- Havendo renúncia coletiva dos membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal, assumirá a direção da Associação um suplente, pela ordem de menção na chapa, primeiro da Diretoria e, em não havendo da Diretoria, assumirá um do Conselho Fiscal, não havendo suplente, por qualquer motivo, assumirá a direção da Associação o mais antigo associado, que convocará a Assembléia Geral Extraordinária, em vinte e quatro horas, para a realização de novas eleições.

§ Único - Em caso de falecimento ou abandono de cargo de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal serão adotadas iguais providências.

Capítulo XVIII Do Patrimônio da Associação e Recursos para sua Manutenção

Art. 46º- O patrimônio da Associação será constituído por bens imóveis, móveis e semoventes doados e/ou adquiridos pela Associação.

Art. 47º- Os recursos para manutenção da Associação são constituídos pelas contribuições mensais dos associados, subvenções públicas, de ações especiais e resultados de promoções realizadas pela Associação, rendas de exploração de bens da Associação e ajudas financeiras de instituições públicas e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais.

Capítulo XIX Das Disposições Gerais

Art. 48º- A Diretoria organizará estruturalmente e administrativamente a Associação para garantir o pleno funcionamento deste estatuto e a concretização de suas finalidades.

Art. 49 - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não serão remunerados pelos cargos que ocupam na associação e, de igual modo, estes e os associados não receberão bonificações, dividendos ou qualquer outro tipo de remuneração.

Art. 50º- Este estatuto só poderá ser reformado, no todo ou em parte, por decisões da Assembléia Geral Extraordinária, na qual é exigido o voto concorde de dois terços (2/3) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Art. 51º- A Entidade só poderá ser dissolvida por determinação judicial e/ou com a aprovação da

30 JUN. 2006
 M. das Comun. 52
 Rubrica LIVIO César Menezes Ferreira
 ESCRIVENTE AUTORIZADO

ANTONIO HEZ. JR
 Fls. 10
 IBARETAMA - CE

Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para este fim, na qual será exigido o voto concorde dos terços (2/3) dos presentes, não podendo ela deliberar, em 1ª convocação, sem a maioria absoluta de seus associados ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

§ Único - No caso de dissolução da Associação todo o seu patrimônio será transferido para uma instituição congênere com sede no município de Ibaretaama.

Art. 52º - Os casos não previstos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria e Conselho Fiscal em votação conjunta com decisão de dois terços (2/3) dos presentes à reunião extraordinária especialmente convocada pelo presidente para este fim.

Art. 53º - O presente estatuto foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 04 de junho de 2006.

Art. 54º - Este estatuto entrará em vigor da data de seu registro no cartório com o original.

Ibaretaama-Ceará, 04 de junho de 2006.

Silvana Freitas Cavalcante

SILVANA FREITAS CAVALCANTE
 Presidente

SERVIÇO PÚBLICO - ELET -
 Ministério das Comun. e Transportes
 CONFERE COM O ORIGINAL
 04 JAN 2013

Registro do 1º Ofício Ibaretaama-CE
 A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.
 21 FEV. 2011
 Em testemunha da verdade
 Ibaretaama-CE

Selo de Autenticidade
 VALOR COMENTADO
 Selo de Autenticidade
 AB 260224

Selo de Autenticidade
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 INQY 03
 AUTENTICAÇÃO
 Nº EE 556.795

CARTÓRIO JULIO MIRANDA
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 PROVIMENTO 06/97
 Emolumentos 31,75
 FERMOJU 2,40
 ACM
 FERC 260
 TOTAL 36,35
 Nº Selo AB 260 224
 Via(s)

CARTÓRIO HOLANDA

ESTE ESTATUTO FOI REGISTRADO NO LIVRO A-1, FLS.040V/042, SOB O Nº. DE ORDEM 131, EM 30 DE JUNHO DE 2006.

Livio Cesar Menezes Ferreira
 LIVIO CÉSAR MENEZES FERREIRA
 ESCRIVENTE AUTORIZADO

Deiber Oliveira
 O. A. B. - 11/04/2010

FLV 1
das Q
53
CE
9
de

ANEXO 07

MANIFESTAÇÕES EM APOIO

MANIFESTAÇÃO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DE PRODUTORES SÃO FRANCISCO DE
ASSIS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.147.428 / 0001 -
08, com
sede EM VARZEA DA ONÇA - DISTRITO DE OTTIZEA /
na cidade de **Ibaretama**, Estado do **Ceará** - **CEP:**
63.970 - 000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída
e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de
que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004,
demonstrar o seu total apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, que
tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária
no Município de Ibaretama (CE). Afirma ainda que a sede desta
entidade se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

SERVIÇO PÚBLICO - CEL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE COM O ORIGINAL

04 JAN 2013

Ibaretama (CE), 30 de Dezembro de 2010.

Claudio Roberto Camurça Soares
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal:

CLÁUDIO ROBERTO CAMURÇA SOARES

CPF: 698525293/15

OK
REPASSE
LEGAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Página 1 de



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

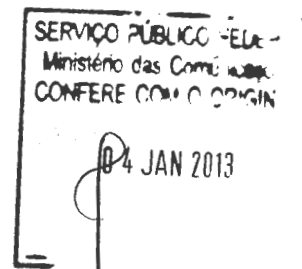
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.147.426/0001-06	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/09/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA E DE PRODUTORES SAO FRANCISCO DE ASSIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACOPSFRANA		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-8 - ASSOCIACAO		
LOGRADOURO VARZEA DA ONCA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 63.984-000	BAIRRO/DISTRITO OITICICA	MUNICÍPIO IBARETAMA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/06/1999
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 17/10/2003 às 15:21:26 (data e hora de Brasília).

Voltar





República Federativa do Brasil
Comarca de Quixadá — Estado do Ceará

Cartório Holanda

IBARETAMA — CEARÁ

Francisco Holanda de Brito Melo

TABELIÃO

CERTIDÃO

O Cidadão Francisco Holanda de Brito Melo, Oficial de Notas e Registros Públicos de Ibareta - Ceará, por nomeação na forma da lei, etc.

Certifica, em virtude da faculdade que lhe confere a lei e a requerimento verbal da parte interessada que, //
REVENDO o livro de Registros de Títulos e Documentos, sob nº /
de ordem 227, livro B- do Cartório a meu cargo, verificou -
se constar o seguinte: **SERVIÇO PÚBLICO - EDE -**
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
04 JAN 2013
calidade de Varzea da Onça, município de Ibareta, Estado do
Ceará, reuniram-se comunitários e produtores de diversas lo -
calidades, principalmente de Varzea Grande, Largem, Varzea da
Onça e outras, em Assembléia Geral, convocada através de Edi-
tal publicado na imprensa do Estado, no dia 29 de agosto de /
1997, precisamente as 9:00 horas da manhã daquele dia (7) no/
Grupo Escolar Luiz Camurça de Lima. Essa reunião teve como /
objetivo de um maior discutir e aprovar o estatuto da futura/
entidade, visando mobilizar os moradores para uma caminhada /
de sorguimento e desenvolvimento da região. A promoção social
e estrutural, através de ações, projetos e programas, é uma /
necessidade inadiável, considerando as carências em termos /
de equimaentos e utensílios por parte da própria população, /

que, diariamente, reclama melhores dias e qualidade de vida. A Assembléia Geral referida foi aberta pela a presidente da comissão responsável, prof^a. Ana Lidia Saldanha Oliveira, que disse da importância da iniciativa e da força toda uma Comunidade unida. A seguir, passou a palavra ao comunitário Luiz / Camurça Filho, e este ressaltou a presença maciça das comunidades, e elogiou a boa vontade de todos que ali se encontravam, principalmente a espontaneidade da Senhorita Ana Lidia que se prontificou, depois de ser indicado por todos // presentes a assumir a direção da entidade. Logo em seguida / falaram alguns membros do auditório, dentre eles, Jonas Rabelo, Sandra Regina, Fca. Lopes, João Batista, Fco Camurça, todos enfatizado a importância do evento. A presidente da comissão responsável colocou em posição, digo, em apreciação o estatuto da entidade, cujo o batismo, ou seja o nome que passaria a denominá-la também foi votado na ocasião. Aprovado o estatuto, a nova entidade passou-se a chamar ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIAS E DE PRODUTORES SÃO FRANCISCO DE ASSIS, "ACOPSFRANA". Continuando, foi apresentada uma lista de pessoas para que / fosse escolhida a diretoria executiva. Houve unanimidade para uma única chapa que foi votada e eleita. A diretoria executiva da ACOPSFRANA ficou assim: Presidente - Ana Lidia Saldanha Oliveira; Vice-Presidente - Claudio Roberto Camurça; 1^a Secretária: Sandra Regina Camurça; 2^a Secretaria - Francisca / Lopes da Silva; 1^a tesoureiro - Jonas Camurça Rabelo; 2^a tesoureiro - Maria Analeide Saldanha Oliveira. Em seguida, foram eleitos os membros dos Conselhos Deliberativos e fiscal, os quais ficaram assim: José Aureo Camurça, João Ferreira da Silva, João Batista dos Santos, Maria Liduina Ferreira e // Luiz Camurça Filho. Suplantes - Francilene da Silva Bezerra, Maria José dos Santos Silva, José Ferreira Filho, Maria Lucilene dos Santos e Maria do Carmo Martins Camurça. Conselho fis

M. Fe. 56
Rubrica
02
11/11/97
IBARETAMA

Maria Camurça. Suplentes - Maria Zeneide Saldanha Oliveira, Fransquinha Vieira da Silva Bezerra e Tereza Camurça. Terminada essa etapa, alguns comunitários se manifestaram pela a organização da ASSSEMBLÉIA GERAL e todos na certeza de que, juntos, haveremos de vencer. Antes do encerramento da Assembléia, a Presidente da diretoria eleita a senhorita Ana Lidia agradeceu a presença de todos e marcou a posse dos eleitos e o instalação da Associação para o dia 30 de setembro de 1.997. Eu, Sandra Regina Camurça escolhida secretaria geral redigi e secretariei os trabalhos. (entre a diretoria, conselho deliberativo, suplentes assinam 22 pessoas)."

O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ.

IBARETAMA(CE), 30 DE SETEMBRO DE 1997





República Federativa do Brasil
Comarca de Quixadá — Estado do Ceará

Cartório Holanda

IBARETAMA — CEARÁ

Francisco Holanda de Brito Melo

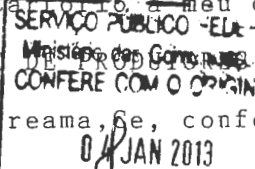
TABELIÃO



CERTIDÃO

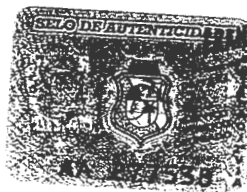
O Cidadão Francisco Holanda de Brito Melo, Oficial de Notas e Registros Públicos de Ibaretaima - Ceará, por nomeação na forma da lei, etc.

Certifica, em virtude da faculdade que lhe confere a lei e a requerimento verbal da parte interessada que, / se encontra registrado sob nº de ordem 96, livro 01, de Registros de Pessoa Jurídica, do Cartório a meu cargo, o Estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DE PRODUÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, neste município de Ibareama, Ce, conforme se vê da / cópia do referido estatuto anexo ao presente certificatório.



O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ.

IBARETAMA(CE), 30 DE SETEMBRO DE 1997

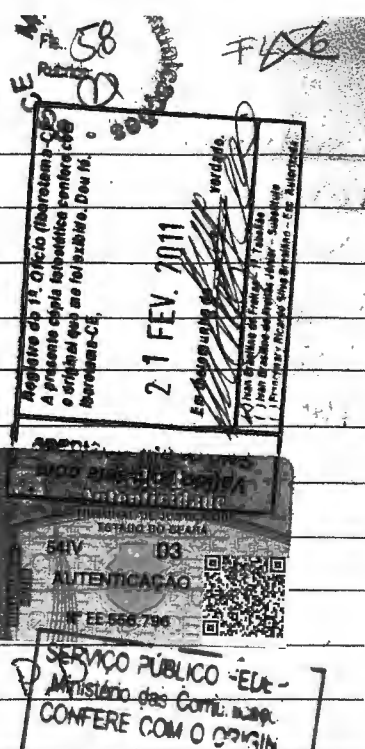


FRANCISCO HOLANDA DE BRITO MELO
OFICIAL DO REGISTRO
CGC 23.445.083/0001-28
TEL. 812.1070 - 812.0870

x. Lida Maria Camurça
 Aulene Pereira Lima
 Maria Jose dos Santos Silva
 Maria Leuci medosantos
 Maria Camurça Lima Carlos
 Maria Janete Camurça Silva
 Maria Anacleide Saldanha Oliveira
 Rosalene Gomes de Lima
 Francisco Camurça Soares

1903 v. 1, 6 D. e 25 de 1/4
 JOÃO BATISTA DOS SANTOS x p
 Samira Mauricio de Sousa

Claudio Roberto Camurça Soares
 Aos nove de Agosto de dois mil e nove se
 reuniram-se sócios e comunitários para
 uma assembleia da associação comunitária
 e de produtores São Francisco de Assis localizada
 na localidade de Varzea da Onça no
 município de Ibaretama, para mais uma
 assembleia geral convocada pelo o atual Presidente
 Claudio Roberto Camurça Soares para
 nova eleição da diretoria da ACOPS-FRAI
 em seguida o Presidente Claudio Roberto
 abriu os trabalhos se lançando como presidente
 pediu que alguns dos sócios se manifestassem
 se lançando como presidente, mas não
 se lançou sendo assim todos pediram
 que o presidente continuasse os trabalhos
 como presidente pois só ele que já se
 nessa função a vários anos entende
 todo movimento, sendo assim houve uma
 eleição por unanimidade para uma única
 chapa ficou assim: Presidente Claudio
 Incontinente Santos Vice-Presidente



Lea e assinem
maria luciene dos Santos

Francisco Alir de almeida

Maria Zeneide Saldanha Oliveira

Manoel marinaldo de Oliveira

Maria Jamete Camurêc Silva

Widiana Alves da Silva

Juliana Lima dos Santos

Aldemir Lopes da Silva

Samira mauricio de souza

Ana Julia da Maia

Rejane Pereira Damascena

Ana Cristina M. Soares

Mario Gaspar dos Santos Silva

Francisley da Silva Bezerra

Camila Bezerra Camurêc

Isolda Maria Camurêc

Francisca Lopes da Silva

Leonardo Camurêc Lima

Rozinete Pereira da Silva

Francisco Camurêc Soares

Ana Cláudia Camurêc Soares

Maria Analeide Saldanha Oliveira

Carlos Antônio Camurêc Silva

Auleni Pereira Lima



SERVICO PUBLICO - EUC
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

01 JAN 2013

Registro de Pessoas Jurídicas

em 09.09.09
nº 4-01 sob 60 do

09.09.09

Ivan Brasilino de Freitas

OFICIAL

Ivan Brasilino de Freitas Júnior

SUBSTITUTO



Registro de 1ª. Oficial (Pessoa-Jurídica)
A presente cópia foi emitida conforme o original que me foi exibido. Dou fé.
Brasília-DF, 21 de Fevereiro de 2011.
Em conformidade com a verdade.

21 FEV. 2011



*** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DE PRODUTORES S**

E S T A T U T O

CAPÍTULO I - DA CRIAÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E FIM

Art. 1º - A Associação Comunitária e dos Produtores

do de Assis - Acopsfrana - fundada em 07(sete)

1997, com sede em Várzea da Onça, é composta por todos

que, livremente, queiram dela fazer parte. Esta Associação

Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselhos

e Fiscal.

§ 1º - A Associação Comunitária e de Produtores S

de Assis não tem caráter político-partidário e muito

criminação de sexo ou raça;

§ 2º - A Acopsfrana não tem fins lucrativos e nem

qualquer membro de sua Diretoria ou Conselhos Deliberativo

fiscal. É, pois, uma entidade comunitária de caráter estrito

e filantrópico.

3º - Esta Associação existirá por tempo indeterminado, de a

cordo com a vontade de seus sócios.

ART. 2º - Finalidades da Associação:

a) Organizar os moradores e comunidades de produtores com vis

tas à defesa de seus interesses, e reivindicar, junto aos Pod

res Públicos, a execução das medidas que lhes assegurem a sat

fação de suas necessidades fundamentais, de modo a garantir

melhor qualidade de vida.

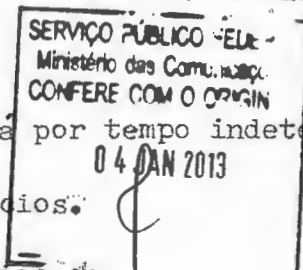
b) Promover atividades que visem divulgar informações sobre

bre saúde, educação, habitação, segurança pública, lazer e

dos os outros aspectos relacionados com a vida dos associados,

preparando os moradores e produtores para alcançarem seus

tivos comuns.



c) Promover pesquisas dos reais problemas das comunidades e elaborar planos de serviços que melhor convenham aos interesses da população.

d) Desenvolver e fortalecer, junto aos moradores e produtores, os princípios da amizade, união e solidariedade humanas.

e) Estimular a troca de experiência e a realização de ações comuns entre as comunidades vinculadas e outras comunidades, sempre que,

para isso, haja necessidade.

CAPÍTULO II - DA DIRETORIA *

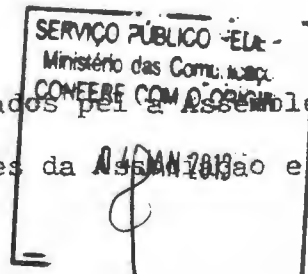
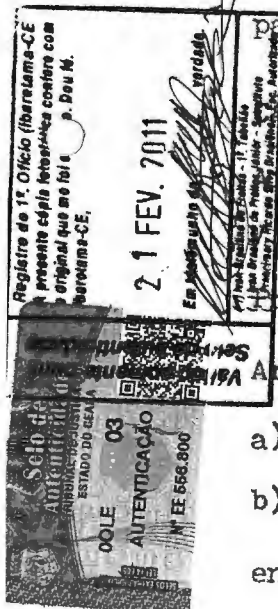
Art. 3º - A Diretoria Executiva ~~está~~ composta de um Presidente, um Vice Presidente, um primeiro Secretário, um Segundo Secretário, um primeiro Tesoureiro e um Segundo Tesoureiro.

Art. 4º - COMPETE À DIRETORIA:

- Executar os programas aprovados pela Assembleia Geral;
- Coordenar todas as atividades da Associação e distribuir tarefas entre os membros da mesma;
- Criar e manter Departamento, visando o cumprimento dos objetivos gerais da Associação, indicando um Diretor para cada Departamento que venha a criar;
- Ampliar a ação da Acopsfrana no âmbito das comunidades, de tal modo que o conjunto da população participe das atividades e venham a beneficiar-se;
- Reunir, extraordinariamente, mediante convocação de Presidente da maioria simples dos seus membros ou de 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo.

ART. 5º - COMPETE AOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA:

PRESIDENTE : Representar, extra e juridicamente, a Associação.



- Dirigir as reuniões de Diretoria;
- Convocar e dirigir a Assembléa Geral;
- Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques e pagar os bo-
bos com o CARIMBO "PAQUE-SE", após o visto do Tesoureiro;
- Assinar, com o Secretário, as Atas das reuniões, Assembléa,
sim como as correspondências.

- * VICE PRESIDENTE: Auxiliar e substituir o Presidente em suas
e impedimentos;
- * 1º SECRETÁRIO : Redigir e assinar, com o Presidente, as Atas
reuniões da Diretoria e Assembléa Gerais, bem como os officio-
mais correspondências da Associação, mantendo em dia a organiza-
- * 2º SECRETÁRIO: Auxiliar e substituir o 1º Secretário em suas
e impedimentos.
- * 1º TESOUREIRO - Manter em ordem a contabilidade, assinar cheques
com o Presidente, efetuar pagamentos com o carimbo "PAGUE-SE" do
sidente; coordenar as campanhas financeiras da entidade.
- * 2º TESOUREIRO : Auxiliar e substituir o 1º TESOUREIRO em suas
faltas e impedimentos.

CAPÍTULO III - DO CONSELHO DELIBERATIVO -

ART. 6º - O Conselho Deliberativo será composto de 10(dez) membros,
sendo 05(cinco) efetivos e 05(cinco) suplentes.

§ ÚNICO - Dentre os seus membros, um será escolhido para Presidente.

ART. 7º - COMPETE AO CONSELHO DELIBERATIVO:

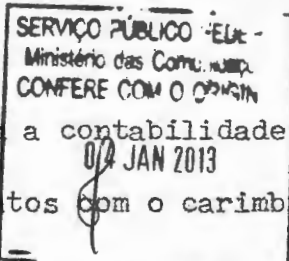
- a) Discutir e deliberar, por maioria de votos, sobre questões que
ria não atribuída especificamente a outros poderes da Associação;
- b) Opinar sobre consultas que lhe sejam feitas pela Diretoria.

Registro do 1º Ofício (Arquivo L)
A pres. copia fotostática com o original
de ma foi ealho. Deu 16.
Barragem-CE.

21 FEV. 2011

Em testemunho da verdade,
João Batista de Faria - 1º Tabelião
João Batista de Faria - 1º Tabelião
João Batista de Faria - 1º Tabelião

Selo de autenticidade



045....

* CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL -

Art. 8º - O Conselho Fiscal será constituído por:

03(três) efetivos e 03(três) suplentes.

§ ÚNICO - Dos membros efetivos, um será escolhido

Art. 9º - COMPETE AO CONSELHO FISCAL:

a) Fiscalizar as despesas realizadas pela Diretoria;

b) Convocar a Diretoria para apresentar a prestação de contas;

c) Aprovar a prestação de contas apresentada pela Diretoria;

d) A prestação não deixar dúvidas;

e) Convocar a Assembléia Geral sempre que houver dúvidas

f) As apresentadas pela Diretoria Executiva ou que esta manifestar

manifeste má vontade em prestar, ao Conselho, os esclarecimentos necessários.

* CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL -

Art. 10º - A Assembléia Geral é o poder maior da Associação, sendo de sua exclusiva competência:

a) Eleger os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;

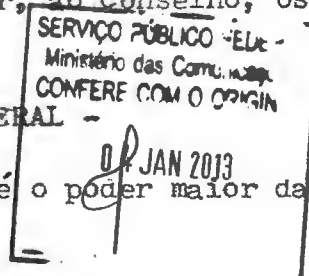
b) Cassar o mandato de qualquer membro da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;

c) Apreciar e aprovar a prestação de contas apresentada pela Diretoria;

d) Deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse da Associação.

* CAPÍTULO VI - DOS SÓCIOS -

Art. 11º - Serão considerados sócios todos os associados devidamente inscritos na Associação.



§ UNICO - Poderão participar da Acopsfrana todos aqueles que
direm na área territorial pertencente a Ilheus, dos quais
que, mesmo estando morando em outras regiões do local, sejam
lhos dos que realmente habitam esta terra e que tenham
ou contribuam para o seu efetivo crescimento.

Art.º 12º - A Acopsfrana terá as seguintes categorias de
FUNDADOR, CONTRIBUINTE, HONORÁRIO e BENEMÉRITO.

1º - Serão considerados sócios fundadores todos aqueles que
parem a Ata de criação da Associação.

2º - Serão considerados sócios Contribuintes aqueles que parti
parem das atividades da Acopsfrana, através de contribuições defi
das pela Diretoria e homologadas pela Assembléia Geral.

§ 3º - Serão considerados sócios Honorários todos aqueles
filiados que tenham prestado relevantes serviços à Instituição.

§ 4º - Serão considerados sócios Beneméritos todos aqueles filia
que tenham prestado relevantes serviços à Instituição, pertencen
ou não quadro social.

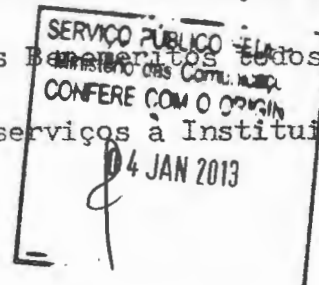
* CAPÍTULO

Art.º 13º - SÃO DEVERES DOS SÓCIOS:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e demais resolução
aprovadas pela Assembléia Geral e pela Diretoria;
- b) Prestigiar a Associação, através de sua participação ativa em
toda e qualquer atividade por ela realizada.
- c) Contribuir, financeiramente, para a Associação, conforme dete
nação da Assembléia Geral.

* CAPÍTULO VII - DAS REUNÕES DA DIRETORIA E CONSELHOS:

Art.º 14º - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, ao
menos uma vez por mês, em dia e hora que serão fixados pelos seu



* CAPÍTULO VIII - DAS ELEIÇÕES -

Art.º 15º - A eleição, para escolha dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Associação, ocorrerá em 02(dois) anos, devendo acontecer 30(trinta) dias antes de terminar o mandato da Diretoria em exercício.

* CAPÍTULO IX - DAS RENDAS -

Art.º 16º - As rendas da Associação serão constituídas pela arrecadação de seus membros, subvenções governamentais, doações especiais e resultados de promoções filantrópicas e sócio-esportivas e culturais.

* CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ;

Art.º 17º - Este Estatuto só poderá ser reformulado por decisão da Assembleia Geral, que deverá contar, para tal fim, com a participação de 2/3 de seus associados, numa primeira convocação, e, na segunda convocação, com maioria simples.

Art.º 18º - Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, depois de ouvidos os sócios em Assembleia Geral.

SETEMBRO / 97



REGISTRO DE PESSOA JURIDICA
ARTÓRIO DO 2º. OFICIO - PARANÁ - CERRA
CERTIFICO e dou fé que, foi registrado em
de 30/09/97 as fls. 1 sob o
nº de ordem 1 do livro 1
título.
IBRJ - PARANÁ (CE)

FRANCISCO HOLANDA DE BRAGA
OFICIAL



ANEXO 07

MANIFESTAÇÕES EM APOIO

MANIFESTAÇÃO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS

A ASSOCIAÇÃO SERRAZUL
05, inscrita no CNPJ sob o nº 07.571.159 / 10001 -
com sede NA RUA VEREADOR ARMANDO QUEIROZ, 228 - CENTRO
IBARETAMA, na cidade de **Ibaretama**, Estado do **Ceará** - **CEP:**
63.970 - 000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída
e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de
que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004,
demonstrar o seu total apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE**
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI, que
tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária
no Município de Ibaretama (CE). Afirmando ainda que a sede desta
entidade se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

Ibaretama (CE), 30 de Dezembro de 2010.

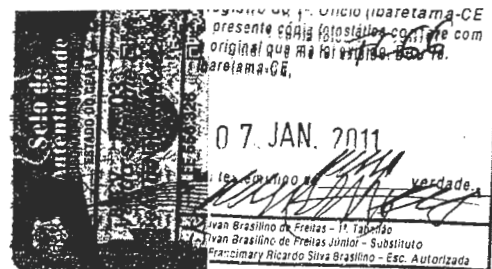
Antônio Mordor Lima Vianna
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal:

Antônio Mordor Lima Vianna

CPF: 027.012423-39

NV.
NÃO REPRESENTO
A
ASSOCIACAO.



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO SERRAZUL

Capítulo I – Da denominação, sede, duração, finalidade, patrimônio e parcerias.

ART. 1º - A Associação Serrazul assim denominada é uma associação civil, de direito privado, de caráter sócio-ambientalista, sem fins lucrativos e econômicos de duração indeterminada, regida pelo presente estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas, com sede e foro no município de Ibaretama, estado do Ceará.

ART. 2º - A Associação Serrazul tem por finalidade:

- Promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente;
- Promover o desenvolvimento sustentável, a fim de estabelecer uma relação harmoniosa entre homem-natureza, assim recompor a biodiversidade desenvolvendo a economia;
- Elaborar e organizar projetos e ~~planes~~ com vista a satisfazer as necessidades nos aspectos: político-ambiental, socio-ambiental, econômico-ambiental;
- Estimular a parceria, o diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses comuns;
- Estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalizar a consecução dos presentes objetivos;

ART. 3º - A Associação Serrazul é isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações relativas à cor, raça, credo religioso, sexualidade, classe social, concepção político-partidária, filosófica ou nacionalidade em suas atividades, dependências ou em seu quadro social.

ART. 4º - A Associação Serrazul não remunera os membros do conselho diretor ou fiscal, não atribuindo lucros ou dividendos a qualquer tipo ou sobre nenhum pretexto, sendo que os excedentes de receita eventualmente apurados, serão obrigatoriamente e integralmente aplicados no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

PARAGRAFO ÚNICO – De acordo com referentes modificações no estatuto, poderá haver remuneração para funcionários e/ou diretores em exercícios, desde que obedecidos os padrões do mercado local.

ART. 5º - A Associação Serrazul poderá aceitar auxílios, contribuições e/ou doações (depois de examinados e aprovados pela diretoria), bem como firmar convênios (nacionais ou internacionais) com organismos e/ou entidades



públicas e/ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou arrisquem sua dependência.

ART. 6º - O material permanente acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos e/ou recebidos pela Associação Serrazul através de convênios, projetos e similares, são bens permanentes da sociedade e inalienáveis, salvo autorização em contrário expressa pela assembleia geral dos sócios.

Capítulo II – Da constituição social.

ART. 7º - A Associação Serrazul será formada por um número ilimitado de sócios, que se disponham a viver os fins sócio-ambientais e estatutários, não respondendo pelas obrigações sociais da Serrazul.

ART. 8º - As categorias dos sócios existentes no quadro social da entidade será assim constituída:

- Sócios fundadores:** os que participaram da assembleia geral de fundação da associação e assinaram a ata de fundação com direitos a votarem e serem votados em todos os níveis e instancias.
- Sócios efetivos:** cidadãos dispostos a colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população, recepcionados pela Assembleia Geral dos Sócios; Possuem direito a votar e serem votados em todos os níveis e estâncias da sociedade.
- Sócios beneméritos:** pessoas físicas ou jurídicas que, pela elaboração ou prestação de relevantes serviços ambientais sócio-ambientalista, fizeram jus a este título, a critério da diretoria (e ratificados pela Assembleia Geral).
- Sócios colaboradores:** pessoas físicas que identificadas com os objetivos da entidade solicitarem seu ingresso e pagarem as contribuições correspondentes, segundo critérios determinados pelo Conselho Diretor.

PARAGRAFO ÚNICO: Os sócios efetivos serão exclusivamente pessoas físicas.

ART. 9º - Direitos dos sócios fundadores e efetivos;

- Fazer à diretoria da associação, por escrito, sugestões e pospostas de interesse ecológico e sociais.
- Solicitar ao Diretor Geral ou à diretoria reconsideração de atos que não julgue estar de acordo com o estatuto.
- Tomar parte dos debates e resoluções da assembleia.
- Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas de cunho sócio-ambiental.
- Ter acesso às atividades e dependências da Associação Serrazul.



- f) Voltar e ser votado para qualquer cargo eletivo após um (01) ano com sócio efetivo; no caso dos sócios efetivos.
- g) Convocar assembléia geral mediante requerimento assinado por 2/3 dos sócios efetivos.

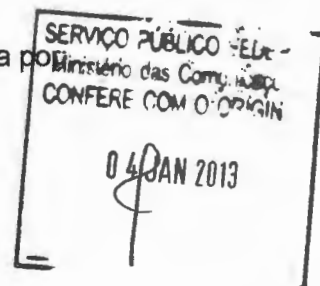
ART. 10 - Deveres de todos os associados:

- a) Prestigiar e defender a associação, lutando pelo seu engrandecimento.
- b) Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os preceitos estatutários, zelando pelo bom nome da Associação Serrazul, agindo com ética ecológica.
- c) Não faltar às assembléias gerais.
- d) Satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a associação, inclusive mensalidades, no caso dos sócios colaboradores.
- e) Participar de todas as atividades ecológicas e culturais, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as nações.
- f) Observar na sede da associação ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e disciplina.

Capítulo III – Da organização administrativa

ART. 11 - A Associação Serrazul será administrada por

- a) Assembléia geral;
- b) Conselho diretor (diretoria);
- c) Conselho fiscal;
- d) Sócios fundadores;.



Da Assembléia Geral dos Sócios

ART. 12 - A Assembléia Geral dos sócios é o órgão máximo da entidade, dela participando todos os sócios fundadores e sócios efetivos que estejam em pleno gozo de seus direitos, conforme previstos no estatuto.

ART. 13 - A Assembléia Geral dos sócios elegerá o conselho diretor e fiscal, definindo suas funções e responsabilidade através de regimento interno.

ART. 14 - A Assembléia Geral reunir-se-á, em caráter ordinariamente, trimestralmente para apreciar as contas da diretoria, aprovação de novos sócios efetivos, a cada dois anos para eleger o conselho diretor e fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente a qualquer período, quando por motivo relevante, for convocada pelo conselho diretor, sócios fundadores ou por 2/3 dos sócios efetivos em pleno gozo dos seus direitos.

Francimário Ricardo Silva Brasilino
Advogado
OAB/CE 11.524



ART. 15 - A convocação da Assembléia Geral será feita por edital fixado na sede da instituição, o qual poderá ser publicado na imprensa local ou em outros meios convenientes, sempre com antecedência mínima de dez dias.

PARAGRAFO ÚNICO - Qualquer assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com 2/3 dos sócios e, em segunda convocação com os que se fizerem presentes, desde que os presentes sejam em numero suficiente para deliberar sobre a pauta.

ART. 16 - Compete a Assembléia Geral:

- Deliberar sobre o relatório de atividades, balanço e demais contas da Associação Serrazul, a serem apresentadas pelo conselho diretor.
- Eleger o conselho diretor e fiscal.
- Nomear comissão especial, quando prevista no estatuto.
- Estabelecer o montante da anuidade dos sócios.
- Exonerar qualquer membro da Associação, de acordo com o estatuto.
- Aprovar a tomada de empréstimos bancários.
- Decidir sobre reformas no estatuto.

Da Diretoria

ART. 17 - A diretoria da Associação Serrazul será constituída por um Diretor geral, um Diretor Administrativo, um Diretor Administrativo adjunto, um Diretor Financeiro e um Diretor Financeiro Adjunto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida apenas um reeleição consecutiva.

PARAGRAFO SEGUNDO: O diretor geral poderá eventualmente e em caso de necessidade, nomear temporariamente (com a aprovação da Assembléia Geral), um técnico e/ou comissão técnica, para dirigir qualquer atividade da associação, podendo tal diretor/comissão ser remunerado(a) de acordo a atividade desenvolvida e respeitados os padrões de mercado.

ART. 18 - Compete a Diretoria:

- Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- Elaborar e apresentar a Assembléia Geral o relatório anual;
- Aprovar a admissão de novos sócios, publicando-se o ato em Assembléia Geral;
- Entrosar-se com instituições publicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- Reunir-se por convocação do diretor e da maioria simples de seus membros.

ART.19 - A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês, em dias e horários previamente combinados.



ART. 20 - Compete ao Diretor Geral:

- Representar a entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- Presidir a Assembleia Geral;
- Cumprir e fazer cumprir o estatuto, regimento interno e os princípios relacionados a ética e conservacionismo e legislação ambiental vigente;
- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- Abrir e movimentar contas bancárias juntamente com o diretor financeiro, em bancos oficiais de crédito em nome da entidade.
- Assinar com o Diretor Administrativo as atas das reuniões e assembleias;
- Fomentar e orientar as atividades programadas e postas em execução;
- Contrair empréstimos bancários em nome da entidade juntamente com o Diretor financeiro.

PARAGRAFO ÚNICO: O ato de contrair empréstimos bancários deverá ser avaliado e aprovado em Assembleia Geral.

ART. 21 - Compete ao Diretor Administrativo:

- Substituir o Diretor geral nas suas faltas e/ou impedimentos;
- Assumir o mandato em caso de vacância até seu término;
- Prestar de modo geral a sua colaboração ao Diretor Geral;
- Secretariar as reuniões da diretoria, Assembleia Geral e redigir atas;
- Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- Cuidar dos arquivos da entidade e manter em dias as correspondências;
- Assinar com o Diretor Geral as atas de reuniões e correspondências;

ART. 23 - Compete ao Diretor Administrativo Adjunto:

- Substituir o Diretor administrativo em suas faltas e impedimentos;
- Assumir o mandato em caso de vacância até seu término;
- Prestar de modo geral a sua colaboração ao Diretor Administrativo.

ART. 24 - Compete ao Diretor Financeiro:

- Pagar as contas autorizadas pelo Diretor Geral;
- Prestar relatório de receita e despesas sempre que forem solicitadas;
- Apresentar o relatório financeiro para ser submetido ao conselho fiscal;
- Apresentar trimestralmente balancete a Assembleia Geral;
- Conservar sob sua guarda a responsabilidade os documentos relativos ao financeiro;
- Manter todo numerário em estabelecimento de crédito;
- Abrir e fechar conta corrente em nome da entidade, juntamente com o Diretor Geral;

ART. 25 - Compete ao Diretor Financeiro Adjunto:

Francimário Ricardo Silva Brasilino
Assinatura
07/01/2011



- a) Substituir o Diretor Financeiro nas suas faltas e impedimentos;
- b) Assumir o mandato em caso de vacância até seu termino;
- c) Prestar de modo geral a sua colaboração ao Diretor Financeiro.

Do Conselho Fiscal

ART. 26 - O Conselho Fiscal será constituído por três membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral

PARAGRAFO ÚNICO - O mandato do conselho fiscal será coincidente ao da Diretoria, sendo que em caso de vacância, o mandato será assumido por seus respectivos suplentes até seu termino.

ART. 27 - Compete ao Conselho fiscal:

- a) Examinar os livros de escrituração da entidade;
- b) Examinar o balancete trimestral, apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;
- c) Apreçar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da diretoria;
- d) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- e) Convocar Assembléia Geral, sempre que houver dúvida das despesas apresentadas pela Diretoria, ou que a Diretoria se abstenha a prestar os esclarecimentos solicitados;

PARAGRAFO ÚNICO: O conselho fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente sempre que necessário.

ART. 28 - A Diretoria reunir-se-á com o Conselho Fiscal, para prestar informações, avaliar e distribuir responsabilidades e replanejar as atividades que forem necessárias.

ART. 29 - A convocação da reunião extraordinária será feita através de carta circular entregue ate 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da reunião.

Dos Sócios fundadores

ART. 30 - Os sócios fundadores serão considerados, dentro da associação, pessoas eméritas, que agirão como fiscais permanentes dos preceitos estatutários, cabendo-lhes ainda:

- a) Agir como conselheiros, podendo intervir nas decisões da Diretoria (levando o fato para deliberações na Assembléia Geral);
- b) Definir, enquanto não for aprovado o regimento interno, critérios para a seleção de candidatos à diretoria e para admissão de novos membros, apresentando-os para deliberações na Assembléia Geral;
- c) Sugerir projetos e auxiliar a Diretoria na execução dos mesmos;



d) Contribuir de toda e qualquer forma para o bem da entidade.

PARAGRAFO ÚNICO: Como pessoas eméritas e zeladoras dos preceitos estatutários, bem assim o de garantir o funcionamento da Associação dentro desses mesmos preceitos, os sócios fundadores poderão vetar qualquer ato da diretoria que venha a ferir o Estatuto.

Capítulo IV – Das eleições

ART. 31 - As eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal ocorrerão a cada dois anos pela Assembléia Geral, podendo concorrer ao pleito apenas os sócios efetivos que estiverem em pleno gozo de seus direitos estatutários.

ART. 32 – Será constituída uma comissão eleitoral, que fará o registro de chapas na sede da entidade e baixará edital regulamentação e de convocação das eleições.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A comissão eleitoral será constituída por um presidente, um secretário e dois fiscais;

PARAGRAFO SEGUNDO - Os membros da comissão eleitoral não poderão ser candidatos de nenhuma das chapas concorrentes ao pleito.

PARAGRAFO TERCEIRO - O secretário da comissão eleitoral, fará a ata de regulamentação das eleições, de acordo com o presente estatuto e com o que for decidido pela Diretoria e Assembléia de Regulamentação do pleito;

PARAGRAFDO QUARTO – A comissão fornecerá as chapas concorrentes, até 15 (quinze) dias antes do pleito, copia da ata de regulamentação das eleições, bem assim a relação dos sócios com direito a voto.

ART. 33 - Será baixado em até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de realização do pleito, edital de regulamentação e convocação, o qual terá circulação imediata por todos os meios de divulgação

PARAGRAFO PRIMEIRO - As chapas que pretendam concorrer às eleições para diretoria ou para o conselho fiscal, devem ser inscritas 20 (vinte) dias antes do pleito, para serem homologadas até 15 (quinze) dias antes da eleição.

PARAGRAFO SEGUNDO - Ao serem processadas as eleições, após a apuração dos votos a chapa que obtiver a maioria dos votos simples, será proclamada vencedora e imediatamente empossada.

PARAGRAFO TERCEIRO: Os Sócios Fundadores que forem eleitos para alguma função na Diretoria e/ou Conselho Fiscal perderão, enquanto durar o cargo, suas prerrogativas estatutárias.

Capítulo V – Da exoneração dos sócios

Francimery Ricardo Silva Brasilino
Assessor
07/01/2011



ART. 34 - Os sócios vinculados a Associação devem respeito ao estatuto, regimento interno, legislação ambiental vigente e aos princípios éticos e conservacionistas. Qualquer violação a estes preceitos devem ser investigados por uma Comissão Especial Investigativa a ser eleita pela Assembléia Geral, a qual investigará a denúncia formulada por qualquer membro da associação ou cidadão.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ao receber a queixa, o(s) sócio(s), sob pena de responsabilidade solidária, deverá comunicar formalmente a diretoria através de relatório descrevendo os fatos da denúncia. O relatório será deliberado em Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim, conforme dispões os artigos 14 e 15 do presente estatuto.

PARAGRAFO SEGUNDO - A Assembléia Geral, após apreciar o relatório apresentado, fixará prazo não superior a cinco dias para que o denunciado apresente resposta.

PARAGRAFO TERCEIRO: A Assembléia Geral se for o caso, dará a denúncia por improcedente ou dependendo da gravidade do ato, aplicará pena de advertência, que contará como ponto negativo para o denunciado.

PARAGRAFO QUARTO - Verificado ser o ato de ordem grave, instalar-se-á a Comissão Especial Investigativa de Exoneração.

PARAGRAFO QUINTO - Tratando-se, o denunciado, de membro do Conselho Diretor, este será afastado temporariamente do cargo ou tratando-se de sócio efetivo, este terá os direitos suspensos até que seja concluído o processo.

ART. 35 - A Comissão Especial Investigativa deverá ser composta, irrevogavelmente, por dois sócios fundadores, dois membros da assembléia geral e um membro do conselho fiscal que sortearão um relator e um secretário geral.

ART. 36 - A Comissão Especial Investigativa disporá de um prazo de 15 dias corridos, a partir de sua constituição, para apresentar relatório final ou solicitar prorrogação do prazo por igual período, nunca ultrapassando o prazo de 30 (trinta) dias.

ART. 37 - O acusado deverá ser ouvido, assegurando-lhe o pleno direito a defesa, sob forma de depoimento a ser convocado pela comissão, podendo apresentar documentação se assim o quiser, do contrário o processo será declarado nulo e/ou inválido.

ART. 38 - A Comissão Especial Investigativa convocará seções abertas aos sócios ou fechada, se assim implicar, de acordo com a complexidade da informação a ser deliberada na seção.

Francimery Ricardo Silva Brasilino
Advogado
OAB/CE 11.824



ART. 39 - O processo será secreto e somente aberto aos membros da Associação Serrazul, que deverão zelar pela segurança da informação, sob pena de quebra dos preceitos estatutário, e pela mesma comissão, também punidos.

ART. 40 - Ao ser apresentando relatório final, se comprovado pela Comissão que um ou mais princípios mencionados no Artigo 34 foram feridos, lesados ou mal direcionados o sócio deverá ser exonerado ou ter seus direitos suspensos por até 03 (três) anos, publicando-se o ato em Assembléia Geral.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Concluindo, a comissão, que as acusações eram falsas, infundadas, sem nexos causal ou de menor gravidade deve o processo ser remetido ao arquivamento, expedindo-se carta de desculpas ao sócio investigado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A integridade do investigado deverá ser resguardada e defendida por todos os membros da Associação Serrazul.

Capítulo VI - Das Disposições Gerais e Transitórias

ART. 41 - A antiga composição do conselho diretor será substituída pela composição discriminada no presente estatuto.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A função de Diretor Geral será ocupada pelo então Presidente, a função de Diretor Administrativo será ocupada pelo então vice-presidente, a função de Diretor Administrativo Adjunto será ocupada pelo Primeiro Secretário, a função de Diretor Financeiro e Diretor Financeiro Adjunto serão ocupados pelo primeiro e segundo tesoureiros respectivamente.

PARAGRAFO SEGUNDO - Fica extinto do quadro do Conselho Diretor, a função de Segundo Secretário.

ART 42 - Os bens patrimoniais não poderão ser onerados, permutados, ou alienados sem autorização da Assembléia Geral dos sócios, convocados especialmente para este fim.

ART 43 - O Conselho Diretor deverá baixar regimentos especiais para a regulamentação do presente estatuto.

ART. 44 - Nenhuma categoria de sócios responde, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos assumidos pela Associação Serrazul.

ART. 45 - A Associação Serrazul será dissolvida por decisão da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, quando se tornarem impossíveis a continuação de suas atividades.

Handwritten signature and stamp:
F. A. Brasilino de Freitas
Advogado
OAB/CE 11.524



PARAGRAFO ÚNICO: Em caso da dissolução, todo patrimônio da Associação Serrazul será doado para instituições não governamentais de caráter sócio-ambientalista.

ART. 46 - O membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que se candidatar a cargo eletivo junto ao poder público municipal, estadual ou federal, será afastado de seu cargo até que ocorram as eleições respectivas, e no caso de ser o mesmo eleito, será afastado definitivamente de seu cargo, assumindo o suplente.

ART. 48 - O presente estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data em que for aprovado.

ART. 49 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor com recurso voluntário para a Assembléia Geral.

ART. 50 - O presente Estatuto passa a vigorar a partir da presente data, revogando-se o Estatuto da Associação Serrazul aprovado aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco), registrado sob o nº 441, às fls. 135 do Livro 05 do Cartório do 2º Ofício de Ibaratama.

Registro do 1º Ofício - IBARETAMA-CE
CARTÓRIO - 1º Ofício - IBARETAMA-CE
Certifico e dou fé que foi registrado em 07/06/09, às fls. 045 sob número de ordem 045 do livro 4-01 o presente documento.
Ibaratama-CE, 07/06/09
Ivan Brasílio de Freitas
OFICIAL



FL 76
M. das Comunicações
76
E.C.C. - 11 AC 988535

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO SERRAZUL.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de Outubro de 2010 (dois mil e dez) às 09:30h, na Av. João de Almeida, 123, centro, Ibareta-Cc, reuniu-se a Assembléia Geral da Associação Serrazul para tratar de assuntos referentes ao Banco Serra Azul e a composição da atual diretoria. O Diretor Geral Francisco Getulio Freitas Silva iniciou a reunião falando dos principais problemas de gestão do atual projeto da associação denominado Banco Serra Azul, explicado os problemas e debatidos por todos chegou-se ao consenso de que a associação precisa revitalizar suas parcerias para que o projeto não afunde. Ato contínuo o Diretor Geral Francisco Getúlio Freitas Silva colocou para a Assembléia Geral sua renúncia alegando problemas de ordem pessoal, disse continuar membro ativo e atuando no que for possível mais devido a tempo prefere renunciar e deixar que outra pessoa faça o trabalho que alegou não está dando conta. Aproveitando o ensejo o Sr. Diretor Financeiro Francisco Karpegeanne Alexandre Vieira atual Gerente do Banco Serra Azul disse que estaria deixando também o cargo para cuidar melhor do Projeto do Banco, os cargos acumulados estão deixando muita tarefa para cumprir no dia-a-dia aja visto que o Banco precisa de uma dedicação maior. Sendo assim a Assembléia aceitou a renúncia dos dois diretores passando a assumir a Diretoria Geral a Sra. Rosilene Freires de Paula que logo se prontificou a prestar o melhor serviço para a Aserrazul, para o lugar de Karpegeanne Vieira assume até o final deste mandato a atual diretora financeira adjunta Maria Aline Lopes Vieira que assume assim o setor financeiro e garantiu também prestar o melhor serviço para a associação. Não tendo mais nada a tratar, Eu Eycton Mader Lima Viana lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e demais presentes.

Eycton Mader Lima Viana
Francisco Karpegeanne Alexandre Vieira
Se Getulio Freitas Silva
Valéria da Silva Monais
Marcos Lourenço Oliveira
Maria Aline Lopes Vieira
Rafael Gomes Pinto
Rosilene Freires de Paula
Jonas de Freitas
Elvânia Cavalcante Rameira
Ivan Brasilino de Freitas Junior

SERVIÇO PÚBLICO - EDA -
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

04 JAN 2013



Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO DO 1º. OFÍCIO - IBARETAMA-CE
Certifico e dou fé que foi registrado em 03/11/12, às 15:00h, sob o número de ordem 103 do Livro 1-01 o presente documento.
Ibareta-Cc, 03/11/12
Ivan Brasilino de Freitas (OFICINA)



Ora. Marcela de Sousa Marcolino
ADVOGADA - OAB/CE 21.963

FL 72
M. das Comunicações
79
S. E. M. de
S. S. - 2005

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO SERRAZUL.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de Outubro de 2010 (dois mil e dez) às 09:30h, na Av. João de Almeida, 123, centro, Ibaretama-Cc, reuniu-se a Assembléia Geral da Associação Serrazul para tratar de assuntos referentes ao Banco Serra Azul e a composição da atual diretoria. O Diretor Geral Francisco Getulio Freitas Silva iniciou a reunião falando dos principais problemas de gestão do atual projeto da associação denominado Banco Serra Azul, explicou os problemas e debatidos por todos chegou-se ao consenso de que a associação precisa revitalizar suas parcerias para que o projeto não afunde. Ato contínuo o Diretor Geral Francisco Getúlio Freitas Silva colocou para a Assembléia Geral sua renúncia alegando problemas de ordem pessoal, disse continuar membro ativo e atuando no que for possível mais devido a tempo prefere renunciar e deixar que outra pessoa faça o trabalho que alegou não está dando conta. Aproveitando o ensejo o Sr. Diretor Financeiro Francisco Karpegeanne Alexandre Vieira atual Gerente do Banco Serra Azul disse que estaria deixando também o cargo para cuidar melhor do Projeto do Banco, os cargos acumulados estão deixando muita tarefa para cumprir no dia-a-dia aja visto que o Banco precisa de uma dedicação maior. Sendo assim a Assembléia aceitou a renúncia dos dois diretores passando a assumir a Diretoria Geral a Sra. Rosilene Freires de Paula que logo se prontificou a prestar o melhor serviço para a Aserrazul, para o lugar de Karpegeanne Vieira assume até o final deste mandato a atual diretora financeira adjunta Maria Aline Lopes Vieira que assume assim o setor financeiro e garantiu também prestar o melhor serviço para a associação. Não tendo mais nada a tratar, Eu Eveton Mader Lima Viana lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e demais presentes.

Eveton Mader Lima Viana
Francisco Karpegeanne Alexandre Vieira
Getulio Freitas Silva
Valéria da Silva Monais
Marcos Antonio Oliveira
Maria Aline Lopes Vieira
Baptista Gomes Pinto
Rosilene Freires de Paula
Jonas de Freitas
Levanina Cavalcante Ramalho
Ivan Brasilino de Freitas Junior

SERVIÇO PÚBLICO - EDE
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JAN 2013

Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO DO 1º. OFÍCIO - IBARETAMA-CE
Certifico e dou fé que foi registrado em 03/11/10, às fls. 103 do número de ordem 103 do Livro 4-01 o presente documento.
Ibaretama-CE, 23/11/10
Ivan Brasilino de Freitas (OFICIAL)

Selo de Autenticidade
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
DIX3 03
AUTENTICAÇÃO
Nº EE 556.324

Registro do 1º. Ofício Ibaretama-CE
A presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido. Dou fé.
Ibaretama-CE,
07 JAN. 2011
Em testemunho da verdade
Ivan Brasilino de Freitas - 1º. Tabelião
Ivan Brasilino de Freitas Junior - Substituto
I. Primary Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada

Ora. Marcela de Sousa Marcolino
ADVOGADA - OAB/CE 21.963

08/01/2011

Comprovante de Inscrição e de Situaçã...



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

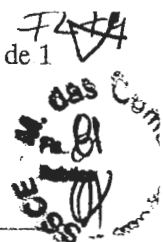
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.571.159/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/06/2005
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO SERRAZUL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R VEREADOR ARMANDO DE QUEIROZ	NÚMERO 228	COMPLEMENTO	
CEP 63.970-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IBARETAMA	
UF CE			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/06/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **08/01/2011** às **22:43:48** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

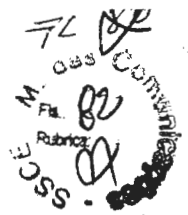
			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.571.159/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/06/2005
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO SERRAZUL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO R VEREADOR ARMANDO DE QUEIROZ	NÚMERO 228	COMPLEMENTO	
CEP 63.970-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO JBARETAMA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/06/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

SERVIÇO PÚBLICO - ELA
Ministério das Com. e Cons.
CONFERE COM O ORIGIN
JAN 2013

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia 03/06/2009 às 11:29:56 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



ANEXO 07

MANIFESTAÇÕES EM APOIO

MANIFESTAÇÃO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE ALVIO DOS CABRAL-IBARETAMA/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 00.990.371 / 0001 - 68, com sede FAZENDA ALVIO S/N - ZONA RURAL, na cidade de **Ibaretama**, Estado do **Ceará** - **CEP: 63.970 - 000**, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Ibaretama (CE). Afirmando ainda que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a prestação do Serviço.

SERVIÇO PÚBLICO
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

04 JAN 2013

Ibaretama (CE), 30 de Dezembro de 2010.

João de Oliveira Melo
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal:

JOÃO DE OLIVEIRA MELO

CPF: 316.674.903-97

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE ALÍVIO DOS CABRAL -
IBARETAMA-CR.**

ESTATUTO

CAP.1 - DA CRIAÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE.

Art.1º - A Associação dos moradores de Alívio dos Cabral, criada em 15/11/1995 e sediada neste município de Ibarretama é composta pelos os moradores da referida comunidade, que, livremente queiram dela tomar parte, sendo constituída pela Assembléia Geral, por uma Diretoria e um Conselho, eleitos democraticamente pelo conjunto dos associados.

§ 1º - A Associação não tem caráter político partidária ou religioso, nem discriminação de sexo ou raça.

§ 2º - A Associação não terá fins lucrativos e nem remunerará qualquer membro de sua Diretoria ou Conselho Fiscal.

§ 3º - A Associação existirá por tempo indeterminado, de acordo com a vontade de seus sócios.

Art. 2º - São finalidades da Associação:

a) Organizar os moradores desta comunidade com vistas a defesa de seus interesses e reivindicar junto aos poderes públicos a execução das medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida.

b) Promover atividades que visem divulgar informações úteis sobre saúde, educação, habitação, urbanismo, segurança pública, lazer e todos os outros aspectos da vida da população, através de curso, palestras, atividades artísticas e esportivas e recreativas, com o fim de preparar os moradores para alcançar os seus objetivos comuns.

c) Promover a pesquisa de reais problemas desta comunidade e elaborar planos de urbanização e serviços que venham a atender aos interesses da população.

d) Promover a integração de recursos com instituições congêneres para a resolução dos problemas diversos.

e) Desenvolver e fortalecer junto aos moradores os princípios de amizade, união e solidariedade humana.

f) Estimular a troca de experiência e realização de ações comuns entre esta população e populações de outras comunidades, sempre que isso haja necessidade.

CAP.2 - DA DIRETORIA.

Art. 3º - A diretoria será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, dois Secretários(primeiro e segundo), dois Tesoureiros (primeiro e segundo).

Art. 4º - Compete à Diretoria:

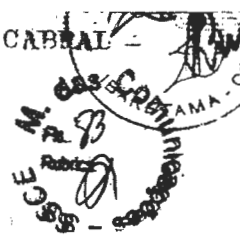
a) Executar os programas aprovados pela Assembléia Geral.

b) Coordenar todas as atividades da Associação e distribuir tarefas entre os membros da mesma.

c) Criar e manter departamentos visando o cumprimento dos objetivos gerais da associação indicando um diretor para cada departamento que venha a criar.

d) Reunir-se extraordinariamente mediante convocação do Presidente, da maioria simples dos membros, da diretoria e ou do Conselho Fiscal.

Art. 5º - Compete aos membros da diretoria:



SERVIÇO PÚBLICO - ED
CONFERE COM O ORIGINAL
04/ JAN 2013



Registro do 1º. Ofício Ibaratama-CE
A presente cópia fotostática confere com
o original que me foi exibido. Dou fé.
Ibaratama-CE,

07 JAN. 2011

Em testemunho da verdade

() Ivan Brasilino de Freitas - Tabelião
() Ivan Brasilino de Freitas Júnior - Substituto
() Francimary Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada

- Convocar e dirigir a Assembléia Geral.
- Orientar as diversas atividades programadas e devidamente aprovadas e postas em execução.
- Assinar, juntamente com o tesoureiro, os cheques e visar os recibos com o "pague-se" após o visto do tesoureiro.
- Assinar, com o Secretário, as atas das reuniões assembléias assim como as correspondências.

VICE-PRESIDENTE:

- Auxiliar e substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

1º SECRETÁRIO:

- Redigir e assinar, com o Presidente, as atas das reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais, bem como os ofícios e demais correspondências da Associação, mantendo em dia e organizado.

2º SECRETÁRIO:

- Auxiliar e substituir o 1º Secretário em sua falta e impedimentos.

1º TESOUREIRO:

- Manter em ordem a contabilidade.
- Assinar cheques com o Presidente.
- Efetuar pagamentos com o "pague-se" do Presidente.
- Coordenar as campanhas financeiras.

2º TESOUREIRO:

- Auxiliar e substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos.

CAP. 3 - DO CONSELHO FISCAL

- Art. 6º - O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos.

Art. 7º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as despesas realizadas pela Diretoria.
- b) Convocar a Diretoria para apresentar a prestação de contas.
- c) Aprovar as prestações de contas apresentadas pela Diretoria, quando tal prestação não deixar dúvida das despesas apresentadas pela Diretoria ou que a mesma Diretoria manifesta má vontade em prestar ao Conselho os esclarecimentos devidos.

CAP. 4 - DA ASSEMBLÉIA GERAL

- Art. 8º - A Assembléia Geral é o poder maior da Associação, sendo da sua exclusiva competência:

- a) Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.
- b) Cassar o mandato de qualquer membro da Diretoria e do Conselho Fiscal.
- c) Apreciar e aprovar a Prestação de contas apresentada pela Diretoria.
- d) Deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse da Associação.
- e) Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente tantas e quantas forem necessárias por convocação da Diretoria ou por um terço dos Associados.

CAP. 5 - DOS SÓCIOS

- Art. 9º - Serão considerados sócios todos os moradores maiores de 15 anos devidamente inscritos na Associação.

§1º - É direito de cada membro da Associação:

- a) Votar e ser votado nas Eleições Geral.
- b) Participar das Assembléias Gerais com direito a voz e



Válida até 07/01/2011
Selo de autenticidade

Registro do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)
A presente cópia fotostática confere com
o original que me foi exibido. Dou fé.
Ibaretama-CE,

07 JAN. 2011

Eu testifico a verdade.

() Ivan Brasilino de Freitas - Advogado
() Ivan Brasilino de Freitas Júnior - Substituto
() Francimar Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada

a) Opinar sobre os trabalhos desenvolvidos pela Associação;
b) Usufruir dos benefícios e serviços prestados pela Associação em conjunto dos associados.

§ 2º - São deveres dos sócios.

a) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e demais resoluções aprovado pela Assembléia Geral e pela Diretoria.

b) Prestigiar a Associação através de sua participação ativa em toda e qualquer atividade por ela realizada.

c) Contribuir financeiramente para a Associação conforme determinação da Assembléia Geral.

§ 3º - Os sócios não respondem nem solidária, nem subsidiariamente por obrigações assumidas e contraídas pela Associação.

CAP. 6 - DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 10º - A diretoria reunir-se-á ordinariamente no mínimo uma vez por mês em dia e hora que serão fixados pelos seus membros, para tratar das atividades da Associação e distribuir responsabilidades.

Art. 11º - A diretoria reunir-se-á semestralmente com o Conselho Fiscal para prestar informações, avaliar e distribuir responsabilidades, replanejando suas atividades.

§ Único - Nesta reunião todos os membros da Associação terão direito a voz e voto.

Art. 12º - Todo e qualquer membro da Diretoria que faltar a cinco reuniões consecutivas e sem justificativas, será substituído assumindo o suplente.

Art. 13º - A convocação de reuniões extraordinariamente será feita através de carta circular entregue até 48 horas antes da realização da reunião.

CAP. 7 - DAS ELEIÇÕES

Art. 14º - A eleição para escolha da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação ocorrerá de 2 em 2 anos, devendo acontecer 30 dias antes de terminar o mandato da Diretoria em exercício.

CAP. 8 - DAS RENDAS.

Art. 15º - As rendas da Associação serão constituídas pela contribuição de seus membros, subvenções governamentais, doações especiais e resultados de promoções filantrópica e culturais.

CAP. 9 - DAS PENALIDADES

Art. 16º - Os membros da Associação de uma forma geral, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

a) Advertência: Quando com palavras ou atitudes desrespeitarem seus companheiros, membros da Associação.

b) Suspensão: Quando reincidirem nas faltas acima citadas ou cometerem outras que comprometam o bom funcionamento da Associação

c) Exclusão: Em caso de reincidência nas faltas anteriores, em caso de agressões pessoais e corporais, ou quando fizerem uso do cargo que ocupam para seu próprio benefício, para o que deve haver a devida comprovação.

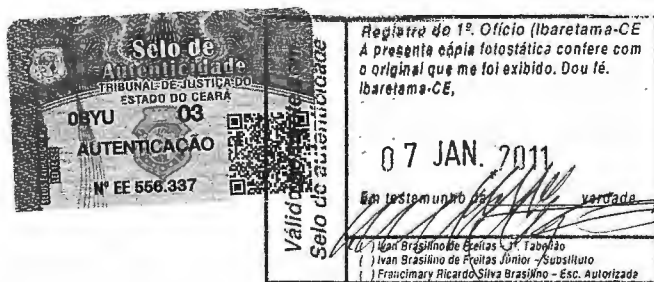
CAP. 10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS;

Art. 17º - A Diretoria organizará estrutural e administrativamente a Associação para garantir o pleno funcionamento deste estatuto e concretização de suas finalidades.

Art. 18º - Este estatuto só poderá ser reformulado por decisão da Assembléia Geral, que deverá contar para tal fim, com a participação de dois terços (2/3) de seus associados numa primeira convocação, e na segunda convocação com maioria simples.

Art. 19º - Com a extinção da Associação Comunitária dos Moradores de Alívio dos Cabral - Ibaretama todo seu patrimônio será

SERVIÇO PÚBLICO - ELA
Ministério das Comunicações
CIVIL
04 JAN 2013



Art. 20º- O membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Associação que se candidatar a cargo eletivo junto ao poder público municipal, estadual ou federal, será afastado de seu cargo até que ocorram as eleições respectivas e no caso de ser o mesmo eleito, será afastado do cargo assumindo o suplente.

Art. 21º - As chapas que concorrerem eleição para a Diretoria e Conselho Fiscal da Associação devem ser escritas até 60 dias antes da realização do pleito eleitoral para que no prazo de 45 dias antes da eleição, a Assembléia Geral possa apreciá-las e homologá-las.

Art. 22º - Os casos não previstos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria e pelo Conselho Fiscal, depois de ouvido os sócios em Assembléia Geral.

Aprovado na Assembléia Geral de 15/11/1995
Ibaretama, Ce, 15 de novembro de 1995

Presidente: João de Oliveira Melo

Vice- Presidente: José Maria Moura

Primeira Secretária: Angela Mª de Melo Oliveira

Segundo Secretário: Valberleno Lopes Oliveira

Primeira Tesoureira: Tânia Lima Moura

Segundo Secretário: Leonardo Braga Silva

CONSELHO FISCAL:

João Fernandes de Lima

José Honorato da Silva

Vicente Rodrigues da Silva Neto

SERVIÇO PÚBLICO - ELET
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

4 JAN 2013

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
CARTÓRIO DO 2º. OFÍCIO - IBARETAMA - CE

CERTIFICO e dou fé que, foi registrado em
data de 26 de dezembro de 1995, as fls. - sob o
número de ordem 37 do livro - o presente
estatuto.
IBARETAMA (CE), 26 de dezembro de 1995

FRANCISCO HOLANDA DE SAATO-MELO
OFICIAL

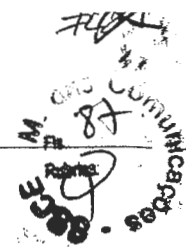


9/1/2011

Comprovante de Inscrição e de Situaç...



Receita Federal



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.990.371/0001-68 ATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/01/1996
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE ALIVIO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO LOC FAZ ALIVIO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 63.970-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO IBARETAMA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

SERVIÇO PÚBLICO - ELA -
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
4 JAN 2013

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **09/01/2011** às **22:03:16** (data e hora de Brasília).

Voltar



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE: 2009

Identificação do Estabelecimento

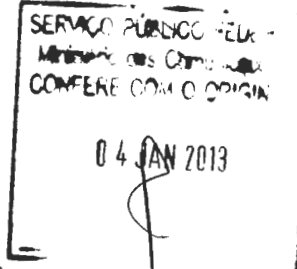
CREA 590500193993
Razão Social ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS
MORADORES DE ALIVIO
CNPJ 00990371/0001-68
CEI
CEI Vinculado
Endereço FAZENDA ALIVIO S/N, 0 ZONA RURAL
Bairro ZONA RURAL
Cidade/UF IBARETAMA / CE
CEP 63970-000

DECLARAÇÃO ENTREGUE

Data 12/02/2010
Quantidades de vínculos RAIS NEGATIVA

Coordenação da RAIS

Brasília, 08/09/2010.



) Código de Identificação do Recibo

.040.6113.0107.181.20

1) Ata da Associação Comunitária dos Moradores
de Alívio - Ibaretama.

Em vinte e cinco (25) dias do mês de julho
de dois mil e nove (2009) na Escola José Roberto
de Oliveira Melo, Realizou-se mais uma reunião
da Associação Comunitária dos moradores de
Alívio, com o objetivo da escolha da nova
diretoria, ao verificar que havia número suficien-
te de sócios, inclusive os de Timbaúba. O Sr.
Presidente inicia agradecendo a presença
e a confiança de todos depositada no mesmo
durante sua gestão. Em seguida foi escolhida

2) três (03) pessoas para compor a mesa de votação,
foram indicados os seguintes membros: Raimunda de
Melo Oliveira; Sandra Lima Viana e Ana Cláudia
Pinheiro Melo. Composta a mesa, foi iniciado o processo
de votação e não havendo ~~chegando~~ concorrentes para
a formação de uma nova diretoria, os sócios presentes
resolveram por unanimidade que deveria ficar

composta pelos seguintes membros: Presidente João de
Oliveira Melo; vice-presidente José Maria Moura;
1º secretário Angela Maria de Melo Oliveira; 2º secretário
Walberlino Lopes Oliveira; 1º Tesoureiro Tânia de
Lima Moura; 2º Tesoureiro Francisco Plácido Gomes da
Braz; Conselho fiscal: 1º Vicente Rodrigues da Silva
2º Meças Alves de Brito e 3º Everardo Queiroz
Avelino. Continuando o trabalho, a mesa declarou
eleito a diretoria e em seguida deu posse
para cumprir o mandato para o biênio 2009 a
2011. E não havendo mais a tratar. Eu
Angela Maria de Melo Oliveira que secretariei os
trabalhos, lerei a presente ata que depois de
lida e aprovada para por todos assinado
Angela Maria de Melo Oliveira.

João de Oliveira Melo

José Maria Moura



Selo de autenticidade

Registre do 1º. Ofício (Ibaretama-CE)
A presente cópia fotostática confere com
o original que me foi exibido. Dou fé,
Ibaretama-CE,

07 JAN. 2011

Em testemunho da verdade,

() Ivan Brasilino de Freitas - 1º Tabelião
() Ivan Brasilino de Freitas Júnior - Substituto
() Francisco Ricardo Silva Brasilino - Esc. Autorizada

Francisco Lerman de Lima

Tania de Lima Moura

Sandra Lima Riana

Alcides Alves Brito

Vilfredo Lopes Oliveira

FRANCISCO EUDES DA SILVA

Ana Cláudia Pinheiro de Melo

Francisco Luciano

Maria Elomar Honório de Castro

Mário Roberto Jones Avelino

Francisco Cláudio Gomes de

vicin Bodilhos da Silva

Francisco V. Brito

Everardo Augusto de Almeida

Pedro Pereira da Silva

Francisco Vaz de Almeida

Ana Maria Alves Brito

Sebastião Aurino de Castro Filho

João Eli Franco

Francisco Virgílio de Lima

Francisco Ernaldo da Silva

Mário dos Santos João de Almeida

Tamara Lima Moura

Reimunda de Melo Oliveira

Ricardo Lopes Almeida

Mirlla Fátima da Silva Gomes

João Rodrigo Gus da Silva

Francisco Lopes Oliveira

Tamiris de Lima Moura

Registro de Pessoas Jurídicas

Registro de Pessoas Jurídicas

CARTÓRIO - 1º. Ofício - IBARETAMA-CE

Certifico e dou fé que foi registrado em 16/10/09, às fls. 72, sob

número de ordem 401, do presente documento,

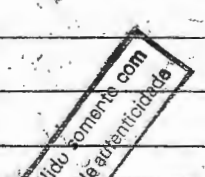
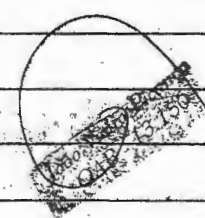
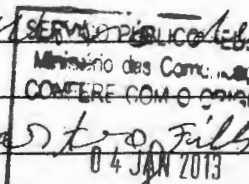
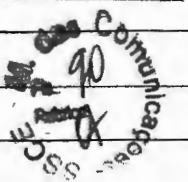
Ibaretama-CE 16/10/09

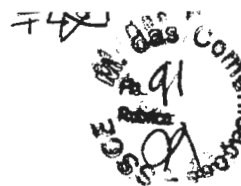
Ivan Brasilino de Freitas
OFICIAL

Cartório Brasilino

1º. Ofício - Ibaretama-CE

Ivan Brasilino de Freitas





DECLARAÇÃO

**ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**,
proponente a outorga de autorização para exploração do
serviço de radiodifusão comunitária, no Município de
IBARETAMA, Estado do **CEARÁ**, vem, pela presente, através
do seu Presidente, que a esta subscreve, **DECLARAR**, fins
atender o disposto na letra "g" do subitem 7.1. da Norma
Complementar nº 01/2004, que o endereço da sede e foro da
sociedade é o abaixo especificado:

ENDEREÇO

**RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420
BAIRRO: CENTRO
IBARETAMA (CE)
CEP: 63.970-000**



Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2010

Carlos Alberto Queiroz Silva
**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente

#190
12
Comunicação

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente legalmente responsável pela **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, **DECLARA**, fins atender o que está insito no subitem 7.1., letra "h" da Norma Reguladora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, que os membros do quadro diretivo da entidade residem na área urbana da comunidade a ser atendida pela estação, Município de **IBARETAMA**, Estado do **CEARÁ**.

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2.010

Carlos Alberto Queiroz Silva
**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**



CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, dirigentes da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, pretendente ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de **IBARETAMA - (CE)**, **DECLARAM**, fins cumprir o que preceitua a letra i" subitem 7.1., da Norma Complementar ao Serviço de Radiodifusão Comunitária (Norma nº 01/2004), que esta entidade se compromete, desde já, cumprir fielmente os dispositivos legais aplicáveis ao Serviço.

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2010

Carlos Alberto Queiroz Silva
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI

Ministério das Com. e C.
CONFERE COM A ORIGEM

Legal: **CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA**

Dirigente: **DIRETOR - PRESIDENTE**

CPF: **876.981.883-53**

Assinatura: *Carlos Alberto Queiroz Silva*

FL 92
Min. das Comunicações
94
Roberto

2.) Nome: MANOEL PEREIRA VIANA ✓

Dirigente: DIRETOR - ADMINISTRATIVO

CPF: 367.128.173-15

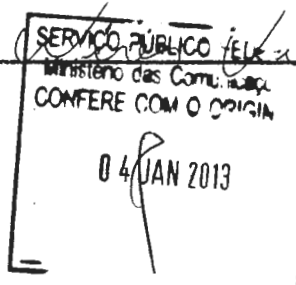
Assinatura: Manoel Pereira Viana

3.) Nome: FRANCISCO WIRES VIEIRA ✓

Dirigente: DIRETOR - FINANCEIRO

CPF: 391.336.053-00

Assinatura: Francisco Wires Vieira



FL 93
95
Com

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, na qualidade de Diretor - Presidente da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, **DECLARA**, que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço de Radiodifusão, inclusive Comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de associados e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos Serviços acima mencionados, conforme o disposto no subitem 7.1., letra "j" da Norma Complementar nº 01/2004.

Ministério das Comunicações
CONFERE COM O 02/01/16
04 JAN 2013

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2010

Carlos Alberto Queiroz Silva

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente

FL94



DECLARAÇÃO

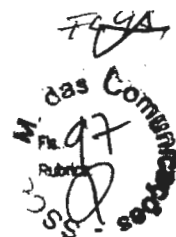
O abaixo assinado, representante legal da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, pretendente ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de **IBARETAMA - (CE)**, **DECLARA**, fins cumprir o que preceitua o Artigo 11 da Lei nº 9.612, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, que esta entidade se compromete, desde já, a não estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2010

Carlos Alberto
**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**



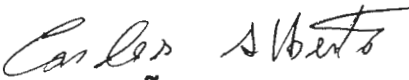
CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente

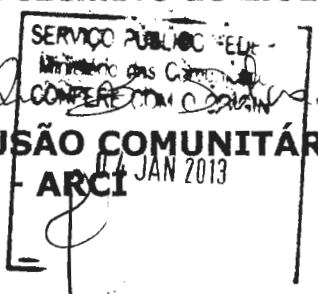


DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente legalmente responsável pela **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, **DECLARA** que, caso seja contemplada com o ato de outorga de autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária no Município de **IBARETAMA**, Estado do **CEARÁ**, utilizará em suas irradiações a denominação de fantasia de **"IBARETAMA FM"**, conforme preceitua o item 7.1., letra "I", da Norma Reguladora do Serviço.

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2.010


ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI



CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente

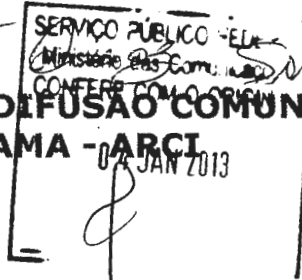


DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente legalmente responsável pela **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, **DECLARA**, fins cumprir o que esta ínsito na letra "m" do subitem 7.1. da Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária nº 01/2004, que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1. da retromencionada norma.

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2.010

Carlos Alberto
**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**



CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente

7444



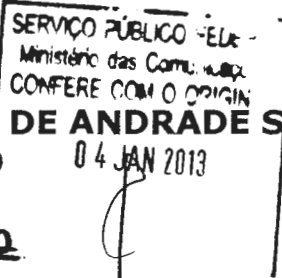
DECLARAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI,
proponente a outorga de autorização para exploração do
serviço de radiodifusão comunitária, no Município de
IBARETAMA, Estado do **CEARÁ**, através do seu Presidente,
que a esta subscreve, **DECLARAR**, fins cumprir o que
preceitua a letra "n" da Norma nº 01/2004, que a sociedade,
se contemplada, instalará o sistema irradiante de sua
estação, no endereço abaixo, com coordenadas geográficas
(04)º (49)' (11.9)" S e (38)º (49)' (15.9)" W, na
padronização WGS - 84.

ENDEREÇO:

RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420
BAIRRO: CENTRO
IBARETAMA (CE)
CEP: 63.970 - 000

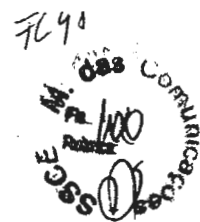


Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2.010

Carlos Alberto Queiroz Silva

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente

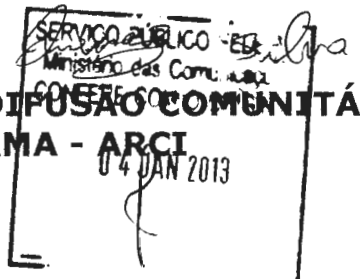


DECLARAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI,
proponente a outorga de autorização para exploração do
serviço de radiodifusão comunitária, no Município de
IBARETAMA, Estado do **CEARÁ,** vem, pela presente, através
do seu presidente, que a esta subscreve, **DECLARAR,** fins
atender o disposto na letra "o" do subitem 7.1.da Norma
Complementar nº 01/2004, que a entidade, caso seja
contemplada com a outorga, apresentará o Projeto Técnico de
conformidade com a Norma Reguladora, e com os dados
indicados na sua documentação instrutória.

Ibaretama (CE), 23 de Dezembro de 2.010

Carlos Alberto
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI



CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**

LOCALIDADE: IBARETMA (CE)

AVISO DE CHAMAMENTO Nº 04/2010

SERVIÇO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

TAXA DE CADASTRAMENTO

**LETRA "P" DO SUBITEM 7.1. DA NORMA Nº
01/2004**

07/01/2011		BANCO DO BRASIL	14.183.11
34/117010		OUVIDORIA BB 0800 729 0675	02/16
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE EM DINHEIRO			
CLIENTE: IFT TRANSF. FINANC. IL SOURO			
DATA	07/01/2011		
VALOR DINHEIRO	20,00		
VALOR TOTAL	20,00		
IDENTIFICADOR 1:	4.100.000.000.118.822 0		
IDENTIFICADOR 2:	13.031.677/0001 39		
NR. AUTENTICAÇÃO	F.7CD.E06.D61.B9D.B1A		

SERVIÇO PÚBLICO - EDE -
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
04 JAN 2013

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



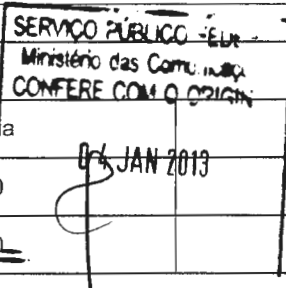
Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
 Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
 Aviso: 33 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	04S4912	04S4815
Longitude	38W4916	38W4512

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	7.71

Processo			
1.	Entregou documentação tempestivamente?		Sim
2.	Endereço da Antena Proposta		
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420			
2.1.	Endereço do Studio		
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420			
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)		
	Número do Processo	Distância	Status
	53000.001675/11	280,00	EMA
	53650.000062/01	400,00	ARQ
4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)		



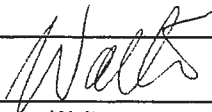
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal		VIÁVEL
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Não	
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	Sim	
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	Não	
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim	
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora		
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420			
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Sim	
12.	Conclusão da Análise		
Análise 1ª fase: tec. viável. A entidade cumpriu as exigências do subitem 7.1, alíneas m, n, o (pág. 98,99, 100) da Norma complementar 01/2004; Processo instruído na 1ª fase.			

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
Aviso: 33 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

** Tem concorrente, do mesmo aviso, a menos de 4 km;



Walter
(Analista)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

COTA Nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

ASSUNTO : Autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária. Necessidade de instrução complementar acerca da comprovação de idoneidade dos dirigentes.

Senhor Coordenador do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão Comunitária,

CONSIDERANDO que o art. 221 da Lei Maior estatui que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família.

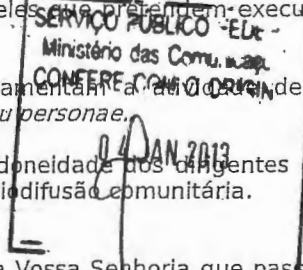
CONSIDERANDO a inegável presença do interesse público em todas as outorga relativas aos serviços de radiodifusão, vez que de livre e direto recebimento pelo público em geral.

CONSIDERANDO que a Lei 9.612/98 dispõe em seu art. 2º que o serviço de radiodifusão comunitária obedecerá, no que couber, ao disposto no Código Brasileiro de Telecomunicações e demais disposições legais.

CONSIDERANDO que o art. 34, a, do Código Brasileiro de Telecomunicações trata da necessidade da comprovação de idoneidade daqueles que pretendem executar serviço de radiodifusão.

CONSIDERANDO os princípios setoriais que regulamentam a outorga de radiodifusão, dentre eles a prestação do serviço em caráter *intuitu personae*.

CONSIDERANDO a necessidade de verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades associativas que pretendem executar serviço de radiodifusão comunitária.



1. Utilizo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria que passe a adotar as medidas necessárias à verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades que forem consideradas aptas à execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Informo que para tanto deverão ser exigidas dos dirigentes associativos, certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 (cinco) anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina.

3. Este é o motivo pelo qual restituo os processos relativos à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em trâmite nesta Coordenação-Geral Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, vez que apenas será conferido regular prosseguimento ao feito após a adoção das medidas sugeridas.

Brasília, 27 de setembro de 2010.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO
Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



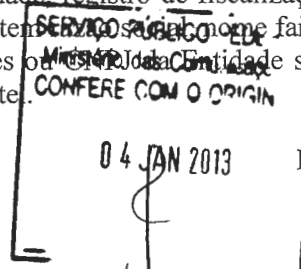
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Consulta ao Sistema de Fiscalização RADAR, da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Frente à análise do processo nº **53000.009525/11**, de interesse da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama-ARCI**, na localidade de **Ibaretama / CE**, e em atendimento à Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, anexada à folha 102 dos autos, informamos o que se segue:

I. Não há, nesta localidade, registro de fiscalização por operação clandestina, nos últimos 05 (cinco) anos, em que constem os dados: nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou responsáveis da entidade supracitada, de acordo com o Sistema de Fiscalização RADAR, da Anatel.



Brasília, 28 de junho de 2011.

Eliane Rodrigues
ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Administrador/1.551.517



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento



DESPACHO

Assunto: **Despacho de Contagem das Manifestações em Apoio.**

1. Frente à análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibareta - ARCI**, na localidade de **Ibareta / CE**, processo nº **53000.009525/11**, em atendimento ao Aviso de Habilitação 31, publicado no DOU de 12/11/10, com prazo final em 24/02/11, constatou-se que a entidade conta com os seguintes apoios válidos:

I. Manifestações de Apoio:

	Sim	Não
a. Manifestação de apoio individual , contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência e a assinatura do declarante.		
Soma das manifestações individuais apresentadas		Quantidade declarada
OBS: São válidas apenas as manifestações completamente preenchidas e devidamente assinadas, entendendo-se que		---
- endereço válido: todo aquele que não indique apenas o nome da localidade em questão;		Quantidade validada
- assinatura válida pode ser rubricada ou conter apenas o nome e sobrenome completos;		---
- o CEP é opcional.		
PONTUAÇÃO PONDERADA TOTAL (x 1):		0
OBS: Não foram validadas as manifestações às fls. , , , , considerando a falta de .		

	Sim	Não
b. Manifestação de apoio coletiva , apresentada sob a forma de abaixo-assinado, contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura de cada declarante.		

<p>Soma das assinaturas constantes das manifestações de apoio coletivas, apresentadas sob a forma de abaixo-assinado.</p> <p>OBS: São válidas apenas as manifestações completamente preenchidas e devidamente assinadas, entendendo-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - endereço válido: todo aquele que não indique apenas o nome da localidade em questão; - assinatura válida pode ser rubricada ou conter apenas o 1º nome do declarante ou mesmo aquela assinatura que está no mesmo campo da indicação do nome; - o CEP é opcional. 	Quantidade declarada

	Quantidade validada
	278
PONTUAÇÃO PONDERADA TOTAL (x 1):	278
OBS: Não foram validadas as manifestações às fls. 26, 28, 30 33, 35, considerando assinaturas irregulares.	

c. Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias , legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e assinatura do representante legal.	Sim	Não
<p>Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas.</p> <p>OBS: São válidas apenas as manifestações completamente preenchidas, devidamente assinadas e acompanhadas do comprovante de inscrição junto à Receita (CNPJ) e a Ata de eleição ou posse do representante legal que assinou, devidamente registrada. Entendendo-se que:</p> <ul style="list-style-type: none">- endereço válido: todo aquele que indique o endereço completo da sede, com logradouro e complemento;- CNPJ válido é aquele em que há a cópia impressa do site da receita e cujo nº é o mesmo declarado;- assinatura válida pode ser a rubrica do representante ou conter ao menos o nome e o sobrenome completo, e cujo nome se confunda com o constante do termo de posse ou Ata de eleição apresentada;- o CEP é opcional;- o termo de posse ou ata de eleição devem contar pelo menos com a indicação do registro junto a um Cartório, não sendo obrigatória a sua cópia autenticada.	Quantidade declarada	

	Quantidade validada	
	3	
PONTUAÇÃO PONDERADA TOTAL (x 5):	15	
OBS: Não foram validadas as manifestações às fls. 67 considerando a falta de assinatura do representante legal.		

d. Manifestação de apoio dos associados da entidade requerente , comprovada por meio de assinaturas constantes de Ata de Assembléia Geral, convocada especialmente para manifestar apoio à iniciativa de requerer a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.	Sim	Não
Soma das assinaturas constantes da Ata de Assembléia Geral. OBS: São válidas apenas, as manifestações dos associados que preencheram todos os seus dados ao final da Ata, devidamente assinadas e cuja Ata esteja registrada. Entendendo-se que: - dados válidos dos associados: nome e assinatura, endereço, RG ou CPF; - ata válida: registrada em cartório.	Quantidade declarada	-----
	Quantidade validada	-----
PONTUAÇÃO PONDERADA TOTAL (x 2):	0	
OBS: Não foram validadas as manifestações às fls. , , , , , considerando a falta de .		

II. Número Total de Manifestações Válidas:


Total Individuais	Total Coletivas	Total de Entidades	Total dos Associados	SOMA TOTAL DE MANIFESTAÇÕES VALIDADAS
0	278	15		293

III. Acordo para Associação das Entidades Interessadas:

Caso exista mais de uma entidade interessada na execução do Serviço na mesma área de interesse, a requerente declara que concorda em tentar associar-se às demais entidades.	Sim	Não
Obs: a entidade não se pronunciou.	-----	-----

2. Deste modo, considerando a validação das manifestações em apoio apresentadas, tão logo estejam definidas as áreas de execução possíveis, considerando o interesse das entidades que porventura sejam concorrentes ao interesse desta entidade, esta Coordenação decidirá sobre o encaminhamento de ofícios de tentativa associativa, sobrestamento ou arquivamento, dependendo da caracterização das requerentes, frente à documentação apresentada, especialmente os atos constitutivos.

Brasília, 28 de junho de 2011.


ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
 Administrador/1.551.517



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Despacho Inicial de Entidade Participante de Aviso.**


1. Frente a análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI**, na localidade de **Ibaretama / CE**, processo nº **53000.009525/11**, em atendimento ao Aviso de Habilitação 31, publicado no DOU de 12/11/10, com prazo final em 24/02/11, constatou-se que a entidade:

I. embora não tenha se pronunciado quanto ao interesse comum em acordo, considerando-se que, a entidade concorrente manifestou-se favorável, será oficiada para tentativa associativa visando a possível exploração em comum do serviço, conforme disposto no subitem 10.2 da Norma Complementar nº 01/2004. Sendo assim, a entidade deverá ser oficiada, juntamente com a outra, acerca do possível acordo entre elas.

2. Segue abaixo quadro constando a Pontuação Ponderada de cada uma das entidades na localidade:

Relação de participantes			
Nome	Processo	Pontuação Ponderada das Manifestações válidas	Tem interesse no acordo?
Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI	53000.009525/11	293	Não se manifestou
Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luís de Ibaterama	53000.001675/11	10	sim

Brasília, 28 de junho de 2011.


ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Administrador/1.551.517



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 3810 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 30 de junho de 2011.

Ao Senhor

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama - ARCI

Rua: Gonçalves Ledo, nº 172- Altos, Bairro: Praia de Iracema

60.110-260 Fortaleza - CE

Assunto: **Proposta de Tentativa Associativa entre Interessados na Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na mesma Área de Interesse** - Processo nº 53000.009525/11.

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.009525/11, informamos que mais de uma entidade tem interesse na exploração em comum do Serviço de Radiodifusão Comunitária e se habilitou na mesma área de interesse.

2. Desta forma e de acordo com o subitem 10.2 da Norma Complementar nº 01/2004, este Ministério sugere o entendimento associativo entre os interessados abaixo descritos:

Relação de participantes			
Processo	Nome	Endereço	Pontuação ponderada das manifestações
53000.009525/11	Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama - ARCI	Rua: Dr. Nelson de Andrade Sales, nº 420, Centro, Ibaretama-CE	293
53000.001675/11	Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterama	Av. Francisco Rodrigues da Costa, nº 40, Ibaretama-CE	10

3. No intuito de auxiliá-los, no caso de interesse real quanto ao entendimento associativo, informamos que serão consideradas as seguintes opções para o acordo entre as interessadas:

I. a associação, à uma das entidades, de todas as demais concorrentes que deverão indicar a mesma como selecionada. Neste caso, não há necessidade de extinção das concorrentes, passando estas a integrar o quadro de associados da entidade escolhida na condição de pessoas jurídicas associadas, devendo nesta hipótese ser apresentada:

a. relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais, com o número do CPF, número do documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com número do CNPJ, número de registro no órgão competente e endereço da sede; e

b. pedido de arquivamento dos processos das entidades que se associaram, como associados pessoas jurídicas.

II. que as entidades promovam a fusão entre elas. Neste caso, todas as concorrentes se fundem para a formação de uma nova entidade comunitária, extinguindo-se, conseqüentemente, todas as entidades fundidas, devendo nesta hipótese ser apresentada:

a. as Atas de Assembléias, realizadas pelas entidades envolvidas deliberando acerca da fusão e da extinção dessas entidades;

b. documentos que comprovem a extinção de todas as entidades fundidas;

c. pedidos de arquivamento dos processos das entidades fundidas; e

d. documentos e declarações dispostos no subitem 7.1 alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "g", "h", "i", "j", "l", "m", "n", "o" e "p" da Norma Complementar 01/2004.

III. que seja promovida a incorporação, por uma das entidades, das demais entidades concorrentes, extinguindo-se, em conseqüência, todas as entidades incorporadas, devendo nesta hipótese ser apresentada:

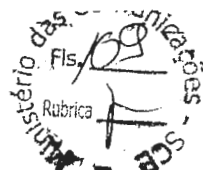
a. as Atas de Assembléias, realizadas pelas entidades incorporadas e incorporadora, deliberando acerca da incorporação e da extinção das entidades incorporadas;

b. relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais, com número do CPF, número do documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com número de CNPJ, número de registro no órgão competente e endereço da sede;

c. documento que comprove a extinção de todas as entidades incorporadas;

d. pedido de arquivamento dos processos das entidades incorporadas; e

e. havendo alteração na diretoria da entidade incorporadora, os documentos referentes aos novos diretores, bem como a Ata de Assembléia que deliberou sobre a alteração na diretoria.



4. Por fim salientamos que:

I. será assegurado o direito de discordância ou negativa dos requerentes quanto ao acordo proposto;

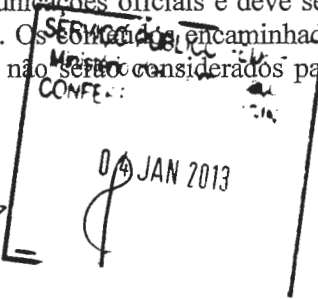
II. em caso de decisão pela associação, seja qual for a forma de associação escolhida, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades, passarão a fazer parte do processo da entidade comunitária que continuará participando do procedimento de seleção;

III. qualquer manifestação em apoio encaminhada após a emissão deste ofício não será utilizada na contagem total, sendo consideradas apenas as já constantes dos autos dos processos das entidades;

5. Tais entendimentos serão aguardados num prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento deste, encaminhado com AR Postal (Aviso de Recebimento). Expirado este prazo, sem a concretização do acordo proposto ou diante da negativa das entidades envolvidas, será aplicado o que dispõe o subitem 10.3, alínea "b" da Norma Complementar nº 01/2004, ou seja, será aplicado o critério da Representatividade, o qual consiste na seleção da entidade que tiver apresentado a maior pontuação ponderada de manifestações de apoio.

6. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os comunicados encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica



DESPACHO

Assunto: **Despacho Inicial de Entidade Participante de Aviso.**

1. Frente a análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI**, na localidade de **Ibaretama / CE**, processo nº **53000.009525/11**, em atendimento ao Aviso de Habilitação 31, publicado no DOU de 12/11/10, com prazo final em 24/02/11, constatou-se que a entidade:

I. embora não tenha se pronunciado quanto ao interesse comum em acordo, considerando-se que, a entidade concorrente manifestou interesse, será oficiada para tentativa associativa visando a possível exploração em comum, conforme disposto no subitem 10.2 da Norma Complementar nº 01/2004. Sendo assim, a entidade deverá ser oficiada, juntamente com a outra, acerca do possível acordo entre elas.

2. Segue abaixo quadro constando a Pontuação Ponderada de cada uma das entidades na localidade:

Relação de participantes			
Nome	Processo	Pontuação Ponderada das Manifestações válidas	Tem interesse no acordo?
Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI	53000.009525/11	293	Não se manifestou
Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterama	53000.001675/11	10	sim

Brasília, 28 de junho de 2011.

ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Administrador/1.551.517

Administradora - Mat. 1.551.517
CGRC/SECOM/CE

31º ACW



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI**

Ofício nº 010/2011.

IBARETAMA (CE), 20 de julho de 2011.

Exmo. Sr.
Dr. OCTÁVIO PENNA PIERANTI
MD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações
Brasília – DF.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 038400/2011-15

SEAPA/SCE

27/07/2011-09:34

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

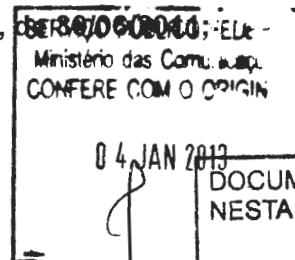
53000 038400/2011-15

SEAPA/SCE

27/07/2011-09:33

Ref.:

- a) Ofício nº 3810/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, de 30/06/2011; ELE -
b) PROCESSO nº **53000:009525/2011**



04 JAN 2012

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

04/08/2011
Luiz

Senhor Coordenador,

Pertinente ao expediente acima epigrafado e, fulcrado no subitem 10.3, da Norma Reguladora do Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom), informamos a V.Exa., que esta Associação manifesta-se contrário ao entendimento associativo proposto.

Vale ressaltar o prescrito no Artigo 5º do Estatuto Social, que reza:

“Art. 5º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora, mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, entidade de classe, benemérita, religiosa, ou de moradores desde que legalmente instituídas e que sejam aprovadas pela Assembléia Geral, e, que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.”

RUA: DR. NELSON DE ANDRADE SALES, 420 – CENTRO – CEP: 63.970-000 – IBARETAMA – CEARÁ
CNPJ: 13.031.677/0001-39

Sedco



Esta Associação se compromete, desde que, caso seja contemplada com a outorga, assegurar participação na composição do Conselho Comunitário, das associações que participam do presente processo seletivo.

Cordialmente,

Carlos Alberto Queiroz Silva

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor - Presidente
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA – ARCI



ILMO. SR.
OCTÁVIO PENNA PIERANTI
COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO "R" - 3º ANDAR
BRASILIA - DF
CEP : 70.044-900

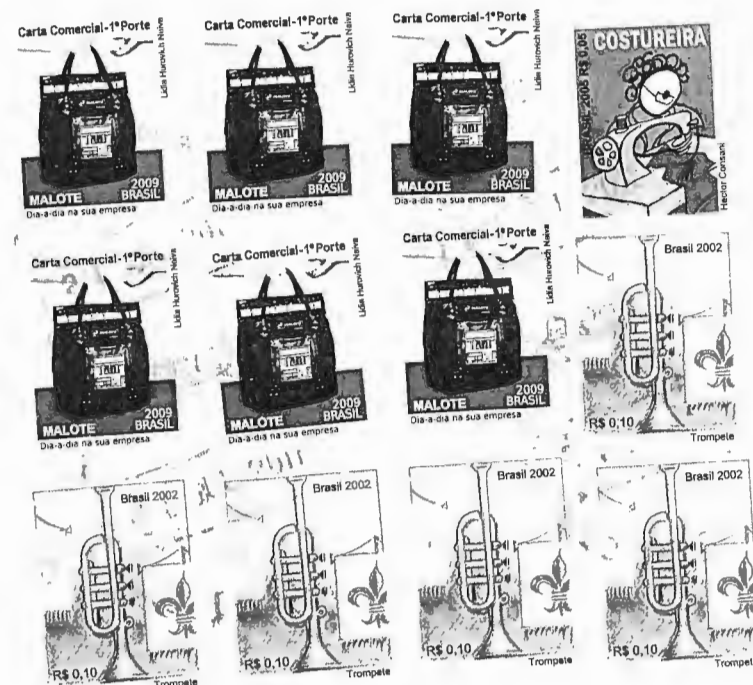
ACQUIXADA

21 JUL 2011

PRICE

SERVIÇO PÚBLICO - E-LE
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

04 JAN 2013



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR PESO / WEIGHT (kg)

RM 50979202 2 BR



Ministério das Comunicações
Rb. 13
13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Despacho Pós Acordo de Entidade Participante de Aviso.**

1. Frente a análise da documentação encaminhada pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama - ARCI** na localidade de **Ibaretama / CE**, processo nº **53000.0092525/11**, em atendimento ao Aviso de Habilitação 31, publicado no DOU de 12/11/10, com prazo final em 24/02/11, constatou-se o que se segue:

Considerando o interesse inicial relativamente a um possível acordo entre as interessadas descritas no quadro abaixo, e em atendimento ao que dispõe o subitem 10.2 da Norma Complementar 01/2004, que trata do Serviço de Radiodifusão Comunitária, este Ministério sugeriu o entendimento associativo entre as mesmas.

Relação de participantes (d <= 1000 m do 4º vizinho)			
Nome	Processo	Endereço	Pontuação ponderada das manifestações
Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI	53000.009525/11	Rua; Dr. Nelson de Andrade Sales, nº 420, Ibaretama-CE	293
Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterama	53000.001675/11	Av. Francisco Rodrigues da Costa nº 40	10

Ocorre que, diante da impossibilidade de concretização do acordo proposto, considerando a negativa da entidade que apresentou o maior número de manifestação em apoio, foi aplicado o critério da Representatividade, o qual consistiu na seleção da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI** entidade que apresentou a maior pontuação ponderada de manifestações de apoio, sendo selecionada para análise na localidade.

Brasília, 02 de setembro de 2011.

ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Administradora

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

M. de Comunicação
 18
 Rubrica
 SCS - 802

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
 Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
 Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

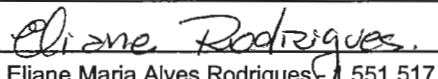
Processo						
1.	A Entidade é uma:	Associação				
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim				
(fl.1)						
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim				
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim				
Estatuto Social (fl. 7) Ata de Fundação (fl.14) Ata de eleição (fl.14)						
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim				
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de-Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica				
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim				
(fls.22 a 90)						
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Sim				
Ibaretama FM - (fl. 97)						
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Sim				
(fl.92)						
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Sim				
(fl. 95)						
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim				
(fl.6)						
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 3 anos		Validade: 12/12/2013		
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
	Carlos Alberto Queiroz Silva	876.981.883-53	Presidente	Sim	Sim	Sim
	Francisco Wires Vieira	391.336.053-00	Diretor Financeiro	Sim	Sim	Sim
	Manoel Pereira Viana	367.128.173-15	Diretor Administrativo	Sim	Sim	Sim
Sede: Rua: Dr. Nelson de Andrade Sales, nº 420, centro, Ibaretama (CE) (fl. 91) declarações: (fls 91 a 100)						

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

13.	Conclusão da Análise
A entidade deve remeter as certidoões de feitos criminais dos diretores. à consideração superior	


Eliane Maria Alves Rodrigues 1.551.517
(Analista)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 5308 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 6 de dezembro de 2011.

Ao Senhor

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI

Rua: Gonçalves Ledo, nº 172- Altos, Bairro: Praia de Iracema

60.110-260 Fortaleza – CE

Assunto: **Solicitação de Documentação / Processo nº 53000.009525/11.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.009525/11, na localidade de **Ibaretama / CE**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a seleção dessa entidade para análise na localidade por apresentar a maior pontuação ponderada de manifestação em apoio, solicitamos o envio da seguinte documentação:

I. Em atenção à COTA Nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, que solicita a adoção de medidas necessárias à verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades que forem consideradas aptas à execução do serviço de radiodifusão comunitária, a requerente deverá encaminhar os documentos elencados a seguir, devendo-se observar que a constatação de feitos criminais em nome de membro da diretoria poderá ensejar no indeferimento do processo.

a. Certidões de feito criminal da justiça estadual e federal, dos últimos 05 (cinco) anos do local de residência, de todos os diretores ou cargos similares, emitidas pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional Federal da região, respectivamente.

2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma

solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Ressaltamos que eventual pedido será submetido à análise da Secretaria de Comunicação Eletrônica e não serão aceitas prorrogações de prazo enviadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,


SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituta

33 EXL

ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE IBARETAMA
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA - ARCI

SSC - das Comunicações

OFÍCIO Nº /2011.

Ibaretama (CE), 30 de Setembro de 2011.

Ilma. Sr^a

SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS

Coordenadora – Geral de Radiodifusão Comunitária (Substituta)

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 051769/2011-13

SEAPA/SCE

Ref.:

a) Ofício nº 5308\2011\CGRC\DEOC\SCE-MC, de 04/09/2011

b) **Processo nº 53000.009525/2011.**

SERVIÇO PÚBLICO - EDE
Ministério das Comunicações
CONF. 04/09/2011

04 JAN 2013

Senhora Coordenadora,

Pertinente ao ofício acima
referenciado, segue acostado a este, certidão negativa de feito criminal da
justiça federal e estadual dos membros da Diretoria - Executiva desta
Associação.

Cordialmente,

Carlos Alberto Queiroz Silva

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Diretor - Presidente

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
IBARETAMA – ARCI**

RUA: DR. NELSON DE ANDRADE SALES, 420 - CENTRO - CEP: 63.920-000 - IBARETAMA - CEARÁ
CNPJ: 13.031.677/0001-39

DOCUMENTO ANEXADO

RECEBIDA

17/10/2011

Jauno



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Número de autenticação: Nº 2011351551

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE
CONTRA

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
CPF: 876.981.883-53

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;

2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;

3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfce.gov.br> no prazo de 90 dias.

4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 20/09/2011 11:08:01

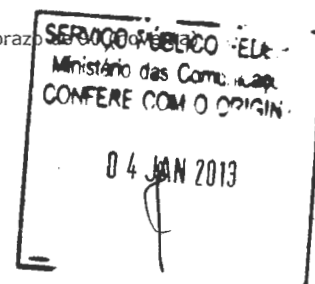
Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.



11
Rubrica
SS - 2004



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA VINCULADA DE IBARETAMA
FÓRUM DR. FRANCISCO HOLANDA FROTA
SECRETARIA DA ÚNICA VARA

Rua Luís Camurça s/n, Ibaretama/CE, CEP: 63.970-000 Fone: 0**(88) 3439-1056.

= CERTIDÃO NEGATIVA=

RENATO ARAÚJO DUARTE respondendo pela Diretoria da Secretaria da Única Vara desta Comarca Vinculada de Ibaretama, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICA, pela faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os Livros de Registros Criminais a cargo desta Secretaria de Vara Única, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhuma **Condenação, Ação Penal, Representação ou T.C.O.** contra: **CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA** (brasileiro, solteiro, autônomo, natural de Quixadá/CE, nascido aos 22/11/1977, RG nº: 3055314-96 SSP/CE e CPF nº: 876981883-53, filho de Antonia Fátima da Silva Queiroz e de Daniel Camargo de Queiroz, residente e domiciliado na Avenida João de Almeida, Sítio Centro, Ibaretama/CE).

"O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ". 04 JAN 2013

Ibaretama/CE, 20 de setembro de 2011.


Renato Araujo Duarte
Diretor de Secretaria

Obs.: Válido somente para fins diversos.



VÁLIDO SOMENTE POR 30 (TINTA) DIAS E COM SELO DE AUTENTICIDADE.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Número de autenticação: Nº 2011351569

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

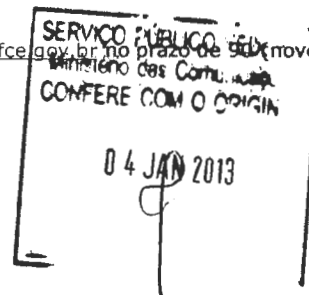
CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

FRANCISCO WIRES VIEIRA
CPF: 391.336.053-00

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfce.gov.br> no prazo de 90 (noventa) dias.
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.



Fortaleza, 20/09/2011 11:11:13

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.
Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.
Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.
Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA VINCULADA DE IBARETAMA
FÓRUM DR. FRANCISCO HOLANDA FROTA
SECRETARIA DA ÚNICA VARA

Rua Luís Camurça s/n, Ibaretama/CE, CEP: 63.970-000 Fone: 0**(88) 3439-1056.


= CERTIDÃO NEGATIVA=

RENATO ARAÚJO DUARTE respondendo pela Diretoria da Secretaria da Única Vara desta Comarca Vinculada de Ibaretama, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICA, pela faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os Livros de Registros Criminais a cargo desta Secretaria de Vara Única, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhuma **Condenação, Ação Penal, Representação ou T.C.O.** contra: **FRANCISCO WIRES VIEIRA** (brasileiro, casado, agricultor, natural de Quixadá/CE, nascido aos 08/01/1970, RG nº: 1476958-88 SSP/CE e CPF nº: 391.336.053-00, filho de Francisca Inácio Vieira e de Luiz Algustinho Vieira, residente e domiciliado na Rua Chico Maná, nº: 392, Sede – Ibaretama/CE).

"O REFERIDO É VERDADE, DOU-SE
SERVIÇO PÚBLICO - ELA -
CONFERE COM O ORIGIN.
CONF. 1550426
04 JAN 2013

Ibaretama/CE, 20 de setembro de 2011.


Renato Araujo Duarte
Diretor de Secretaria

Obs.: Válido somente para fins diversos.



VÁLIDO SOMENTE POR 30 (TINTA) DIAS E COM SELO DE AUTENTICIDADE.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Número de autenticação: Nº 2011351559

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

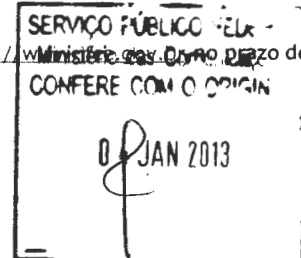
CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

MANOEL PEREIRA VIANA
CPF: 367.128.173-15

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfpe.jus.br/validacertidao/certidaoNegativa.aspx?numero> no prazo de 90 (noventa) dias.
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.



Fortaleza, 20/09/2011 11:09:09

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.

M. das C. 123
SSC



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA VINCULADA DE IBARETAMA
FÓRUM DR. FRANCISCO HOLANDA FROTA
SECRETARIA DA ÚNICA VARA

Rua Luís Camurça s/n, Ibaretama/CE, CEP: 63.970-000 Fone: 0**(88) 3439-1056.

= CERTIDÃO NEGATIVA =

RENATO ARAÚJO DUARTE respondendo pela Diretoria da Secretaria da Única Vara desta Comarca Vinculada de Ibaretama, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICA, pela faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os Livros de Registros Criminais a cargo desta Secretaria de Vara Única nos últimos 05 (cinco) anos, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhuma **Condenação, Ação Penal, Representação ou T.C.O.** contra: **MANOEL PEREIRA VIANA** (brasileiro, casado, agricultor, natural de Ibaretama/CE, nascido aos 05/07/1962, RG nº: 1.143.040 2ª Via e CPF nº: 367.128.173 - 15, filha de Raimundo Viana de Souza e de Francisca Pereira Viana, residente e domiciliado na Rua Francisco Rodrigues da Costa, nº: 887, Centro - Ibaretama/CE).

"O REFERIDO É VERDADE."

Ibaretama/CE, 22 de setembro de 2011.

Renato Araujo Duarte
Diretor de Secretaria

SERVIÇO PÚBLICO - ELA -
Ministério das Com. e J. 2011
CONFERE COM O ORIGINAL



Obs.: Válido somente para fins diversos.

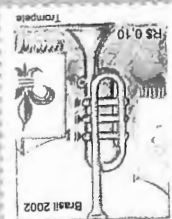
VÁLIDO SOMENTE POR 30 (TRINTA) DIAS E COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Min. das Comunicações
M. 124
R. 100
S. 300

A (SUBSTITUTA)

CA

AR



03 OUT 2011

SERVIÇO PÚBLICO - FUR -
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGIN

04 JAN 2013

M. das Com.
125
9
- 889

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
 Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
 Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

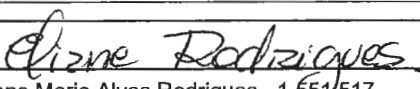
Processo					
1.	A Entidade é uma:	Associação			
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim			
(fl.1)					
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim			
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim			
Estatuto Social (fl. 7) Ata de Fundação (fl.14) Ata de eleição (fl.14)					
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim			
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica			
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim			
(fls.22 a 90)					
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Sim			
Ibaretama FM - (fl. 97)					
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Sim			
(fl.92)					
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Sim			
(fl. 95)					
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim			
(fl.6)					
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 3 anos		Validade: 12/12/2013	
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Declaracao
	Carlos Alberto Queiroz Silva	876.981.883-53	Presidente	Sim	Sim
	Francisco Wires Vieira	391.336.053-00	Diretor Financeiro	Sim	Sim
	Manoel Pereira Viana	367.128.173-15	Diretor Administrativo	Sim	Sim
Sede: Rua: Dr. Nelson de Andrade Sales, nº 420, centro, Ibaretama (CE) (fl. 91)					
declarações: (fls 91 a 100)					

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

13.	Conclusão da Análise
Processo juridicamente regular e instruído. Pesquisa Radar: (fl.104); Certidões de feitos criminais (fls. 118 a 123). à consideração superior. à consideração superior	


Eliane Maria Alves Rodrigues - 1.651/517
(Analista)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
 Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
 Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	04S4912	04S4815
Longitude	38W4916	38W4512

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	7.71

Processo							
1.	Entregou documentação tempestivamente? Sim						
2.	Endereço da Antena Proposta						
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420							
2.1.	Endereço do Studio						
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420							
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)						
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Número do Processo</th> <th>Distância</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>53000.001675/11</td> <td>280,00</td> </tr> <tr> <td>53650.000062/01</td> <td>400,00</td> </tr> </tbody> </table>	Número do Processo	Distância	53000.001675/11	280,00	53650.000062/01	400,00
Número do Processo	Distância						
53000.001675/11	280,00						
53650.000062/01	400,00						
4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)						
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal VIÁVEL						
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira? Não						
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98. Sim						
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98? Não						
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km? Sim						
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora						
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420							
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço? Sim						
12.	Conclusão da Análise						
<p>Análise 1ª fase: tec. viável. A entidade cumpriu as exigências do subitem 7.1, alíneas m, n, o (pág. 98,99, 100) da Norma complementar 01/2004; Processo instruído na 1ª fase.</p> <p>Processo instruído pela análise técnica e jurídica, solicitar projeto técnico.</p>							

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

** Tem concorrente sobrestado, do mesmo aviso, a menos de 4 km;



Walter
(Analista)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6309 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 20 de outubro de 2011.

Ao Senhor

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama**

Rua Gonçalves Ledo, 172, altos – Praia de Iracema

60.110-260

Fortaleza – CE

Assunto: **Solicitação de Documentação**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.009525/11**, na localidade de **Ibaretama / CE**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos o envio da seguinte documentação:

I. **Toda** a documentação citada no subitem 12.1 e suas alíneas da Norma Complementar nº 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 22/11/04, ou seja, o **Projeto Técnico**, conforme a seguir detalhado.

a) **Formulário de Informações Técnicas**, devidamente preenchido e assinado pelo Engenheiro responsável, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação do Radcom, conforme disposto no subitem 12.1 alínea "a", no qual deverá atentar para os seguintes itens:

- **item 5 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE** – preencher com endereço e coordenadas geográficas do local de instalação;

- **item 7 - TRANSMISSOR** - indicar um transmissor certificado pela ANATEL, especificamente para o serviço de radiodifusão comunitária, com potência máxima de 25 Watts, categoria 2H, informar fabricante, modelo e o correto número de certificação/homologação do equipamento a ser utilizado de acordo com o disposto no subitem 18.3.1 da Norma 01/2004;

- **item 8 – ANTENA/TORRE**, informar o fabricante da antena, modelo, ganho, altura em relação ao solo, altura da torre e altitude do local.

b) Declaração firmada pelo representante legal da entidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "b" e subalíneas "b.1" e "b.2" da Norma Complementar 01/2004, ou seja:

b.1) Declaração firmada pelo representante legal da entidade indicando que na ocorrência de **interferências prejudiciais** causadas pela estação, interromperá imediatamente suas transmissões até que essas sejam sanadas;

b.2) Declaração firmada pelo representante legal da entidade indicando que na ocorrência de **interferências indesejáveis** causadas pela estação, caso essas não sejam sanadas no prazo estipulado pela ANATEL, interromperá suas transmissões.

c) **Planta de arruamento**, com indicação da escala, compatível com a área da localidade objeto da outorga, que permita a visualização do nome das ruas, onde deverão estar assinalados o local de instalação do sistema irradiante, com indicação das coordenadas geográficas no formato GG°MM'SS", assim como o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, que delimita a área abrangida pelo contorno de 91 dBμ. Na planta de arruamento indicar o local e endereço do estúdio e da sede da entidade, em conformidade com o disposto no subitem 12.1, alínea "c" da Norma Complementar 01/2004;

d) **Diagrama de irradiação** horizontal da antena transmissora, com a indicação do Norte Verdadeiro; diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "d" da Norma Complementar 01/2004. Este diagrama deverá ser correspondente ao indicado no item 8 do formulário de informações técnicas;

e) Declaração do profissional habilitado de que a **cota do terreno**, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "e" da Norma Complementar 01/2004;

f) Declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os **gabaritos de proteção aos aeródromos**, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na localidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "f" da Norma Complementar 01/2004;

g) **Parecer conclusivo**, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91dBμ da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004;

h) **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** referente à instalação proposta, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "h" da Norma Complementar 01/2004, acompanhada de comprovante de pagamento ou autenticação bancária.

2. Informamos que o Artigo 9º da Resolução 218/73-CONFEA, confere a Engenheiro Eletricista, Engenheiro Eletrônico ou Engenheiro de Comunicação a responsabilidade para este tipo de projeto; ou a profissional que mediante pedido de revisão de atribuições ou apostilamento de curso, obtenha nas Câmaras Especializadas de Engenharia dos CREAs estas atribuições, as quais passam a constar dos dados cadastrais do profissional

3. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido

esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

5. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



312 Ex2



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE IBARETAMA
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA – ARCI

Ofício nº 018/2011.

Ibaretama (CE), 07 de novembro de 2011.

Ilmo. Sr.

OCTÁVIO PENNA PIERANTI

Coordenador – Geral de Radiodifusão Comunitária

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 059282/2011-89

SEPRODIOLOG/COLOG/CGRL/SPO

22/11/2011-14:46

Selco

Ref.:

a) Ofício nº 6309/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, de 20/10/2011;

b) Processo nº 53000.009525/2011.

Senhor Coordenador,



Em atenção ao ofício acima referenciado (a), estamos enviando em anexo, **PROJETO TÉCNICO** para instalação da estação, conforme disposto no item 12.1 e suas alíneas da Norma Reguladora do Serviço.

Cordialmente,

Carlos Alberto Queiroz Silva

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Diretor - Presidente

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA – ARCI

ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE IBARETAMA
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA – ARCI

DECLARAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI, com sede no Município de
Ibaretama, Estado do Ceará, através do seu representante legal, infra –
assinado, fins cumprir o disposto no subitem 12.1., letra “i” da Norma
Reguladora do Serviço, **INFORMA** que o horário pretendido para
funcionamento da emissora é de 05:00 às 23:00 horas de segunda à
domingo.

Ibaretama (CE), 07 de novembro de 2011.

Carlos Alberto Queiroz Silva

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Diretor – Presidente

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI



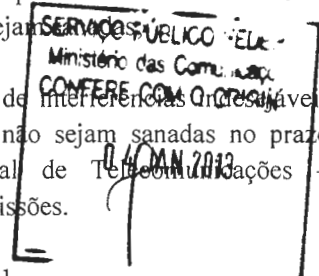
ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE IBARETAMA
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA – ARCI



DECLARAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAM - ARCI, com sede no Município de Ibareta, Estado do Ceará, através do seu representante legal, infra – assinado, **DECLARA QUE:**

- a) Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, interromperá imediatamente suas transmissões até que os problemas sejam resolvidos.
- b) Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, caso essas não sejam sanadas no prazo estipulado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, interromperá suas transmissões.



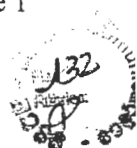
Ibareta (CE), 07 de novembro de 2011.

Carlos Alberto Queiroz Silva

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA
Diretor – Presidente
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA – ARCI



Receita Federal

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.031.677/0001-39 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/12/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE IBARETAMA - ARCI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R DR. NELSON DE ANDRADE SALES		NÚMERO 420	COMPLEMENTO
CEP 63.970-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IBARETAMA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/12/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

*Serviço Público - EDE
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
04 JAN 2013*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **09/11/2011** às **17:00:59** (data e hora de Brasília).[Voltar](#)

**9 – LINHA DE TRANSMISSÃO**

FABRICANTE

KMP RFS BRASIL

MODELO

RGC-213

COMPRIMENTO(L)

35,0

m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

3,91

dB

PERDAS NA LINHA (PL)

1,368

dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)**0,73**

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot A_L}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (E}_f\text{)} = 10 \frac{-(PL)}{10}$$

10 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt. } \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,73) = -17,39 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

 η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

11 – INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d (\text{km})$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + (-17,39) - 20 \log 1 = 89,61(\text{dB}\mu)$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dB μ .

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

<p>SERVIÇO PÚBLICO Ministério das Comunicações CONFERE COM O ORIGINAL 14 JAN 2013</p>

13 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

EMANUEL JOSÉ DE OLIVEIRA ZUCARINI

REG.CREA

3321/D-DF

ENDEREÇO

SRTVS Q 701 CJ D BL B SALA 816

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

ASA SUL

CIDADE

BRASÍLIA

UF

DF

CEP

70340-907

TELEFONE

(61) 3799-5796

FAX

E-MAIL

zucarini@uol.com.br

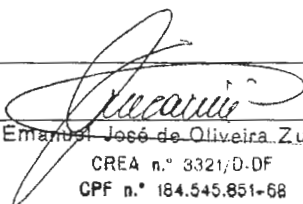
LOCAL

BRASÍLIA

DATA

14/11/2011

ASSINATURA


Emanuel José de Oliveira Zucarini

CREA n.º 3321/D-DF

CPF n.º 184.545.851-68



ANTENA PLANO TERRA FIXA 1/4 DE ONDA (POLARIZAÇÃO VERTICAL)

Dentre todas as antenas fabricadas pela GOBER, uma das mais populares é a antena plano terra, com ganho unitário, omnidirecional, é o tipo de antena apropriada para montagem no topo de uma torre, poste ou edifício. De construção robusta com alumínio, latão prateado e isolamento de teflon, lhes garantem sua sobrevivência por um longo tempo, livre de problemas. Ela também esta aterrada a nível D.C para proteção contra raios.

Acompanha tudo de Ø 2" X 30 cm, para fixação em mastros de 1.1/2" até 2" de diâmetro.



Imagem Ilustrativa

CARACTERISTICAS TECNICAS

Descrição / Modelo		GPT-50	GPT-100	GPT-125	GPT-155	GPT-245	GPT-460
Faixa de Operação (MHz)		25 a 75	87,5 a 108	108 a 138	138 a 174	220 a 250	450 a 470
Polarização				Vertical	Vertical		
Irradiação				Omnidirecional	Omnidirecional		
Ganho	Veze						
	dBi			2,15			
VSWR (200 kHz)		<1,5:1			< 1,1:1		
Potência Máxima (Watts)				500,00			300,00
Impedância de Entrada				50 Ohms			
Conector				UHF-fêmea ou N-fêmea			
Vento de Resistência				180 Km/h			
Altura (mm)				1500,00			500,00
Largura (mm)				100,00			80,00
Comprimento (mm)				100,00			80,00
Peso (kg)		4		2,20			1,10
Área Exposta ao Vento (m²)		0,16		0,08			0,01
Momento Fletor		4,2 Kg/m²		2,1 kg/m²			



ANTENA PLANO TERRA FIXA 1/4 DE ONDA (POLARIZAÇÃO VERTICAL)

DIAGRAMA DE RADIAÇÃO HORIZONTAL
Escala E/Emax
Montagem no Topo

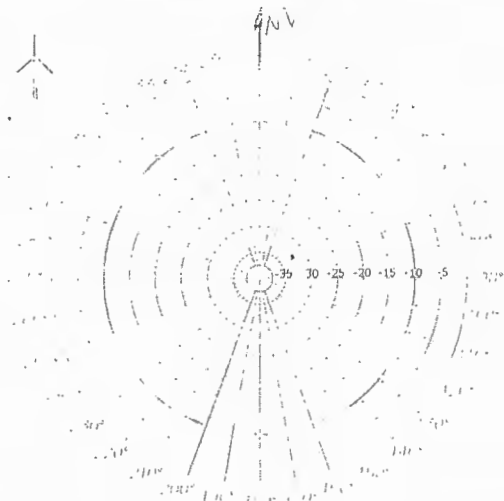


DIAGRAMA DE RADIAÇÃO HORIZONTAL
Escala E/Emax
Montagem na Lateral a 1/2 Onda da Torre

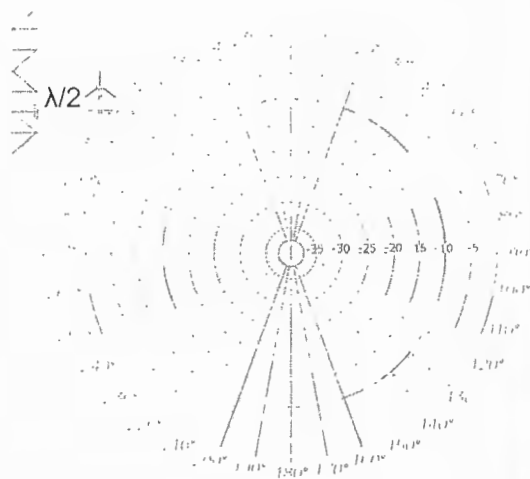


DIAGRAMA DE RADIAÇÃO HORIZONTAL
Escala E/Emax
Montagem na Lateral a 1/4 Onda da Torre

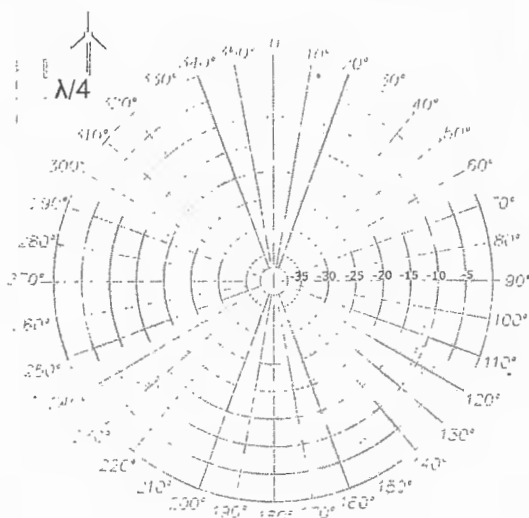
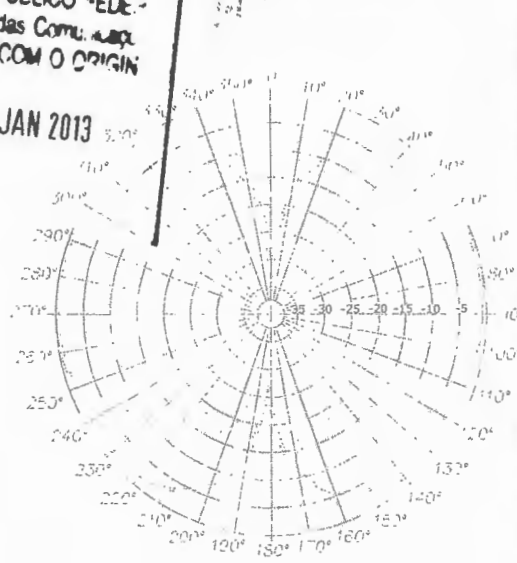


DIAGRAMA DE RADIAÇÃO VERTICAL
Escala E/Emax

SERVIÇO PÚBLICO - ELA -
Ministério das Com. e Inf.
CONFERE COM O ORIGINAL

4 JAN 2013



Emmanuel José do Oliveira Zucarini
CRE4 n.º 332170-DF
CPF g.º 184.545.831-68



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720110034074



Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

EMANUEL JOSE DE OLIVEIRA ZUCARINI
Título profissional: Engenheiro em Eletronica

RNP: 0705822672
Registro: 3321/D-DF

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI** CPF/CNPJ: 13.031.677/0001-39
RUA DR NELSON DE ANDRADE SALES Número: 420 Bairro: CENTRO CEP: 63970-000
Cidade: IBARETAMA UF: CE Complemento:
E-Mail: leonar@daterranet.com.br Fone: (85)32524866
Contrato: Celebrado em: 01/11/2011 Valor Obra/Serviço R\$: 500,00
Vinculada a ART: Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DR NELSON DE ANDRADE SALES Número: 420 Bairro: CENTRO CEP: 63970-000
Cidade: IBARETAMA UF: CE Complemento:
Data de Início: 21/11/2011 Previsão término: 30/11/2011 Coordenadas Geográficas: ,
Finalidade: **Outro** Código/Obra pública:
Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI** CPF/CNPJ: 13.031.677/0001-39
E-Mail: leonar@daterranet.com.br Fone: (85) 32524866

4. Atividade Técnica

Realização
Projeto RADIODIFUSÃO SONORA
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder na baixa desta ART

SERVIÇO PÚBLICO - EDE
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
Quantidade: 06.000,000 Unidade: hertz

5. Observações

PROJETO DE INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA

6. Declarações

Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Emmanuel de 11 de 11
Local Data

EMANUEL JOSE DE OLIVEIRA ZUCARINI - CPF: 184.545.851-68

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
CPF/CNPJ: 13.031.677/0001-39

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creadf.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.


www.creadf.org.br informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619



Registrada em: 14/11/2011 Valor Pago: R\$ 33,00 Nosso Número/Baixa: 0111029225

Emmanuel
Emanuel Jose de Oliveira Zucarini
CREA n.º 3321/D-DF
CPF n.º 184.545.851-68

138
SOS


 CREA-DF Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal RUA 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70.390-818 - Fone: (61) 3861-3200	
Boleto avulso - Sistema Arrecadação de Receitas [SAR] - TUCREA-DF	
Itens do boleto - 1990107 - Anotação Resp. Técnica - Res.1025/09 - 0720110034074 => 33,00	
Observações: O início da atividade técnica sem a quitação do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis. * Não receber após o vencimento. - Emitido por: Administrativo/Financ./ - Quando do pagamento do boleto no caixa eletrônico, fique atento para que o seu agente financeiro não agende o pagamento.	
001-9	00190.00009 02199.926011 11029.225189 8 5181.0000003300
Cedente CREA-DF, Cons. Reg. Eng., Arq. e Agron. do Distrito Federal	Agência/Código Cedente 4200-5/200188-8
Nosso documento 21999260111029225	Data Doc. 14/11/2011
Data Doc. 14/11/2011	CPF/CEI/CNPJ 00.304.725/0001-73
Vencimento 14/12/2011	Valor documento 33,00
(-) Desc./Abat. (-) Outras deduções (+) Mens / Multa (+) Outros acréscimos (=) Valor cobrado	
Sacado EMANUEL JOSE DE OLIVEIRA ZUCARINI - 3321/D-DF	

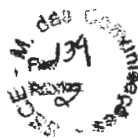
Autenticação mecânica - Recibo Sacado

14/11/2011 - BANCO DO BRASIL - 16:15:18
 297302873 0007
 OUVIDORIA BB 0800 729 5678
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: EMANUEL J ZUCARINI
 AGENCIA: 2873-8 CONTA: 111.944-7
 BANCO DO BRASIL
 00190000090219992601111029225189851810000003300
 NR. DOCUMENTO 111.402
 NOSSO NUMERO 21999260111029225
 CONVENIO 02199926
 CREA-DF ARTS
 AGENCIA/COD. CEDENTE 4200/00202188
 DATA DE VENCIMENTO 14/12/2011
 DATA DO PAGAMENTO 14/11/2011
 VALOR DO DOCUMENTO 33,00
 VALOR COBRADO 33,00
 NR. AUTENTICACAO 2.AC4.X09.ADF.540.113F

SERVIÇO PÚBLICO
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 04 JAN 2013

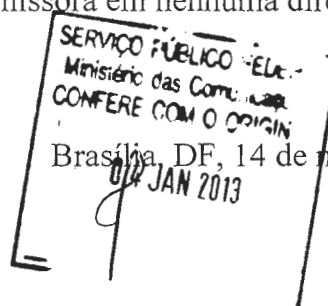

 Emanuel José de Oliveira Zucarini
 CREA n.º 3321/D-DF
 CPF n.º 184.545.851-68



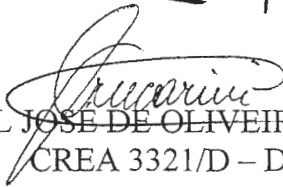
DECLARAÇÃO

EMANUEL JOSÉ DE OLIVEIRA ZUCARINI, Engenheiro Eletricista – Opção Eletrônica, inscrito no CREA sob o nº 3321/D-DF, **declara** que:

- 1 – A instalação proposta para a **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, na cidade de Ibareta, Estado do Ceará, não excede os gabaritos de proteção aos aeródromos.
- 2 – A instalação proposta para a **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, na cidade de Ibareta, Estado do Ceará, atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis e que o contorno de 91 dBμ não fica situado a mais de 1 km de distância da antena transmissora em nenhuma direção.



Brasília, DF, 14 de novembro de 2011.


EMANUEL JOSÉ DE OLIVEIRA ZUCARINI
CREA 3321/D – DF

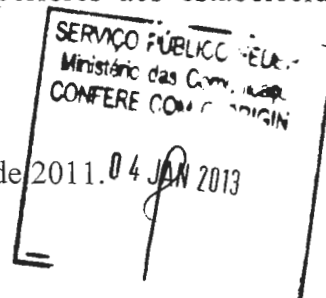
Emanuel José de Oliveira Zucarini
CREA n.º 3321/D-DF
CPF n.º 184.545.851-68

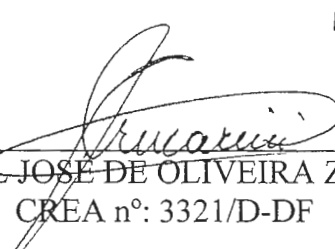


DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DE IRRADIAÇÃO NÃO IONIZANTE

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que a estação do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Frequência Modulada da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI**, na cidade de Ibareta, Estado do Ceará, atenderá, quando do licenciamento da estação e como condição indispensável para sua entrada em funcionamento, ao **Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na faixa de Radiofrequência entre 9 kHz e 300 GHz**, aprovado pela Resolução Anatel nº 303, de 02/07/2002, publicada no DOU do dia 10 subsequente, não expondo a população a campos eletromagnéticos da radiofrequência de valores superiores aos estabelecidos na tabela constante da referida Resolução.

Brasília, DF, 14 de novembro de 2011. 04 JAN 2013




EMANUEL JOSÉ DE OLIVEIRA ZUCARINI
CREA nº: 3321/D-DF

Emanuel José de Oliveira Zucarini

CREA nº 3321/D-DF

CPF nº 184.545.851-68

142



(521.2, 9467.02)

← CONTORNO DE 1KM DE RAIO

SERVIÇO PÚBLICO - EUC -
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
8/4 JAN 2013


Emanuel José de Oliveira Zucarini
CREA n.º 3.121 D-DF
CPF n.º 184.545.851-68

ESCALA - 1:3.900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

das Com
 343
 R. 143
 0055
 343

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
 Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
 Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	04S4912	04S4815
Longitude	38W4916	38W4512

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	7.71

Processo		
1.	Entregou documentação tempestivamente?	Sim
2.	Endereço da Antena Proposta	
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420		
2.1.	Endereço do Studio	
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420		
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)	
	Número do Processo	Distância
	53000.001675/11	280,00
	53650.000062/01	400,00
4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)	

SERVIÇO PÚBLICO ELE - Status
 Ministério das Com -
 CONFERE COM O ORIGIN
 04 JAN 2013 ARQDEF

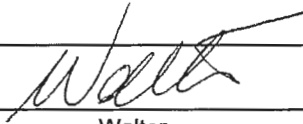
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal	VIÁVEL
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Não
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	Não
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora	
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420		
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Sim
12.	Conclusão da Análise	
Análise 2ª fase. O processo não se encontra instruído. A entidade não apresentou, no projeto técnico, a ART assinada pelo profissional e pelo representante legal da entidade. Encaminhar solicitação do documento.		

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

** Tem concorrente sobrestado, do mesmo aviso, a menos de 4 km;



Walter
(Analista)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

025 Com
Pe 149
Rubrica
CESS - set

Nota Técnica nº **0370** /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Solicitação de Documentação**

Referência: Processo nº **53000.009525/11**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ibaretama / CE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, e, para a continuidade normal, a entidade deverá encaminhar a seguinte documentação, conforme relacionado a seguir:

I. Anotação de Responsabilidade Técnica em ART referente à instalação proposta, conforme disposto nos subitens 7.3 e 12.1, alínea "II", da Resolução nº 01/2004, apresentada com as assinaturas do profissional habilitado e do representante legal da entidade. Na ART encaminhada não consta a assinatura do representante legal da entidade.

SERVIÇO PÚBLICO - ELETRÔNICO
Ministério das Comunicações
CONFEREÇÃO DE DOCUMENTOS
14 JAN 2013

CONCLUSÃO

3. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento, transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou **caso as respostas não atendam a todos os itens levantados**, o pleito de outorga será indeferido.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas na ocorrência de caso fortuito** ou de **força maior**, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 01 de fevereiro de 2012.



Walter de Souza Lobato
Analista/Engenheiro

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº **0370** /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 3 de fevereiro de 2012.



SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 621 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 3 de fevereiro de 2012.

Ao Senhor

CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama**
Rua Gonçalves Ledo, 172, altos – Praia de Iracema
60.110-260 Fortaleza – CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.009525/11**, na localidade de **Ibaretama/CE**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0370/12**, que indica a necessidade de encaminhamento de documentação, pela entidade, para a continuidade do processo.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

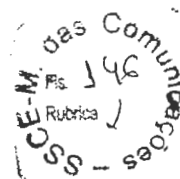
Atenciosamente,

OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

IBARETAMA 1CE

33- Ex 2

2



Brasília, DF, 05 de março de 2012.

À
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Brasília/DF

Referência: Processo nº 53000.009525/2011
Ofício nº 621/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 011176/2012-03

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

06/03/2012-15:30

Sede

Ilmo. Sr. Coordenador,

— **CE-IBARETAMA**, ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE, em atenção ao ofício em referência e tendo em vista a Nota Técnica nº 0370/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, vem pela presente **SERVIÇO PÚBLICO** Anotação de Responsabilidade Técnica – ART com as assinaturas do profissional habilitado e do representante legal da entidade. **CONFERE COM O ORIGINAL**

Atenciosamente.

Emanuel José de Oliveira Zucarini

Engenheiro Responsável pelo Projeto de Instalação

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

09/03/2012

Assinatura



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei n.º 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720110034074

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

EMANUEL JOSE DE OLIVEIRA ZUCARINI

Título profissional: Engenheiro em Eletronica

RNP: 0705822672

Registro: 3321/D-DF

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI

CPF/CNPJ: 13.031.677/0001-39

RUA DR NELSON DE

ANDRADE SALES

Número: 420

Bairro: CENTRO

CEP: 63970-000

Cidade: IBARETAMA

UF: CE

Complemento:

E-Mail: leonar@daterranet.com.br

Fone: (85)32524866

Contrato:

Celebrado em: 01/11/2011

Valor Obra/Serviço R\$: 500,00

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DR NELSON DE

ANDRADE SALES

Número: 420

Bairro: CENTRO

CEP: 63970-000

Cidade: IBARETAMA

UF: CE

Complemento:

Data de Início: 21/11/2011

Previsão término: 30/11/2011

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: Outro

Código/Obra pública:

Proprietário: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI

CPF/CNPJ: 13.031.677/0001-39

E-Mail: leonar@daterranet.com.br

Fone: (85) 32524866

4. Atividade Técnica

Realização

Projeto RADIODIFUSÃO SONORA

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá apresentar a ART

5. Observações

PROJETO DE INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA

6. Declarações

Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Brasão 21 de 11 de 2011

Local

Data

EMANUEL JOSE DE OLIVEIRA ZUCARINI - CPF: 184.545.851-68

Carlo Alberto Russo Silva
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
- CPF/CNPJ: 13.031.677/0001-39

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creadf.org.br ou www.confed.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creadf.org.br informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619



Registrada em: 14/11/2011 Valor Pago: R\$ 33,00 Nosso Número/Baixa: 0111029225

comprovante pag. 138



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SISCOM »» Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta Car. Arquivo Texto

UF: CE

SERVIÇO: Plano RadCom

Localidade: IBARETAMA

Canal/Freq.

285 / 104.90

Usuário: -

Data: 18/04/2012

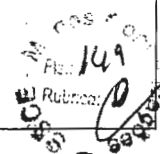
Hora: 15:45:16

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



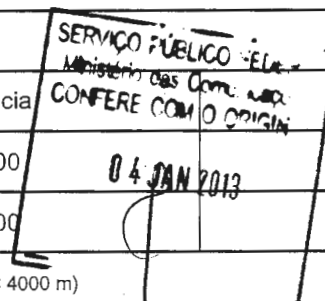
Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
 Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
 Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	04S4912	04S4815
Longitude	38W4916	38W4512

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	7.71

Processo			
1.	Entregou documentação tempestivamente?		Sim
2.	Endereço da Antena Proposta		
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420			
2.1.	Endereço do Studio		
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420			
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)		
	Número do Processo	Distância	Status
	53000.001675/11	280,00	SOB
	53650.000062/01	400,00	ARQDEF
4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)		



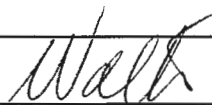
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal	VIÁVEL
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Não
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	Não
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora	
RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES Nº 420		
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Sim
12.	Conclusão da Análise	
Análise 2ª fase. O processo encontra-se instruído. A entidade atendeu às exigências solicitadas para complementação do projeto técnico. Não houve alteração de coordenadas, em relação as inicialmente apresentadas para habilitação.		

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

** Tem concorrente sobrestado, do mesmo aviso, a menos de 4 km;



Walter
(Analista)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Fis. 150
Rubrica

Identificação do Processo

Número: 53000.009525/11 Localidade/UF: Ibaretama/CE
 Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI
 Aviso: 31 Publicação: 03/09/2010 Prazo: 18/19/2010 Canal: 285

Processo			
1.	Entregou documentação tempestivamente?		Sim
2.	Apresentou Formulário padronizado DOUL/RADCOM 02?		Sim
3.	Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas nas letras "a" e "b" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	a.	Sim
		b.	Sim
4.	Apresentou planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, onde deverá estar assinalado o local de instalação do sistema irradiante, com indicação da coordenadas geográficas com precisão de segundos, e traçada a circunferência de até 1Km de raio, que limita a área abrangida pelo contorno de serviços?(nº III, item 6.11)		Sim
5.	Apresentou diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, com a indicação do norte verdadeiro, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas? (nº IV, item 6.11)		Sim
6.	Apresentou declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 14.2.7.1 ou estado específico, conforme determina o item 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)		Sim
7.	Apresentou declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou se for o caso, declaração da inexistência de aeródromo na localidade? (nº VI, item 6.11)		Sim
8.	Apresentou parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de 1Km de distância da antena transmissora		Sim
9.	Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta? (nº VIII, item 6.11)		Sim
10.	Verificar no Formulário de Informação Técnicas se o Ganho de antena $\leq 0,0$ dBu?		Sim
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> a. Ganho Máximo: 0,0 b. Fabricante: Gober Eletronica Ltda c. Modelo: GPT/01 </div>			
11.	Altura da antena em relação ao solo ≤ 30 m?	Altura: 30,0	Sim
12.	Potência efetiva irradiada (ERP) ≤ 25 W (-16,02 dBk)?		Sim
13.	O transmissor está certificado?		Sim
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> a. Fabricante: Auad Correa Equip Elet Ltda b. Modelo: SP5025 c. Categoria: 2H d. Certificado: 0680-03-0528 </div>			
14.	Intensidade de campo no limite da área de serviço ≤ 91 dBu?		Sim
15.	As coordenadas geográficas do local de instalação são as mesmas do aviso que torna público a relação das entidades SELECIONADAS para a prestação do serviço?		Sim
16.	Conclusão da Análise		
Análise 2ª fase. Processo instruído conforme a Norma 01/2004, subitem 12.1 e alíneas, que tratam da apresentação de projeto técnico para instalação de estação. Não houve, na apresentação do projeto técnico, alteração de coordenadas e endereço em relação às inicialmente apresentadas para habilitação.			

Walt



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

SE-M. das Com.
Fls. 151
Rubrica: J.

Nota Técnica nº 2592 /2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Encaminhamento de Processo Instruído para Revisão da Consultoria Jurídica.**

Referência: Processo nº 53000.009525/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama- ARCI** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ibaretama**, Estado do **Ceará**, protocolizado em 23/02/2011.

ANÁLISE

2. A **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama- ARCI**, inscrita no CNPJ sob o número **13.031.677/0001-39**, com sede em **Av. Nelson de Andrade Sales, nº 420, Centro**, no município de **Ibaretama**, no estado do **Ceará**, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 23/12/2010, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03/06/1998.

3. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 12/11/2010, com prazo final em 24/02/2011, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

4. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, uma vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado.

I. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, encontra-se abaixo explicitado:

a. **Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaretama** – Processo nº 53000.001675/2011, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: **Diante da impossibilidade da concretização de acordo entre as interessadas, considerando a negativa das entidades envolvidas e em respeito ao que dispõe o subitem 10.3, alínea “b”, da Norma Complementar nº 01/2004, foi selecionada a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI, que apresentou a maior pontuação de manifestações**

14/12

2

de apoio, ensejando no indeferimento do processo da Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaretama, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 1736, datado de 23/05/2012, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal, encontram-se anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II. Segue abaixo tabela constando a pontuação ponderada das manifestações de apoio das entidades envolvidas na aplicação do critério da representatividade:

Processo	Nome	Pontuação ponderada das manifestações de apoio.
53000.009525/11	Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI	293
53000.001675/11	Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterama	10

5. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei no 9.612, de 19/02/1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto no 2.615, de 03/03/1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26/01/2004.

6. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, 420 - Centro, no município de **Ibaretama**, estado do **Ceará**, de coordenadas geográficas em 04°49'12"S de latitude e 38°49'16"W de longitude. Estas coordenadas não foram alteradas.

7. A análise técnica inicial desenvolvida demonstra que as coordenadas geográficas indicadas foram aceitas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 102, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusões.

8. Diante do interesse no acordo entre as entidades que se habilitaram mediante os processos nº 53000.009525/2011 e 53000.001675/11 e em observância ao disposto nos subitens 10.2 e 10.3 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente a negativa das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 10.3 alínea "b" da Norma Complementar nº 01/2004, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada por ela, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: certidões dos dirigentes associativos, relativas aos feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos cinco anos do local de residência, em atenção ao disposto na COTA Nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 115 a 150).

9. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" - fl(s). 133/134, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o "Roteiro de Análise de Instalação da Estação RadCom", constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 149 e 150. Nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

10. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 150 dos autos, corresponde ao que se segue:

I. estatuto social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

II. ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

III. comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

IV. manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

V. projeto técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004;

VI. declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar nº 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

VII. certidões dos dirigentes associativos, relativas aos feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos cinco anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação execução de serviço de radiodifusão clandestina em atenção ao disposto na COTA Nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU.

11. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

I. nome: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibareta- ARCI**

II. quadro diretivo:

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Carlos Alberto Queiroz Silva	Presidente
Francisco Wires Vieira	Diretor Financeiro
Manoel Pereira Viana	Diretor Administrativo

III. localização do **transmissor e sistema irradiante**: Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, 420 - Centro, município de Ibaretama, estado do Ceará;

IV. localização do **estúdio**: Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, 420 - Centro, município de Ibaretama, estado do Ceará;


V. **coordenadas geográficas** do sistema irradiante: 05°49'12"S de latitude e 38°49'16"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom" fl(s). 149 e 150, bem como no "Formulário de Informações Técnicas" fl(s). 133/134, e que se referem à localização da estação.

CONCLUSÃO

12. Por todo o exposto, entendemos que o presente processo encontra-se devidamente instruído e opinamos pelo seu encaminhamento à Consultoria Jurídica para prosseguimento.


À consideração superior.

Brasília, 05 de novembro de 2012.



ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Analista/Administradora

Brasília, 9 de novembro de 2012.



WALTER DE SOUZA LOBATO
Analista/Engenheiro

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 9 de novembro de 2012.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2592/2012/CGRC/SCE-MC, conforme Portaria de delegação nº 166, de 18/10/2012, publicado no Diário Oficial de 19/10/2012. À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 9 de novembro de 2012.




SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Substituto



Aprovo a Nota Técnica. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 14 de Novembro de 2012.



GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica



de ordem,
encaminhe-se à CGC.
Ass, 16/11/2012,
Genildo Lins de Albuquerque Neto
Assistente Técnico
CGC/UR/ANAC

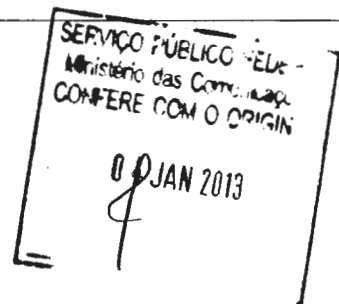
M. 9 154
154
58

**RELAÇÃO DE PROCESSOS CONCORRENTES PARA A EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

MUNICÍPIO: Ibaretama	UF: CE
ENTIDADE SELECIONADA: Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama-ARCI	
Nº DO PROCESSO: 53000.009525/2011	
 Critérios adotados para seleção: Atendimento aos preceitos da Lei 9612/98 de 19/02/1998, ao Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/98 de 03/06/1998, à Norma Complementar 01/2004.	

CONCORRENTES
ENTIDADE: Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaretama
Nº DO PROCESSO: 53000.001675/2011

Critérios adotados para o arquivamento: Não cumprimento dos preceitos da Lei 9612/98 de 19/02/1998, , do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/98 de 03/06/1998, e/ou da Norma Complementar nº 01/2004, aprovada pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 103 de 26/01/2004



Brasília, 05 de novembro de 2012.	
Responsável:	<u>Eliane Rodrigues</u> Eliane Maria Alves Rodrigues Mat. 1.551.517



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 1736 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 23 de maio de 2012.

Ao Senhor

EUDES JOHNSONS TAVARES PINHEIRO

Representante Legal da Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaretama

Av. Francisco da Costa, nº 40

60.110-260 Ibaretama – CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.001675/11.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.001675/11, na localidade de Ibaretama / CE, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 271, que dispõe sobre os motivos do indeferimento do pedido da entidade.

2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.

3. Ressaltamos que apenas será acatado o recurso que apresente razões de legalidade e de mérito, em conformidade com a Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e ainda, de acordo com o disposto no subitem 11.2.1, da Norma nº 1/2011, não serão considerados, no julgamento do recurso, documentos e informações que a entidade recorrente deveria ter apresentado em momento anterior, seja por força das exigências constantes do aviso de habilitação, seja por solicitação do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

Diretora do Departamento de Outorga de Serviços



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

CE-M. das Com.
Fls. 156
Rubrica: 1. sc

Nota Técnica nº 1271 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Indeferimento de Processo.**

Referência: Processo nº 53000.001675/11

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterama**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ibaretama / CE.**

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de indeferimento pelos seguintes fatos e fundamentos:

I. Considerando o interesse inicial a um possível acordo entre as interessadas descritas no quadro abaixo, e em atendimento ao que dispõe o subitem 10.2 da Norma Complementar nº 01/2004, este Ministério sugeriu o entendimento associativo entre as mesmas:

Relação das entidades concorrentes			
Processo	Nome	Endereço	Pontuação ponderada das manifestações
53000.009525/11	Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI	Rua: Dr. Nelson de Andrade Sales, nº 420, Centro, Ibaretama-CE	293
53000.001675/11	Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterama	Av. Francisco Rodrigues da Costa, nº 40, Ibaretama-CE	10

a. Diante da impossibilidade de concretização do acordo anteriormente proposto, considerando a negativa das entidades envolvidas e em respeito ao que dispõe o subitem 10.3, alínea “b”, da Norma Complementar nº 01/2004, foi selecionada a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI, que apresentou a maior pontuação de manifestações de apoio;

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de **indeferimento** do referido processo.

4. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada acerca do indeferimento mediante ofício enviado por AR Postal, resguardando-se o direito da mesma apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.

À consideração superior.

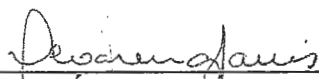
Brasília, 27 de abril de 2012.



ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Administradora

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 22 de maio de 2012.



VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Substituta

De acordo. À consideração da Senhora Diretora do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

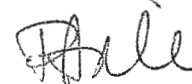
Brasília, 22 de maio de 2012.



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1271/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 23 de maio de 2012.



PATRICIA BRITO DE ÁVILA
Diretora do Departamento de Outorga de Serviços



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of. 1736 /2012/CGRC/DEOC/SCE - MC
53000.001675/11

EUDES JOHNSONS TAVARES PINHEIRO
Ass. Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Iaterama
Av. Francisco da Costa, nº 40
60.110-260 Ibareta - CE

AO REMETENTE

SERVIÇO PÚBLICO
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGIN
04 JUN 2013

AR



SSCE-M. das
Rubrica: 157
800

with
a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SERVIÇO DE ENCAMIINHAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Atendeu-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input checked="" type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não Ensiolo nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo portador ou síndico | |



REMETENTE:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

RM 71571003 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AGENCIA MINICOM

30/05/12

14:52 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU R

ENDEREÇO

CIDADE / LC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL

SERVIÇO PÚBLICO - EDE -
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

04 JAN 2013

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Nº DO RAZÃO SOCIAL

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

ENDEREÇO / ADRE

CEP / CODE POSTAL

Of. 1736 /2012/ CGRC/DEOC/SCE - MC
53000.001675/11

EUDES JOHNSONS TAVARES PINHEIRO
Ass. Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterrama
Av. Francisco da Costa, nº 40
60.110-260 Ibaterrama - CE

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (CONTENTS STATEMENT) / DÉCLARATION DE CONTENU

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

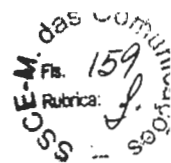
RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 2421 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

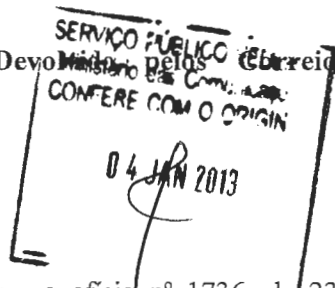
Brasília, 29 de junho de 2012.

Ao Senhor

EUDES JOHNSONS TAVARES PINHEIRO

Representante Legal da Associação Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterama
Av. Francisco Rodrigues da Costa, nº 40
60.110-260 Ibaretama – CE

Assunto: Encaminhamento de Ofício Devolvido pelos Correios / Processo nº 53000.001675/11.



Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos, em anexo, o ofício nº 1736, de 23/05/2012, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: “Endereço desconhecido”; considerando que o nome da rua do destinatário estava incompleto.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

Atenciosamente,

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Em. das
Fis. 160
Rubrica: J.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NC	U RAZÃO SOC	Of. 2421 /2012/ CGRC/DEOC/SCE - MC	
ENDEREÇO / ADRI		53000.001675/11	
CEP / CODE POSTAL		EUDES JOHNSONS TAVARES PINHEIRO Ass. Cultural e de Radiodifusão de São Luis de Ibaterama Av. Francisco Rodrigues da Costa, nº 40 60.110-260 Ibaretama - CE	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		09/07/12	09 JUL 2012
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		DR/CE	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEPTOR / ORGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'EMPLOIE	
2782967-94			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

75240203-0

FC0463 /

114 x 186 mm

SERVIÇO PÚBLICO - ELA -
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGIN
04 JAN 2013

	AVISO DE RECEBIMENTO	AR
	AVIS CN07	
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		

RQ 97198289 3 BR
(REGISTRO DO OBJETO)

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
1	2	3
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR	NC	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste sala 300 70044-900 Brasília-DF		UF	BRASIL
	EI				
	CE				
	C				



FICHA DE ACOMPANHAMENTO

Nº Processo : 53000.009525/2011-38
Qtde. Anexos : 4
Data Abertura : 24/02/2011
Hora Abertura : 10:55:25

Espécie : REQUERIMENTO

Número :

Data : 23/12/2010

Código Class. Arquivo : 1293

UF : CEARÁ

Procedência : ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE IBARETAMA

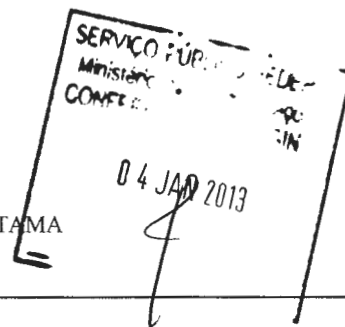
Solicitante : CARLOS ALBERTO QUEIROZ SILVA - DIRETOR(A)

Resumo do Assunto :

EM ATENDIMENTO AO AVISO Nº 04/2010 APRESENTA A DOCUMENTACAO QUE TRATA O ITEM 7 DA NORMA Nº 1/2004 NORMA COMPLEMENTAR DO SERVICO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA.

Resumo do Complemento :

Interessado : ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE IBARETAMA



Para : 1º Jansine

Antecedentes : Jansine

Para o obséquio de :

☐ Falar-me

☐ Providenciar

☐ Examinar e Informar

☒ Dar Parecer

☐ Responder

☐ _____

☐ Preparar Resposta

☐ Arquivar

Favor Providenciar até : 15 dias

Observações:

Data : 19/11/2012

Assinatura : [Signature]



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



PARECER Nº 1890/2012/LRM/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU
PROCESSO Nº 53000.009525/2011-38.

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama.

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibaretama, Estado do Ceará. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

I - Exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Ibaretama, Estado do Ceará.

II - A documentação apresentada obedece aos padrões legais.

III - Pelo deferimento do pedido, frente ao princípio da legalidade.

IV - Encaminhamento dos autos ao apreço pelo Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

I - DO RELATÓRIO

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica submeteu ao crivo desta Consultoria Jurídica processo relativo à autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ibaretama, Estado do Ceará.

2. Conforme constou da Nota Técnica nº 2592/2011/CGRC/SCE-MC, fls. 151/153, o Aviso de Habilitação concernente à localidade em questão foi publicado no Diário Oficial da União do dia 12/11/2010, sendo o prazo final para a entrega do requerimento e documentos exigidos legalmente o dia 24/02/2011. No caso em apreço, o pedido de habilitação foi protocolado no dia 23/02/2011, conforme requerimento de fl.01, concluindo-se, pois, por sua tempestividade.

3. Juntamente com o requerimento para autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária, a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Norma Complementar nº 1, de 2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004), destacando-se o seguinte:

- (i) estatuto da entidade, devidamente registrado, com previsão, dentre seus objetivos, de executar o serviço de radiodifusão comunitária (Art. 3º, fls. 7/13);
- (ii) ata da sua constituição e da posse da sua diretoria em exercício, devidamente registrada (fl. 14/16);
- (iii) comprovante de nacionalidade brasileira e maioria dos diretores (fls. 19/21);
- (iv) declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço (fl. 93/94); e
- (v) manifestações de apoio à iniciativa (fls. 22/90).

4. Realce-se que no estatuto social da entidade, em seu art. 26 (fl.11), consta a

previsão de instituição de conselho comunitário, conforme preconiza o art. 8º da Lei 9.612, de 1988.

5. No que concerne especificamente às manifestações de apoio, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da SCE, elas foram utilizadas como critério de desempate, conforme determina o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei nº 9.612, de 1998, haja vista a existência de outra entidade igualmente habilitada ao serviço. Uma vez que não logrou êxito a tentativa de as entidades se associarem, procedeu-se à aplicação do critério de representatividade em tela, contando a ora interessada com o maior número de manifestações (despacho de fl. 114).

6. A SCE, ao proceder à análise dos documentos entregues, concluiu que o feito encontrava-se devidamente instruído.

7. Eis o relatório.

II - DAS MEDIDAS ADOTADAS POR ESTA CONSULTORIA JURÍDICA

8. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência "*Das Consultorias Jurídicas*" no contexto da Advocacia-Geral da União, senão, veja-se:

Art. 11- As consultorias Jurídicas, órgão administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao secretário-geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

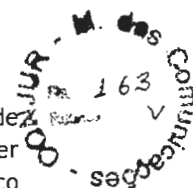
- I- assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;
- II- exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;
- III- fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;
- IV- elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;
- V- assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob coordenação jurídica;
- VI- examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:

os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos

- a) ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;
- b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação.

9. Preliminarmente, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar os procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, e diante de recomendação do Ministério Público Federal, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, onde orientou a SCE a adoção de providências no sentido da verificação da idoneidade moral da entidade bem como de seu quadro diretivo, frente ao disposto no artigo 34 alínea "a" da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), lei de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.612, de 1998.

10. Assim, face aos princípios que regulamentam o serviço de radiodifusão comunitária, bem como os atinentes à Administração Pública, determinou-se que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal de local de residência dos últimos 5 anos dos dirigentes da entidade, documentos estes que



comprovariam a idoneidade moral destes, além de declaração sobre a existência ou não de imputação à entidade de execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), para a comprovação de sua idoneidade moral para a prestação do serviço dentro dos ditames legais.

11. Em atendimento ao solicitado supra, a entidade carrou aos autos as competentes certidões criminais dos seus dirigentes associativos, no que se refere a feitos no âmbito da Justiça Estadual e Federal dos últimos 5 (cinco) anos do local de residência (fls. 118/123).

12. Quanto à verificação pela SCE acerca de possível execução ilegal do serviço pela entidade, foi expedido o Despacho de fls. 104, por intermédio do qual faz menção que nos últimos 05 (cinco) anos não há na localidade registro de fiscalização por operação clandestina.

III - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

13. Da análise da documentação apresentada, em atendimento aos preceitos da Lei nº 9.612, de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 1998, e da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 2004, constatou-se o que se segue.

14. Além da requerente, também participou da seleção a Associação Cultural de Radiodifusão de São Luiz de Ibareta, que diante da impossibilidade de acordo entre as participantes teve seu processo arquivado, pois obteve menor pontuação no critério de desempate, conforme o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei nº 9.612, de 1998. Ressalta-se que desta decisão a referida entidade foi devidamente comunicada por intermédio dos ofícios 1736/2012, fls. 155 e 2421/2012, fls. 159 e 160, e AR de fls. 160, segundo constou da Nota Técnica nº 2592/2012 (fls 151/153). **CONFERE COM O COMIN**

15. Foram juntados aos autos os atos constitutivos da entidade, compreendendo as atas de constituição e de eleição dos dirigentes, bem como o seu Estatuto Social, que comprovam a sua natureza jurídica de entidade comunitária, conforme estabelecido no artigo 7º da Lei nº 9.612, de 1998 e art. 11 do Decreto nº 2.615, de 1998.

16. A entidade ainda juntou as declarações de responsabilidade firmadas por seus dirigentes, as manifestações de apoio da respectiva comunidade, entre instituições e pessoas jurídicas da localidade, estando toda a documentação de acordo com as normas legais, conforme se atesta a Nota Técnica nº 2592/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, fls. 151/153.

17. Em relação as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada nos presentes autos, estas estão em consonância com o estabelecido na legislação, basicamente as regras estabelecidas na Norma Complementar nº 1/2004, conforme demonstrado pelo Relatório Final da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

18. Ainda foram carreadas aos autos as certidões criminais dos dirigentes da entidade, através das quais se denota que em face deles não existe nenhuma demanda judicial criminal que possa desabonar sua idoneidade para a execução do serviço de radiodifusão comunitária, e através de pesquisa realizada no sistema de fiscalização da ANATEL, não foi verificada nenhuma espécie de imputação acerca da realização pela entidade de serviço de radiodifusão ilegal, sendo atestada a idoneidade da entidade, pessoa jurídica, para a prestação do serviço, estando cumprida a Recomendação do D. Ministério Público Federal adotada por esta Consultoria Jurídica, consoante já explicitado nos parágrafos 11 e 12 da presente peça.

IV - DA CONCLUSÃO


19. Com base nas informações apresentadas pela SCE em seu Relatório Final, verifica-se que o processo se encontra devidamente munido dos documentos necessários ao deferimento do pleito, estando em conformidade com a legislação que regula os atos de autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, cuja outorga deverá seguir os preceitos do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

20. Por derradeiro, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

21. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, tendo em vista a inexistência de óbice jurídico ao seu deferimento. Ao tempo em que pugnamos pelo encaminhamento dos autos ao Gabinete do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 22 de novembro de 2012.


SOCORRO JANAINA M. LEONARDO
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



DESPACHO Nº 6996/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.009.525/2011-38.

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibareta.

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibareta, Estado do Ceará. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

Aprovo o PARECER Nº 1890/2012/LRM/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU

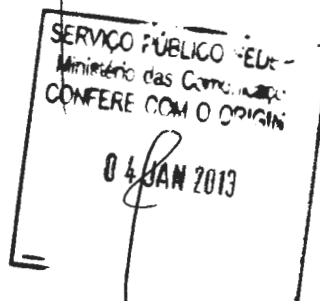
Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 23 de novembro 2012

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



DESPACHO Nº 6997/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.009525/2011-38.

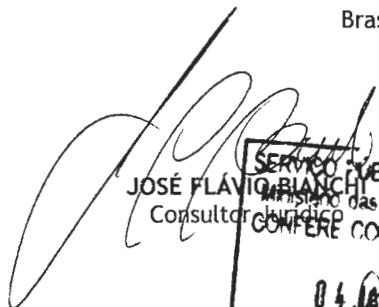
INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama.

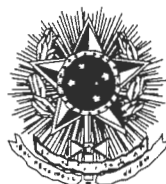
ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibaretama, Estado do Ceará. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

Aprovo o DESPACHO Nº 6996/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1890/2012/LRM/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 6 de dezembro de 2012.


SERVIÇO PÚBLICO - ELR -
JOSÉ FLÁVIO BIANCHI
Ministro das Com. e Int.
Consultor Jurídico
CONFERE COM O ORIGINAL
04 JAN 2013



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

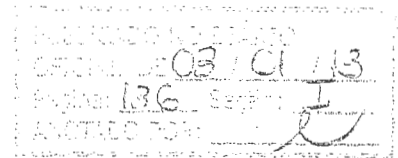


PROCESSO / DOCUMENTO Nº: 53000.009525/2011-38

DESPACHO

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação,
Segue ato assinado para publicação.
Em 20/12/2012.

Andiara Alves de Sousa
ANDIARA ALVES DE SOUSA
SERVIÇO PÚBLICO - ELETRÔNICO
Economista
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
04 JAN 2013



PORTARIA Nº 499 , DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009525/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama- ARCI**, com sede na **Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, nº 420, Centro, Município de Ibaretama**, Estado de **Ceará**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado na Rua Dr. Nelson de Andrade Sales, 420 – Centro, Ibaretama/CE, nas coordenadas geográficas com latitude em 05°49'12"S e longitude em 38°49'16"W, utilizando a frequência de 104.9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 499, de 19/12/2012, no Diário Oficial da União de 03/01/2013, que autoriza a **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI** a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **IBARETAMA/CE**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.009525/2011**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

À consideração superior.

Brasília, 04 de janeiro de 2013.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
Chefe de Divisão

De acordo. Encaminhe-se ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações para as providências.

Brasília, 8 de janeiro de 2013.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 02 /2013/GM-MC

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00009 2013 /
- 53000.014133/2010

MC 00010 2013 /
- 53000.037917/2011

MC 00011 2013 /
- 53000.028219/2009

MC 00012 2013
- 53000.009525/2011

MC 00014 2013
- 53830.000258/2001 - 2 Vol.

MC 00015 2013
- 53790.000378/1997

Atenciosamente,


RENATA MORAES CHECCHIO
Coordenadora-Geral